

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI - CRATO - CEARÁ

Itaytera

Nº 46 - 2016/2017



Revolução de 1817 - 200 anos



Itaytera

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI
Fundado a 18 de outubro de 1953.

PRIMEIRO PRESIDENTE
Dr. Irineu Nogueira Pinheiro.

Registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos,
Crato CE, no Livro A-1, fls. 417, sob o nº 6, em 30.09.54,
publicação no Diário Oficial em 20.10.54.

Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº
453, de 22.09.58. Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei
Estadual nº 10.125, de 27.11.77, publicada no Diário Oficial do
mesmo dia.

CGC/MF nº 05357359-0001/86



Itaytera

Sócios atuais do ICC

Esta listagem enumera os 110 ocupantes atuais das cadeiras do Instituto Cultural do Cariri, indicando seus respectivos patronos nas seções de Letras (38 ocupantes), Ciências (19), Folclore (16), Artes e Ofícios (36) e Filosofia (1). Cinco cadeiras permanecem vagas desde o falecimento de seus ocupantes*. Constam ainda nove sócios beneméritos, um dos quais em homenagem póstuma.

Conselho Superior (2014-2015)

Presidente

Napoleão Tavares Neves

Membros

José Emerson Monteiro Lacerda

Olival Honor de Brito

Vicente Jurandir Temóteo de Sousa

Itaytera

Instituto Cultural do Cariri

Diretoria (2014-2015)

Presidente

José Huberto Tavares de Oliveira

Vice Presidente

Claude Berthe Bloc Boris

Secretário Geral

Francisco Huberto Esmeraldo Cabral

Tesoureiro

Roberto Jamacaru de Aquino

Secretário

Heitor Feitosa Macedo

Expediente:

Capa e Diagramação

Cláudio Henrique Marques Peixoto

Revisão

José Emerson Monteiro Lacerda

Itaytera

Sumário

1. Ata da Assembleia Geral sobre a Eleição da Diretoria para o Biênio 2016/2017 - DIRETORIA	27
2. Novo Estatuto do Instituto Cultural do Cariri (ICC) - DIRETORIA	29
3. Os 200 anos da Revolução Pernambucana no Cariri Cearense - Heitor Feitosa Macêdo	43
4. A Última Carta do Padre Cícero? - Weber Girão	53
5. Dona Fideralina e Os Augustos - Dimas Macedo	63
6. Emerson Monteiro - Memória e Estilo - Maércio Siqueira	71
7. O gosto de escrever - Emerson Monteiro	77
8. Carta de um Brasileiro - Jorge Emicles	81
9. Assassinato do Capitão José Gonçalves Bezerra - Fernando Maia da Nóbrega	85
10. Joaquim Pinto Madeira - Fernando Maia da Nóbrega	95
11. O Primeiro Advogado do Cariri Cearense: Dr. Manuel de São João Madeira - Heitor Feitosa Macêdo	103
12. A Lenda sobre a Morte do Capitão-Mor do Crato/CE José Pereira Filgueiras - Heitor Feitosa Macêdo	131

13. Quem disse que o Ceará não participou da Revolução Pernambucana de 1817 - Heitor Feitosa de Macedo	149
14. Três Poemas de Raimundo Tadeu de Alencar	153
15. Três Crônicas de Olival Honor	157
16. A Epopeia de Dom Luís Antônio dos Santos no Ceará - Armando Lopes Rafael	161
17. Manoel Patrício de Aquino (Nezim) - Roberto Jamacaru de Aquino	169
18. O óbvio nem sempre é a realidade - Maria Virgínia Gomes Lacerda	173
19. Sobre a biblioteca do ICC e a perturbadora permanência de seu fim - Isabel Cortez	175
20. Descompasso - Edésio Batista	181
21. Informativo do ICC	183
21.1. Posse de Humberto de Oliveira No ICC	183
21.2. Discurso para a posse de Humberto Oliveira no ICC	184
21.3. Posse de Claude Bloc Boris no ICC	189
21.4. Discurso de Marcos Cunha no ICC	193
21.5. Discurso de José Flávio Vieira recebendo Marcos Cunha no ICC	203
21.6. Texto de Posse no Instituto Cultural do Cariri	215
21.7. Posse de Dom Gilberto Pastana de Oliveira	222
21.8. Homenagem	228
21.9. Apresentação do livro "Histórias do Tatu", de Emerson Monteiro	229

Itaytera

Lista das Cadeiras

Letras 1

- Patrono: (Pe.) José Antônio Maria Ibiapina
- 1º ocupante: João Lindemberg de Aquino

Letras 2

- Patrono: Bruno de Menezes
- 1º ocupante: Raimundo de Oliveira Borges
- 2º ocupante: Ângelo Borges Papaléo

Letras 3

- Patrono: José Alves de Figueiredo
- 1º ocupante: José Alves de Figueiredo Filho
- 2º ocupante: (Pe.) Neri Feitosa

Letras 4

- Patrono: Alexandre Arraes de Alencar
- 1º ocupante: Maria Edméia Arraes de Alencar
- 2º ocupante: José Everardo Arraes Norões

Letras 6

- Patrono: Irineu Nogueira Pinheiro
- 1º ocupante: (Pe.) Antônio Gomes de Araújo
- 2º ocupante: José Emerson Monteiro Lacerda

Letras 7

- Patrono: Antônio Barbosa de Freitas
- 1º ocupante: Otacílio Anselmo e Silva
- 2º ocupante: Olival Honor de Brito

Letras 8

- Patrono: Álvaro Bomilcar da Cunha
- 1º ocupante: José Newton Alves de Sousa

Letras 9

- Patrono: (Dom) Francisco de Assis Pires
- 1º ocupante: (Mons.) Rubens Gondim Lóssio
- 2º ocupante: (Mons.) Francisco de Holanda Montenegro
- 3º ocupante: (Dom) Fernando Panico

Letras 10

- Patrono: (Pe.) Emílio Leite Álvares Cabral
- 1º ocupante: Tomé Cabral dos Santos
- 2º ocupante: José Huberto Tavares de Oliveira (Bebeto)

Letras 11

- Patrono: Raimundo Gomes de Matos
- 1º ocupante: Pedro Gomes de Matos Jr.
- 2º ocupante: Raimundo Gomes de Matos

Letras 12

- Patrono: Leandro Bezerra Monteiro
- 1º ocupante: Raimundo Teles Pinheiro
- 2º ocupante: Antônio de Araújo Ribeiro

Letras 13

- Patrono: Otacílio Sampaio de Macêdo
- 1º ocupante: Joaquim Lobo de Macêdo (Joaryvar Macêdo)
- 2º ocupante: Hugo de Melo Rodrigues

Letras 14

- Patrono: Manuel Rodrigues Monteiro
- 1º ocupante: Francisco de Sousa Nascimento (F. S. Nascimento)

Letras 15

- Patrono: Leandro de Chaves e Melo Ratisbona
- 1º ocupante: Joaquim Pinheiro Monteiro
- 2º ocupante: Roberto de Sousa Borges
- 3º ocupante: João Tavares Calixto Junior

Letras 16

- Patrono: (Pe.) Francisco de Assis Pita
- 1º ocupante: Aécio Feitosa

Letras 17

- Patrono: João Brígido dos Santos
- 1º ocupante: Nertan Macêdo
- 2º ocupante: Emídio Macêdo Lemos
- 3º ocupante: Francisco José de Brito

Letras 18

- Patrono: Raimundo Monte Arraes
- 1º ocupante: José Arraes de Alencar
- 2º ocupante: Pedro de Araújo Bezerra

Letras 19

- Patrono: José Alves de Figueiredo Filho
- 1º ocupante: Mozart Soriano Aderaldo
- 2º ocupante: Wellington Alves de Sousa (Tontom)

Letras 20

- Patrono: José Martiniano de Alencar (Senador)
- 1º ocupante: José Caminha de Alencar Araripe
- 2º ocupante: Joaquim Edvan Pires

Letras 21

- Patrono: (Mons.) Pedro Rocha de Oliveira
- 1º ocupante: (Pe.) Antônio Batista Vieira
- 2º ocupante: (Dom) Newton Holanda Gurgel

Letras 22

- Patrono: (Pe.) Antônio Gomes de Araújo
- 1º Ocupante: Alderico de Paula Damasceno
- 2º Ocupante: José Flávio Bezerra Moraes

Letras 24

- Patrono: (Madre) Ana Álvares Couto
- 1º ocupante: (Madre) Maria Carmelina Feitosa

Letras 25

- Patrono: João de Medeiros Ramos
- 1º ocupante: Oswaldo Alves de Sousa

Letras 26

Patrono: (Pe.) Antônio Batista Vieira
1º ocupante: José Flávio Pinheiro Vieira

Letras 28

- Patrono: (Mons.) Antônio Feitosa
- 1º ocupante: (Pe.) Manuel Alves Feitosa

Letras 29

- Patrono: (Mons.) Francisco de Holanda Montenegro
- 1º ocupante: (Pe.) Rocildo Alves de Lima Filho

Letras 30

- Patrono: Tomé Cabral Santos
- 1º ocupante: José Sarto Maria Cabral
- 2º ocupante: Geraldo Ananias Pinheiro

Letras 31

- Patrono: (Dom) Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva
- 1º ocupante: Policarpo Rodrigues Filho

Letras 32

- Patrono: (Dom) Vicente de Paulo Araújo Matos
- 1º ocupante: (Mons.) João Bosco Cartaxo Esmeraldo

Letras 33

- Patrono: Otacílio Anselmo da Silva
- 1º ocupante: Miguel Costa Barros

Letras 34

- Patrono: (Mons.) Rubens Gondim Lóssio
- 1º ocupante: (Pe.) Francisco Edimilson Neves Ferreira

Letras 35

- Patrono: José Colombo de Sousa
- 1º ocupante: José Jézer de Oliveira

Letras 37

- Patrono: Raimundo Girão
- 1º ocupante: Weber Andrade de Girão e Silva

Letras 38

- Patrono: José Bizerra de Britto
- 1º ocupante: Carlos Rafael Dias

Letras 39

- Patrono: Bernardina Vilar de Alencar Costa
- 1º ocupante: Maria do Rosário Lustosa da Cruz

Letras 40

- Patrono: (Pe.) Joaquim Marques de Alencar Peixoto
- 1º ocupante: José Peixoto Júnior

Letras 41

- Patrono: Raimundo de Oliveira Borges
- 1º ocupante: Francisco Neto de Borges Reis

Letras 42

- Patrono: Antônio Marchet Callou
- 1º ocupante: Alberto Callou Torres

Letras 43

- Patrono: Manuel de São João Madeira
- 1º ocupante: Heitor Feitosa Macedo

Ciências 1

- Patrono: Barreto Sampaio
- 1º ocupante: Napoleão Tavares Neves

Ciências 2

- Patrono: José Denizard Macedo de Alcântara
- 1º ocupante: Armando Lopes Rafael

Ciências 3

- Patrono: Antônio Macário de Brito
- 1º ocupante: Humberto Macário de Brito

Ciências 5

- Patrono: Miguel Arraes de Alencar
- 1º ocupante: Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

Ciências 6

- Patrono: Marcos Antônio de Macedo
- 1º ocupante: Carlos Alberto Ferreira de Alencar

Ciências 7

- Patrono: Wilson Gonçalves
- 1º ocupante: José Kleber Callou Filho

Ciências 8

- Patrono: Ossian de Alencar Araripe
- 1º ocupante: Samuel Vilar de Alencar Araripe

Ciências 9

- Patrono: Francisco Martins (Fran Martins)
- 1º ocupante: Maria das Graças Albuquerque Costa de Aquino

Ciências 13

- Patrono: José do Vale Arraes Feitosa
- 1º ocupante: José do Vale Pinheiro Feitosa

Ciências 15

- Patrono: Pedro Felício Cavalcanti
- 1º ocupante: José Kleber Callou

Ciências 17

- Patrono: Gutemberg Sobreira de Menezes
- 1º ocupante: Antônio Ronaldo Cordeiro Lima

Ciências 19

- Patrono: João Gonçalves de Sousa (Min. João Gonçalves)
- 1º ocupante: Melquíades Pinto Paiva

Ciências 21

- Patrono: Antônio José Gesteira
- Último Ocupante: Antônio Luiz Barbosa Filho
- 2º ocupante: Francisco Marcos Bezerra da Cunha

Ciências 22

- Patrono: Francisco Ferreira de Assis
- 1º ocupante: Francisco César Ferreira

Ciências 27

- Patrono: Elysio Gomes de Figueiredo
- 1º ocupante: João Marni Figueiredo

Ciências 29

- Patrono: José Waldemar Alcântara e Silva
- 1º ocupante: Lúcio Gonçalo de Alcântara

Ciências 30

- Patrono: Clóvis Beviláqua
- 1º ocupante: Aglézio de Brito

Ciências 33

- Patrono: Joaquim Fernandes Teles
- 1º ocupante: Ebert Fernandes Teles

Ciências 35

- Patrono: Raimundo de Norões Milfont
- 1º ocupante: Audir de Araújo Paiva

Folclore 1

- Patrono: Leonardo Ferreira Mota
- 1º ocupante: Elói Teles de Morais
- 2º ocupante: Maria Anilda de Figueiredo

Folclore 2

- Patrono: Antônio Gonçalves da Silva (Patativa do Assaré)
- 1º ocupante: Francisco de Assis Brito

Folclore 3

- Patrono: Elói Teles de Morais
- 1º ocupante: Luciano Carneiro de Lima

Folclore 4

- Patrono: Aderaldo Ferreira de Araújo (Cego Aderaldo)
- 1º ocupante: José Hélder França (Dedé de Zeba)

Folclore 5

- Patrono: Luís da Câmara Cascudo
- 1º ocupante: Francisco Willian Brito Bezerra

Folclore 7

- Patrono: José Carvalho (Cariri Braúna)
- 1º ocupante: José Wilton Soares e Silva (Dedé)

Folclore 8

- Patrono: José de Matos (Zé de Matos)
- 1º ocupante: Antônio Vicelmo do Nascimento

Folclore 9

- Patrono: Pedro Teles
- 1º ocupante: Francisco Araújo Teles (Tutita)

Folclore 10

- Patrono: José Francisco Luna (Dedé de Luna)
1º ocupante: José Carlos Araújo (Cacá Araújo)

Folclore 11

- Patrono: João Alves Rocha
- 1º ocupante: Francisco Alves Rocha

Folclore 12

- Patrono: Francisco Correia Lima (Correinha)
- 1º ocupante: Josenir Amorim Alves de Lacerda

Folclore 13

- Patrono: Hilário Lucetti
- 1º ocupante: Cícero Magérbio Rodrigues de Lucena e Monte

Folclore 14

- Patrono: Alexandre Francisco CerbelonVerdeixa (Pe. Verdeixa)
- 1º ocupante: Eugênio Dantas de Medeiros

Folclore 16

- Patrono: Pio Carvalho
- 1º ocupante: João Bosco de Sousa Rodrigues (Bosco Catingueira)

Folclore 17

- Patrono: João Teixeira Guimarães (João Pernambuco)
- 1º ocupante: João Ulisses Filho (João do Crato)

Folclore 19

- Patrono: José Martins D'Alvarez
- 1º ocupante: Francisco Jorge Carvalho Alves de Sousa

Artes e Ofícios 1

- Patrono: Carlos Maria de Ferrara (Frei Ferrara)
- 1º ocupante: (Pe.) Antônio Teodósio Nunes

Artes e Ofícios 3

- Patrono: Walderedo Gonçalves de Oliveira
- 1º ocupante: Vicente Jurandir Temóteo de Sousa (Jurandy Temóteo)

Artes e Ofícios 4

- Patrono: Branca Bilhar
- 1º ocupante: Dihelson José Mendonça de Sousa

Artes e Ofícios 6

- Patrono: Manuel Soriano de Albuquerque
- 1º ocupante: Ricardo Alencar Correia

Artes e Ofícios 7

- Patrono: Arnaldo Salpéter
- 1º ocupante: José Hugo de Alencar Linard

Artes e Ofícios 8

- Patrono: Manuel Augusto dos Santos (Maestro Azul)
- 1º ocupante: José Bonifácio Salvador

Artes e Ofícios 10

- Patrono: Jefferson de Albuquerque e Sousa
- 1º ocupante: Francisco Edésio Batista

Artes e Ofícios 11

- Patrono: José Jatay
- 1º ocupante: Francisco Correia Lima (Correinha)
- 2º ocupante: Francisca Maria Cardoso de Oliveira (Mana)

Artes e Ofícios 12

- Patrono: José de Figueiredo Brito
- 1º ocupante: Telma de Figueiredo Brilhante

Artes e Ofícios 13

- Patrono: Raimundo Pinheiro Pedrosa (Bruno Pedrosa)
- 1º ocupante: George Hugo Silva Macário de Brito

Artes e Ofícios 15

- Patrono: Pedro Maia
- 1º ocupante: Henrique Maia

Artes e Ofícios 16

- Patrono: Cursino Belém de Figueiredo
- 1º ocupante: Roberto Jamararu de Aquino

Artes e Ofícios 17

- Patrono: Agostinho Balmes Odísio
- 1º ocupante: Waldemar Arraes de Farias Filho

Artes e Ofícios 18

- Patrono: José Wilson Machado Borges
- 1º ocupante: Francisco Huberto Esmeraldo Cabral

Artes e Ofícios 20

- Patrono: Thomaz Osterne de Alencar
- 1º ocupante: Pedro Ernesto de Alencar

Artes e Ofícios 21

- Patrono: Fideralina Corrêa de Amora Maciel (Sinhá D'Amora)
- 1º ocupante: Edilma Chagas da Rocha

Artes e Ofícios 22

- Patrono: Joaquim da Cruz Neves
- 1º ocupante: Eugênio Pachelly Jamacaru de Aquino

Artes e Ofícios 23

- Patrono: Paulo Elpídio de Menezes
- 1º ocupante: Luiz José Teles dos Santos

Artes e Ofícios 24

- Patrono: Vicência Garrido
- 1º ocupante: Claude Berthe Bloc Boris

Artes e Ofícios 25

- Patrono: Bárbara Pereira de Alencar
- 1º ocupante: Maria La-Salette Libório Ribeiro da Silva

Artes e Ofícios 26

- Patrono: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe
- 1º ocupante: Pedro Antônio de Lima Santos

Artes e Ofícios 27

- Patrono: José de Oliveira Lima (Zé Cirilo)
- 1º ocupante: Francisco Heron Aquino de Oliveira

Artes e Ofícios 28

- Patrono: Hildegardo Benício
- 1º ocupante: Abidoral Rodrigues Jamacaru Filho

Artes e Ofícios 30

- Patrono: Pedro Gonçalves Norões
- 1º ocupante: Maria Lúcia de Brito Gonçalves Siebra

Artes e Ofícios 31

- Patrono: (Pe.) David Moreira
- 1º ocupante: (Mons.) Ágio Moreira

Artes e Ofícios 32

- Patrono: Emídio Lemos
- 1º ocupante: Geraldo José Macedo Lemos

Artes e Ofícios 33

- Patrono: Delmiro Gouveia
- 1º ocupante: Luiz Gastão Bittencourt

Artes e Ofícios 35

- Patrono: Luíz Gonzaga do Nascimento (Gonzagão)
- 1º ocupante: Francisco Hildelito Parente de Alencar

Artes e Ofícios 36

- Patrono: (Brig.) José Sampaio Macedo
- 1º ocupante: Ricardo de Macedo Biscuccia

Artes e Ofícios 37

- Patrono: Francisco Cícero Pierre
- 1º ocupante: João Teófilo Pierre

Artes e Ofícios 38

- Patrono: Cícero Alves de Sousa
- 1º ocupante: Maria de Fátima Lemos Alves

Artes e Ofícios 39

- Patrono: Vittorio Di Maio
- 1º ocupante: Glauco Vieira Fernandes

Artes e Ofícios 41

- Patrono: Euclides Francelino de Lima
- 1º ocupante: José Hamilton de Lima Barros

Artes e Ofícios 42

- Patrono: Luiz Gonzaga de Oliveira
- 1º ocupante: Jackson Oliveira Bantim (Bola)

Filosofia 1

- Patrono: Antônio Filgueiras Lima
- 1º ocupante: José Humberto Tavares de Oliveira

Filosofia 2

- Patrono: D. Luís Antônio dos Santos
- 1º ocupante: D. Gilberto Pastana

**CADEIRAS VAGAS DESDE O FALECIMENTO
DE SEUS OCUPANTES:**

Letras 5

- Patrono: (Mons.) Pedro Esmeraldo da Silva
- 1º ocupante: Maria de Lourdes Esmeraldo
- Último ocupante: Maria Sarah Esmeraldo Cabral

Letras 21

- Patrono: (Mons.) Pedro Rocha de Oliveira
1º ocupante: (Pe.) Antônio Batista Vieira
2º ocupante: (Dom) Newton Holanda Gurgel

Letras 23

- Patrono: Antônio Martins Filho
- 1º ocupante: Plácido Cidade Nuvens

Letras 27

- Patrono: Raimundo Quixadá Felício
- 1º ocupante: Manoel Patrício de Aquino (Nezim)

Ciências 25

- Patrono: Luiz de Borba Maranhão
- 1º ocupante: José de Paula Bantim

Ciências 31

- Patrono: Gilberto Dummar Pinheiro
- Último ocupante: Hélio Pinheiro Teles

Artes e Ofícios 2

- Patrono: Salviano Arraes Saraiva
- Último ocupante: José Correia Filho

Artes e Ofícios 5

- Patrono: Vicente Rosal Ferreira Leite
- 1º ocupante: Edílson Cordeiro da Rocha

Artes e Ofícios 9

- Patrono: Waldemar Garcia
- 1º ocupante: Amarílio Carvalho

Artes e Ofícios 14

- Patrono: Júlio Saraiva Leão
- 1º ocupante: Maria Telma Saraiva da Rocha

Artes e Ofícios 29

- Patrono: Francisco de Assis Leite
- Último ocupante: Francisco Jackson Nuvens de Alencar

Artes e Ofícios 40

- Patrono: Aldemir Martins
- 1º ocupante: Sérvulo Esmeraldo

SÓCIOS BENEMÉRITOS

- SB-001-Setembro de 2006
José Arlindo Siebra Sampaio Jr.

- SB-002-Outubro de 2013
Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos

- SB-003-Outubro de 2013
Samuel Macêdo Lobo

- SB-004-Outubro de 2013
Antônio Francisco do Nascimento (Antônio Limão)

- SB-005-Outubro de 2013
João Fernandes Lima

- SB-006-Outubro de 2013
Fabiola Alencar de Biscuccia

- SB-007-Outubro de 2013
Ariovaldo Carvalho

- SB-008-Outubro de 2013
Francisco Eli de Meneses

- SB-009-Outubro de 2013
José Sarto Cabral

SÓCIOS HONORÁRIOS

- Raimundo Pinheiro Pedrosa (Bruno Pedrosa)



AD ASTRA PER ASPERA

**Instituto
Cultural do Cariri**

Praça Cel. Filemon Teles Nº1 - Crato-CE

Pedimos às famílias da região
que disponibilizem materiais
audiovisuais ao nosso acervo.

Jackson Oliveira Bantim

Sócio Efetivo Acadêmico do Instituto Cultural do
Cariri, Seção Artes e Ofícios Cadeira 42 -
Patrono: Luiz Gonzaga de Oliveira

memorial.daimagemedosom@hotmail.com
jackson.bantim@urca.br
jbantim.blogspot.com
(88) 9934-3998 / 9212-2147



URCA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO



BANTIM
Produções Cinematográficas
Rua Pedro Bantim Neto, 33 Crato-CE



Itaytera

1. Ata da Assembleia Geral sobre a Eleição da Diretoria para o Biênio 2016/2017.

Ata da Assembleia geral ordinária para a 2ª eleição, digo, 2ª chamada, que com qualquer número de votos dará quórum, para a escolha da nova diretoria do Instituto Cultural do Cariri (biênio de 2016 – 2017). Aos 05 dias de julho de 2016 realizou-se na sede do ICC, sito à R. Rui Barbosa, s/n, praça Filemon Fernandes Teles, Crato/CE. A chapa inscrita foi apenas uma, que recebeu o nome Manoel Patrício de Aquino. A mesma estava assim constituída: Presidente (José Huberto Tavares de Oliveira); Vice-presidente (Claude Berth Bloc Boris); Secretário-geral (Francisco Huberto Esmeraldo Cabral); Secretário (Heitor Feitosa Macêdo); Tesoureiro (Roberto Jamacará de Aquino); Conselho Superior: Napoleão Tavares Neves (Presidente); membros (Olival Honor de Brito, Jurandy Temóteo Sousa e José Emerson Monteiro Lacerda). A eleição teve início às 08:00 horas sob a presidência de Jackson Bantim, funcionando como mesários Levy Felipe Santiago e Weber de Andrade de Girão e Silva. Ao término da votação, às 17:00 horas, do mesmo dia, nas presenças do presidente da mesa, Jack-

son Bantim, Levy Santiago e Weber Girão, além dos candidatos, deu-se a apuração dos votos, com o seguinte resultado: 17 votos para a chapa única, quórum este que legitimou, para o biênio 2016/2017, a chapa supradita. Os presentes felicitaram a chapa vencedora, desejando para a mesma votos de êxito para o biênio 2016/2017. Nada mais havendo a tratar, eu, Heitor Feitosa Macêdo, secretário, lavrei esta que, após lida, receberá as devidas assinaturas.

[assinaturas]



2. Novo Estatuto do Instituto Cultural do Cariri (ICC)

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI

CAPITULO I

Da Finalidade do Instituto

Art. 1º. O Instituto Cultural do Cariri, sociedade civil com sede na cidade do Crato/CE, fundado em 04 de outubro de 1953, tem por finalidade o estudo das ciências, letras, artes e ofícios, bem como o da cultura popular do Cariri cearense.

Art. 2º. Para preencher os seus fins, o Instituto manterá e promoverá:

- a) intercâmbio cultural com instituições congêneres, nacionais e

estrangeiras;

b) a edição de uma revista em que se publiquem trabalhos dos sócios e de outros colaboradores;

c) uma biblioteca e arquivo em que se guardem e relacionem os papéis, livros, documentos, cartas geográficas, autógrafos, etc., referentes à finalidade exposta no art. 1º deste Estatuto;

d) o culto, por meio de comemorações adequadas, dos feitos de nossa história, especialmente do Cariri cearense; e

e) a restauração e a conservação dos arquivos públicos e particulares, de símbolos e monumentos de qualquer natureza, ligados à história, ao estudo dos antigos usos, costumes e tradições do Cariri cearense.

Art. 3º. A região de abrangência do Instituto compreende os Municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Milagres, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda, Araripe, Campos Sales, Assaré, Brejo Santo, Mauriti, Barro, Aurora, Jardim, Jati, Abaiara, Granjeiro, Penaforte, Altaneira, Porteiras, Salitre e Potengi (adotando-se como critério a classificação da Mesorregião Sul Cearense dada pelo IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, ano 2010).

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 4º. O Instituto é composto de cinco (05) classes de sócios: Fundadores, Efetivos, Correspondentes, Honorários e Beneméritos.

Art. 5º. É considerado Sócio Fundador o que se associou à ideia de organização do Instituto no ato de sua fundação e assinou a respectiva Ata.

Art. 6º. Sócio Efetivo é aquele que participa, ativa e assiduamente, dos trabalhos do Instituto e que pode votar e ser votado.

Art. 7º. Sócio Correspondente é o que, residindo fora da região

do Cariri cearense, mantém correspondência assídua com o Instituto e concorre, com sua experiência e interesse, para o engrandecimento da Instituição.

Parágrafo único. Passando a residir na Região, o Sócio Correspondente poderá se tornar Efetivo.

Art. 8º. Sócio Honorário é aquele que, por distinta posição social ou reconhecido mérito pessoal e ainda em virtude de relevantes serviços prestados à sociedade, recebe tal distinção do Instituto.

Art. 9º. Sócio Benemérito é aquele que tenha concorrido com elevado donativo de valor histórico, ou de qualquer outra espécie, para a organização e manutenção do Instituto.

Art. 10. O Sócio Efetivo contribuirá, desde o ato de sua admissão, com a anuidade no valor a ser atualizado, periodicamente, pela Diretoria.

Art. 11. Torna-se passível de suspensão, a critério da Diretoria, o Sócio que:

a) abandonar reincidentemente o cumprimento dos seus deveres estatutários;

b) conduzir-se inadequadamente, em sessão ou na sociedade, tendo recebido advertência na primeira vez e censura pública na segunda;

c) menosprezar de público os atributos e objetos do Instituto, seus fins e organização, ou detratar injustamente qualquer um de seus associados;

d) não comparecer às sessões por mais de três (03) meses sem justificar por escrito;

Parágrafo único. O sócio suspenso que, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da respectiva comunicação, não apresentar razões que sejam julgadas pela mesa suficientes para sua reabilitação, será considerado excluído dos quadros do Instituto.

Art. 12. Ao Sócio Efetivo será concedida, por motivo ponderável,

licença por tempo não superior a seis (06) meses, sendo seu lugar nas Comissões preenchido por nomeação

Art. 13. O Sócio Efetivo que não satisfizer o pagamento das mensalidades por três (03) meses seguidos ficará suspenso dos seus direitos, podendo voltar à sua plenitude logo que normalizar a situação com os cofres sociais.

Art. 14. Na sessão de posse do Sócio Efetivo o recipiente prestará o seguinte compromisso: *“prometo trabalhar pelo desenvolvimento do Instituto Cultural do Cariri e cumprir fielmente os seus estatutos”*.

CAPÍTULO III

Das Cadeiras

Art. 15. Ficam criadas 150 (cento e cinquenta) cadeiras no Instituto Cultural do Cariri, a serem preenchidas com defesa de trabalho sobre os seus Patronos em solenidades públicas da Entidade:

a) as cadeiras já criadas ficam oficializadas com seus Patronos e atuais ocupantes, ratificadas decisões anteriores da Diretoria;

b) a Diretoria cuidará do preenchimento das demais Cadeiras, instituindo em tempo oportuno seus Patronos, observando a exigência de homenagear vultos notáveis ligados por qualquer título à nossa Região nos setores das Letras, Ciências, Folclore, Artes e Ofícios, bem como Filosofia;

c) ficam destinadas 45 Cadeiras às Letras, 35 às Ciências, 20 ao Folclore, 45 às Artes e Ofícios, e 05 à Filosofia;

d) só será admitido como titular de uma cadeira o candidato que for aceito por maioria absoluta em votação da Diretoria;

e) quando alguma das cadeiras se encontrar vaga, o próximo ocupante eleito defenderá, ao ser empossado, trabalho a respeito do seu predecessor imediato;

f) todos os trabalhos acerca das cadeiras, seus patronos e ocupantes, bem como as saudações aos recipiendários, serão, oportuna-

mente, publicados na revista Itaytera;

g) só poderão ser admitidas no quadro dos Sócios Titulares pessoas vinculadas à vida cultural da Região caririense; e

h) o Sócio Titular que expressamente renunciar a sua Cadeira por escrito terá esta declarada vaga.

Art. 16. Não poderão ser escolhidos como Patronos de Cadeiras pessoas ainda vivas.

CAPÍTULO IV

Das Sessões

Art. 17. As sessões do Instituto serão Ordinárias, Extraordinárias, de Assembleia Geral e Solenes.

Art. 18. As Sessões Ordinárias serão mensais e se realizarão em dia e hora designados pela mesa.

Art. 19. As Sessões Ordinárias obedecerão à seguinte ordem:

a) abertura da sessão pelo Presidente;

b) leitura e discussão da Ata;

c) leitura e despacho do Expediente;

d) estudo e solução dos assuntos trazidos ao conhecimento do Plenário;

e) uso facultativo da palavra; e

f) encerramento pelo Presidente.

Art. 20. Consideram-se Extraordinárias as sessões não estabelecidas nos presentes Estatutos, as quais seguirão o rito das Sessões Ordinárias e obedecerão as mesmas exigências.

Art. 21. As Sessões de Assembleia Geral serão convocadas por Edital, 15 (quinze) dias antes da sua realização, pelo Presidente, quando a mesa julgar necessário, ou a requerimento de 10 (dez) Sócios Efetivos no pleno gozo de seus direitos.

Art. 22. Para a realização da Assembleia Geral é necessária a pre-

sença da maioria absoluta dos Sócios Efetivos, na primeira convocação; e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

Parágrafo único. Entre a primeira e a segunda convocações o prazo será de uma hora.

CAPÍTULO V

Da Direção e Administração

Art. 23. A direção e a administração do Instituto competem à Diretoria eleita bienalmente entre os Sócios Efetivos.

Art. 24. A Diretoria será constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º secretário, 2º Secretário, Diretor Social, Cerimonialista, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Art. 25. Ao Presidente compete:

- a) abrir, dirigir, distribuir os trabalhos das sessões e os suspender, quando necessário;
- b) visar a correspondência recebida e assinar a expedida;
- c) representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- d) nomear o Bibliotecário e quaisquer comissões especiais.
- e) tomar parte nos trabalhos das comissões permanentes e especiais, sempre que o entender ou for necessário;
- f) fiscalizar o serviço do Arquivo e da Biblioteca, determinando as providências que julgar necessárias;
- g) nomear, suspender e exonerar funcionários do Instituto, submetendo o ato à aprovação da Diretoria;
- h) autorizar quaisquer despesas e visar os respectivos comprovantes;
- i) promover sessões de aniversário e de datas comemorativas;
- j) exercer o voto de minerva, quando houver empate em qualquer votação; e
- l) apresentar, nas sessões de aniversário do Instituto, um relatório geral dos trabalhos realizados durante o ano, expondo as medidas

que julgar convenientes para o seu maior desenvolvimento.

Art. 26. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências.

Parágrafo único. Na ausência do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo 1º Secretário, e assim sucessivamente, na ordem estabelecida no art. 24.

Art. 27. Ao 1º Secretário compete:

a) redigir, expedir, receber e arquivar toda a correspondência do Instituto;

b) assinar os Diplomas, as Portarias e demais atos emanados do Presidente e da mesa;

c) ter sob sua direção e guarda o Arquivo do Instituto, conservando e autenticando todas as cópias de documentos que tenham de ser arquivadas;

d) ler o expediente que houver em cada sessão;

e) encarregar-se da publicidade, na imprensa, dos atos públicos do Instituto;

f) escrever e ler as atas das Sessões Ordinárias e de quaisquer outras, fazendo constar das mesmas os nomes dos sócios presentes;

g) manter um livro de efemérides regionais;

h) organizar e atualizar sempre o livro do registro dos sócios; e

i) substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos ou ausências.

Art. 28. Cabe ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário em seus impedimentos ou ausências.

Art. 39. É da competência do 1º Tesoureiro:

a) escriturar a receita e a despesa do Instituto;

b) receber as responsabilidades e joias dos sócios e quaisquer outras contribuições, subvenções e auxílios, públicos e/ou particulares;

c) pagar as contas de despesas autorizadas pelo Presidente, depois de visadas por este; e

d) recolher a uma conta bancária por meio de cheques assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Art. 30. Cabe ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos ou ausências.

Art. 31. O membro da Diretoria que faltar a 03 (três) reuniões contínuas e 06 (seis) intercaladas, sem a devida justificativa, perderá o direito de permanecer no cargo.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Art. 32. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral:

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de vacância de cargo efetivo, este será preenchido por um dos suplentes, até o término do mandato.

Art. 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar os livros de escrituração da Entidade;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados; e
- d) opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo único. O Conselho reunir-se-á mensalmente, e, sempre que necessário, extraordinariamente.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Superior

Art. 34. O Conselho Superior será constituído por 04 (quatro) membros, sendo um Presidente e 03 (três) titulares, escolhidos por ocasião das Eleições Gerais do Instituto.

§ 1º Os membros do Conselho Superior serão escolhidos, preferencialmente, dentre nomes de anteriores ocupantes do cargo de Presidente do Instituto.

§ 2º O mandato do Conselho Superior será coincidente com o da Diretoria.

Art. 35. Compete ao Conselho Superior acompanhar as atividades da Instituição em suas finalidades estatutárias e desempenhar funções consultivas e orientadoras, no que concerne ao cumprimento de seus dispositivos originais.

CAPÍTULO VIII

Das Comissões

Art. 36. Haverá três Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Folclore e Tradições Populares;
- b) Comissão de Editoração e Organização de Livros e Revistas;
- c) Comissão de Ciências, Letras e Artes.

Parágrafo único. Essas Comissões serão compostas de 03 (três) membros, sendo um dos quais seu presidente, por escolha da comissão.

Art. 37. As Comissões Especiais, quando necessárias, serão nomeadas pela Diretoria do Instituto.

Art. 38. À Comissão de Folclore e Tradições Populares compete

assistir, apoiar e promover apresentações e divulgação dos grupos da cultura popular caririense, no sentido de preservação e incentivo da memória regional.

Art.39. À Comissão de Editoração e Organização de Livros e Revistas compete:

- a) organizar os originais e editar publicações que tragam a marca do Instituto; e
- b) catalogar todos os documentos relativos a originais arquivados na Biblioteca do ICC.

Art. 40. À Comissão de Ciências, Letras e Artes compete realizar estudos e pesquisas que lhe forem determinados, bem como emitir parecer sobre a idoneidade intelectual dos candidatos a Sócios.

CAPITULO IX

Da Admissão dos Sócios

Art. 41. Os sócios Efetivos, Correspondentes, Honorários e Beneméritos serão admitidos mediante proposta apresentada por Sócio em pleno gozo dos seus direitos, após parecer favorável da Comissão de Ciências, Letras e Artes, e referendado por maioria simples dos membros da Diretoria.

Parágrafo único. Da proposta referida no caput constarão os dados de qualificação do proposto, bem como os cargos que tenha exercido, a natureza de qualquer escrito, composição ou livro que tenha produzido, dados esses que serão firmados em declaração escrita.

Art. 42. Ao Sócio Benemérito será emitida uma comunicação escrita e encaminhado um Diploma a ser entregue em Sessão Sole-ne do Instituto.

CAPITULO X**Das Eleições e Substituições**

Art. 43. As eleições da Diretoria e das Comissões Permanentes serão realizadas bienalmente, na primeira quinzena de outubro.

Art. 44. As eleições para qualquer fim se realizção por escrutínio secreto, sendo considerado eleito o que obtiver maioria simples de votos.

Parágrafo único. Em caso de empate, será considerado eleito o de idade mais avançada.

Art. 45. Havendo qualquer vaga na Diretoria ou nas Comissões Permanentes, por motivo de falecimento, renúncia, mudança de domicílio e de categoria do titular de qualquer cargo, será este preenchido:

a) por nova eleição, em Sessão Extraordinária logo após a vacância, quando faltarem mais de quatro (04) meses para o término do mandato; e

b) por indicação do Presidente, quando faltar menos de quatro (04) meses para o término do mandato.

Art. 46. O período social terá a duração de dois (02) anos, iniciando-se na data do aniversário do Instituto, 04 de outubro, ocasião em que serão empossados os eleitos.

CAPITULO XI

Disposições Gerais

Art. 47. As consultas, pareceres, propostas e requerimentos serão feitos por escrito, devidamente assinados, sendo todos protocolados e arquivados.

Art. 48. Por interesse próprio, os membros da Diretoria não poderão firmar contrato ou outro tipo de vínculo que tenha por objeto o uso e gozo, com exclusividade e continuidade, de salas ou espaços da sede do Instituto.

Art. 49. Os Sócios Efetivos poderão retirar e conservar em seu poder qualquer livro da Biblioteca, até o prazo máximo de trinta (30) dias, mediante registro próprio.

§ 1º Demais documentos do Arquivo e da Biblioteca, bem como jornais, revistas, obras raras, etc., só poderão ser consultados na sede do Instituto.

§ 2º A depender do necessário grau de conservação, pela raridade e pela fragilidade, o manuseio de algumas peças deverá ficar restrito à adoção dos critérios técnicos exigíveis, inclusive mediante a permissão da maioria absoluta dos Diretores.

Art. 50. A mesa organizará os regulamentos que julgar convenientes para a plena execução deste Estatuto e regular funcionamento dos diversos órgãos do Instituto.

Art. 51. O presente Estatuto só poderá ser reformado mediante a Assembleia Geral convocada por 1/3 (um terço) dos Associados.

Art. 52. Os Sócios do Instituto não respondem pelas obrigações sociais da Instituição.

Art. 53. Ocorrendo a interrupção das atividades do Instituto por mais de cinco (05) anos, entender-se-á que o Instituto tenha encerrado as suas funções, passando então a universalidade do seu patrimônio à instituição similar do município do Crato, ou à Uni-

versidade Regional do Cariri (URCA), ficando sob sua guarda até o posterior restabelecimento das atividades originais.

Parágrafo único. Durante o período de interrupção dos trabalhos normais do Instituto, todo o seu patrimônio será administrado e conservado pela última Diretoria até o prazo estabelecido no *caput*.

Art. 54. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pela Diretoria ou, segundo sua importância, pela Assembleia Geral.

Crato/CE, 07 de dezembro de 2016.

JoséHuberto Tavares de Oliveira
(*Presidente do ICC*)

Heitor Feitosa Macêdo
(*Secretário do ICC*)

Farmácia Vasconcelos

Ética e Compromisso com sua Saúde

Laércio Vasconcelos

Diretor Comercial

Tels.: 88 3521.1717 / 3521.2016

Cel.: 88 99975.1241

farmacia_vasconcelos@hotmail.com

Rua Bárbara de Alencar, 901

CEP.: 63100-340

Centro - Crato - Ceará.

Itaytera

3. Os 200 anos da Revolução Pernambucana no Cariri Cearense

HEITOR FEITOSA MACÊDO

A Revolução de 1817 rompeu primeiramente em Pernambuco, sendo também chamada de “Revolução dos Padres”, devido a participação de sacerdotes ligados ao Seminário de Olinda.

Tal revolução se apoiava em princípios iluministas do século XVIII, trazidos da Europa, cujo lema se resumia a três palavras básicas: *liberté, égalité e fraternité*, o que, quando traduzido do francês para o português, significa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Na corrida em busca da liberdade, o Brasil assistiu a vitória das Treze Colônias sobre a Metrópole inglesa que alcançaram seu objetivo com o nome de Estados Unidos da América no ano de 1776; também viu a Revolução Francesa se desvencilhar do absolutismo monárquico

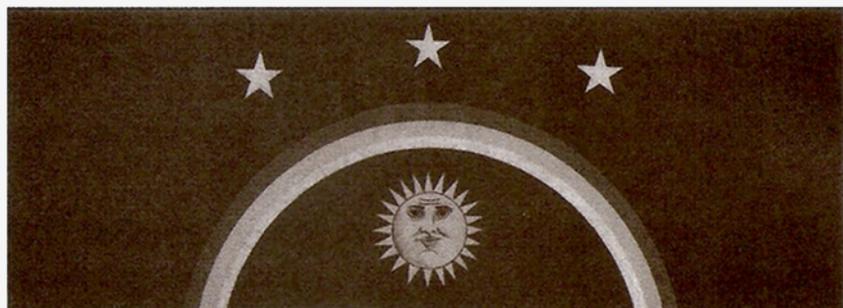


FIGURA 1. BANDEIRA ELABORADA PELOS PATRIOTAS DE 1817 ANTES DA ADESAO DO CARIRI CEARENSE AO MOVIMENTO, POR ISSO HAVER APENAS TRÊS ESTRELAS REPRESENTANDO APENAS AS CAPITANIAS DE PE, PB E RN.

através destas ideias e de muito sangue, em 1789; tudo isso sendo motivado pelos referidos princípios iluministas.

Não demorou para que estas ideias, até então consideradas subversivas, chegassem ao território brasileiro, onde, por óbvio, provocaram grande euforia, o que é demonstrado pela deflagração da Inconfidência Mineira, em 1789, a qual foi rapidamente abafada, restando deste esboço revolucionário a sua bandeira com desenho triangular, de influência maçônica, e com a bela frase latina: *libertas quae sera tamen*, isto é, "liberdade ainda que tardia".

Não bastasse tanto reboliço, a semente iluminista ensaiou germinar novamente em solo pátrio no ano de 1798, desta vez, na Bahia. Porém, sua duração foi breve, ficando esta tentativa conhecida na história com os nomes de Conjuração Baiana, Revolta dos Alfaiates e Re-

volta dos Búzios.

Na senda da liberdade e da independência, os pernambucanos “abriram dos peitos” e abraçaram a causa. A primeira tentativa veio com a Inconfidência dos Suaçuna, em 1801, tendo à frente o poderoso clã dos Cavalcante de Albuquerque, magnatas da açucarocracia nordestina e aboletados na burocracia colonial brasileira desde a era de 1500. Todavia, o plano dos Suaçuna foi descoberto e abortado pelas autoridades.

Mas os pernambucanos eram teimosos e arengueiros, pois, além de manhosos, estavam acostumados com as guerrilhas (guerras brásilicas) desde longa data, ao tempo das invasões holandesas, época em que a coesão das “etnias” em solo brasileiro (portugueses, negros, índios e mestiços) redundou num sentimento nativista. Também, deve ser destacado que Pernambuco foi palco da Revolta dos Mascates no ano de 1710, onde brasileiros (senhores de engenho) e portugueses (comerciantes, também chamados de mascates) entraram em conflito por questões financeiras, o que terminou fomentando mais desavenças nas primeiras décadas do século XIX.

Estes foram alguns dos ingredientes para a deflagração da Revolução Pernambucana de 1817, que, por estar metida com o iluminismo, também desejava a Independência do Brasil e a instalação de uma República.

Em Recife, os revolucionários tiveram que antecipar a execução dos planos, pois a Coroa portuguesa, ao tomar conhecimento da trama, tencionou prender e matar vários indivíduos, sobretudo, gente da elite agrária. Por isso houve a reação do Leão Coroado (José de Barros Lima), ao atravessar de espada o brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro, depois deste lhe ter dado voz de prisão, no dia 6 de março de 1817. No mesmo dia os revolucionários tomaram as ruas da Vila de Santo Antônio do Recife.

Para alcançar seus objetivos os “patriotas” não mediram esforços, buscando apoio das outras nações, sobretudo das que há pouco

haviam praticado atos de rebeldia, como os Estados Unidos e a França. Mas os seus projetos iam além, pois de tudo fizeram na tentativa de resgatar o general Napoleão Bonaparte, preso na Ilha de Santa Helena (Costa da África), para que este comandasse as tropas do “Norte” do Brasil.

Mas se o apoio do exterior era importante, também era necessário ganhar a adesão das população residente no Brasil. Desta feita, expandindo o movimento revolucionário para as capitanias vizinhas, como PB, AL e RN, também era necessário tomar o Ceará, pois a posição geográfica seria estratégica para avançar sobre o Maranhão e as demais capitanias ao Norte da colônia brasileira (MA e PA).

Inicialmente, foi o ouvidor-geral do Ceará João Antônio Rodrigues de Carvalho o responsável por preparar a revolução neste lugar, o que fazia através de “conciliábulos” realizados de madrugada nas casas dos moradores mais importantes. Na verdade, essa sua estratégia baseava-se em criar “clubes” de maçonaria. Contudo, os segredos do projeto revolucionário vazaram e, ao se inteirar disto, o governador da mesma capitania, Manoel Ignácio de Sampaio, determinou a prisão do ouvidor Carvalho, o que se deu no dia 30 de março de 1817.

Diante deste entrave, os revolucionários pernambucanos não desistiram, mandando mais dois “patriotas” ao Ceará, a fim de matar o governador Sampaio, e, depois, revolucionar a dita capitania. Os “patriotas” escolhidos para a missão foram dois cearenses residentes em Pernambuco, Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, os quais embarcaram em uma jangada no dia 14 de abril de 1817 levando armas, fardamento e correspondências do Governo Provisório de Pernambuco.

Entretanto, durante essa navegação de cabotagem, na altura do presídio de Canoa Quebrada, foram descobertos e presos no dia 25 de abril de 1817, mas, antes disso, arremessaram a maioria das provas materiais ao mar, na tentativa de despistar as autoridades portuguesas.

Portanto, as duas primeiras invectivas dos revolucionários pernambucanos em tomar o Ceará foram desbaratadas. Foi por isso que resolveram enviar por terra um jovem eloquente, estudante do Seminário de Olinda, o então subdiácono José Martiniano de Alencar. E isto ocorreu por diversos motivos, pois o jovem sertanejo, além de muito inteligente, possuía íntimas relações com o vigário da Vila do Crato, Miguel Carlos da Silva Saldanha, bem como com o capitão-mor da mesma localidade, José Pereira Filgueiras, indivíduo que o povo cariense seguia e adorava cegamente. Assim, tendo nas mãos a cruz e a espada, Alencar era o mais indicado para deflagrar a Revolução no Ceará, que, desta vez, deveria ser conquistado do sertão em direção ao litoral.

Tratado pelo pseudônimo de “Patriota B”, José Martiniano de Alencar seguiu para o Ceará na companhia de um colega de seminário, Miguel Joaquim César (“Patriota A”), o qual também tinha a missão de revolucionar o sertão do Rio do Peixe, na capitania da Paraíba, vizinho ao Cariri cearense (Cariris Novos).

No dia 29 de abril de 1817, Alencar chegou à casa materna, no Sítio Pau Seco, hoje no município de Juazeiro do Norte, mas que, à época, fazia parte da Vila do Crato. Daí, no dia 30, passou ao sítio vizinho, o Pontal, onde residia seu padrinho de crisma, o vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, que, ao tempo, era apontado como sendo o genitor de José Martiniano de Alencar. Neste derradeiro sítio recebeu a visita de muitos correligionários.

Já tendo palestrado com os principais da terra no intento de persuadi-los em favor da causa revolucionária, na manhã do dia 3 de maio de 1817, em um domingo, o “padre” Alencar foi à missa na Igreja Matriz da Vila do Crato, onde, depois de ouvir a homilia do pároco, dirigiu-se ao púlpito e leu um dos textos símbolo da revolução em Pernambuco, o “Preciso”, escrito pelo advogado Mendonça. Em seguida, proclamou a Independência da vila em relação a Portugal bem como instalou a República, indo até a casa do Senado para oficializar

o ato, substituindo os oficiais da Câmara (juizes ordinários, vereadores e escrivães) por gente de sua confiança, isto é, revolucionários. Na ocasião destes fatos, também hasteou-se uma bandeira branca, como era o costume dos patriotas.

No dia seguinte, 4 de maio de 1817, foi promovido um jantar na casa de Dona Bárbara Pereira de Alencar, na Vila do Crato, o "Jantar da Liberdade", convidando-se para o banquete os maiores do lugar, entre estes o capitão-mor José Pereira Filgueiras, que compareceu ao rega-bofe na companhia de seu filho, de um sobrinho e de seu "íntimo", ou melhor, cabra, José de Sousa Brabo. Diz-se que o clima foi tenso e com tímido diálogo, havendo muita sobriedade, inclusive no que tange ao brinde da comemoração, pois, das duas garrafas de vinho postas sobre a mesa, beberam apenas a metade de uma destas. Cabe ressaltar que a História ainda não explicou com clareza a participação dúbia do referido capitão-mor nos fatos concernentes a 1817.

Ao chegar o dia 5 de maio do referido ano, José Martiniano e outros revolucionários foram à Vila de Jardim/CE, e, na companhia de um dos moradores, Leonel Pereira de Alencar, irmão de Bárbara Pereira de Alencar, também deflagraram a República e a Independência.

Praticamente, não há informação sobre o que ocorreu nestas duas vilas nos dias subsequentes, e esta obscuridade permanece até o dia 11 de maio de 1817, quando as tropas realistas promoveram a restauração da Vila do Crato.

A contrarrevolução logo começou a ser arquitetada pelos monarquistas. Mas o sucesso disto dependia do apoio do homem mais venerado pelo povão da época, o capitão-mor da Vila do Crato José Pereira Filgueiras. Patriotas e realistas sabiam disto e, por esta razão, disputavam cada palmo da simpatia de Filgueiras. Conhecendo bem a situação, o coronel Leandro Bezerra Monteiro, o líder mais exaltado da contrarrevolução, logo cuidou em dissuadir o capitão-mor Filgueiras da neutralidade que vinha mantendo desde o dia da deflagração do movimento, posto ser amigo íntimo da família Alencar e do vigário-

geral do Crato, Miguel Carlos da Silva Saldanha.

Em 1817, Filgueiras já possuía, aproximadamente, 58 anos, por conseguinte, era ele um homem experiente o bastante para não arriscar o pescoço em aventuras políticas, afinal, ser revolucionário significava cometer crime de lesa-majestade, cuja pena consistia em morte cruel, infâmia da família e confisco dos bens. Que homem em sã consciência teria coragem de expor a si e toda sua família a riscos tão graves?

As informações trocadas com Cariri seguiam de forma lenta e repleta de boatos, o que dificultava apreciar a real situação do embate entre a revolução e a contrarrevolução. Na maioria das vezes, combatia-se sem ter a certeza de qual lado estava ganhando. No dia da contrarrevolução do Cariri, 11 de maio de 1817, os patriotas ainda estavam no poder na Vila do Recife, contudo, no dia 20 do mesmo mês se entregaram aos realistas. Filgueiras não podia vacilar, pois, a depender de sua postura, além de sua família, muita gente poderia ser atingida pelas duras consequências das Ordenações Filipinas (Livro V, Título VI).

Desta maneira, Filgueiras, a toque de caixa e tiros de bacamarte, reuniu numerosa tropa e seguiu para o Crato na companhia do coronel Leandro Bezerra Monteiro, onde apearam no alto do Barro Vermelho (tope da atual ladeira Duque de Caxias), hasteando a “bandeira real”.

A cena abalou fortemente a maioria dos “revolucionários”, que, ao tomar conhecimento de que Filgueiras liderava a tropa prestes a invadir a vila, meteu o pé na carreira, permanecendo pouca gente na hora da restauração. Além de seus irmãos, José Martiniano de Alencar ficou-se sofregamente no lugar, munido de uma faca, que logo lhe foi tomada no ato da prisão. Já na Vila de Jardim, a restauração independeu de qualquer esforço dos monarquistas, pois os patriotas fugiram às pressas ao saber desta notícia.

A primeira leva de presos fora enviada tão logo para Icó, entregando-se a escolta a Joaquim Pinto Madeira. Desta parte seguiram para Fortaleza sob a escolta do capitão Manoel da Cunha Freire Pedro-

sa, mas não sem percalços, pois houve fuga de parte dos presos, entre eles Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Daí, depois de recapturados, os presos foram enviados para Recife/PE, e, depois, a maioria, para os cárceres da Bahia, junto com boa parte dos revolucionários das outras capitânias.

Acrescente-se que nos meses subsequentes à restauração outras prisões foram feitas, pois muitos patriotas tentaram dissimular suas posições políticas a fim de se livrarem da repressão das autoridades, no entanto, muitos foram identificados e capturados com o passar do tempo.

Disse o pesquisador Luís da Câmara Cascudo que a Revolução Republicana de 1817 foi “a mais linda, inesquecível e inútil das revoluções brasileiras”. Talvez ela não tenha logrado êxito imediato, mas serviu de comburente para os diversos movimentos posteriores, direcionando os caminhos que trouxeram o País a atual situação política e institucional, pois seu ideal continuou aceso nas mentes malogradas de 1817, possibilitando alcançar, paulatinamente, a Independência, a primeira Constituição, a República, a Democracia, Direitos e Garantias, Liberdade de Expressão, Liberdade Religiosa, etc.

Diante dos 200 anos da Revolução Republicana no Cariri cearense, em 3 de maio de 2017, publicamos uma lista com os nomes dos indivíduos que estiveram envolvidos a favor da Revolução Republicana de 1817 no território da então Capitania do Ceará Grande. (Obs: utilizamos como fonte a lista apresentada pelo padre Francisco Tavares Muniz, em sua obra “História da Revolução de Pernambuco em 1817”, e a relação dos réus presos existentes na Cadeia da Relação da Bahia, Biblioteca Digital Luso Brasileira, disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38002>>. Acesso em 16/05/2017, às 19hs34min.):

1- Antônio da Costa, cabra do Lameiro

2- Antônio de Holanda Cavalcante ou Antônio de Holanda Chacon

- 3- Alexandre Raimundo Bizerra (Bezerra)
- 4- Agostinho Pinto de Queirós
- 5- Bárbara Pereira de Alencar
- 6- Bartolomeu Alves de Quental
- 7- Carlos José da Costa, Padre (filho de Bárbara Pereira de Alencar)
- 8- Estêvão José de Lima
- 9- Félix Carneiro, cabra do Lameiro
- 10- Francisco Alves Pontes
- 11- Francisco Antônio Raposo da Câmara
- 12- Francisco Cardoso de Matos
- 13- Francisco Carlos de Rezende Zacarias
- 14- Francisco Manoel de Barros, Padre
- 15- Francisco Pereira Arnauld
- 16- Francisco Pereira Maia Guimarães
- 17- Frei Francisco de Santa Ana Pessoa
- 18- Gerardo Henrique de Mira
- 19- Gonçalo Borges de Andrade, Padre
- 20- Inácio Tavares Benevides (casado com uma irmã de Bárbara Pereira de Alencar, chamada Genoveva Pereira de Alencar)
- 21- Jerônimo de Abreu, crioulo forro
- 22- João Antônio Rodrigues de Carvalho, ouvidor-geral
- 23- Joaquim da Costa, cabra do Lameiro
- 24- Joaquim Francisco de Gouveia
- 25- José Carlos de Oliveira
- 26- José Cipriano dos Santos Gaforino
- 27- José Martiniano Pereira de Alencar, Padre (filho de Bárbara Pereira de Alencar)
- 28- Jerônimo de Abreu
- 29- Leonel Pereira de Alencar (irmão de Bárbara Pereira de Alencar)
- 30- Lourenço Mendes
- 31- Manuel da Costa, cabra do Lameiro
- 32- Manoel Domingos de Andrade

33- Manoel Carlos da Silva Saldanha (irmão do padre Miguel Carlos da Silva Saldanha e casado com uma irmã de Bárbara Pereira de Alencar, Antônia Pereira de Alencar)

34- Manuel Gonçalves da Fonte, Padre

35- Manuel da Silva, cabra do Lameiro

36- Mathias José Pacheco

37- Miguel Carlos da Silva Saldanha, Padre

38- Miguel Justo, cabra do Lameiro

39- Pedro Leite da Silva

40- Raimundo Pereira de Magalhães

41- Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, filho de Bárbara Pereira de Alencar

4. A Última Carta do Padre Cícero?

WEBER GIRÃO

Há 82 anos, faltando uma década para completar um século, falecia Cícero Romão Batista, mais conhecido como Padre Cícero. Natural de Crato, no Ceará, sua trajetória foi tão intensa na política quanto na religião, influenciando até hoje a vida de milhares de pessoas, principalmente em Juazeiro do Norte, cidade que ajudou a emancipar há mais de cem anos. Cícero nasceu no Segundo Reinado (1840-1889) e viveu desde seus 45 anos de idade todo o período da República Velha (1889-1930). Aprendeu a se adaptar politicamente, por força das circunstâncias, também devido a este turbulento período da história brasileira. Nos seus últimos anos, já doente e praticamente cego, não teria mais as mesmas condições de antes para se articular com as novas forças emergentes, sobretudo na chamada Era Vargas (1930-1945), iniciada com a derrubada do presidente Washington Luís. Antes deste período, Cícero combatia Getúlio Vargas avidamen-

te, chamando-o inclusive de anticristo em uma carta aberta aos fiéis, contudo com o assassinato de João Pessoa, então candidato à vice-presidência da República, deflagrou a Revolução de 1930 e surpreendeu até os mais experientes pela mudança de curso dos acontecimentos.

Deste momento em diante, Cícero amargou dissabores com a destituição de seus correligionários no cenário nacional e cearense. Seria o princípio do fim. Em 16 de julho, quatro dias antes da morte do Padre Cícero, foi promulgada a Constituição de 1934. Este feito provava a sagacidade do adversário Vargas, que conseguiu habilmente manter-se no poder, apesar da Revolução Constitucionalista de 1932, permanecendo como presidente até 1945, tornando a esta função através do voto direto em 1951, onde ficou até 1954, quando “saiu da vida para entrar na história”. Existe uma ideia de que o Padre Cícero teria empregado suas últimas forças principalmente para se conciliar com a igreja, aparentemente deixando de lado a política governamental.

O sucesso de vendas “Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão”, livro de autoria do escritor Lira Neto, ganhou o segundo lugar do Prêmio Jabuti de Literatura na categoria biografia. Baseado em uma década de estudos, esta obra apresenta os anos de 1933 e 1934 sem articulações na política, descrevendo quase que estritamente o agravamento da saúde do padre. Há mais de trinta anos, foi publicado o livro “Cartas do Padre Cícero”, do mesmo autor de “Os Arquivos do Padre Cícero”, o Padre Antenor de Andrade Silva. Segundo este estudo, a derradeira carta assinada por Cícero seria datada de 10 de agosto de 1931, nesta época ditada para ajudantes devido à sua vista debilitada, sendo esta prática corriqueira desde 1926.

No ocaso da vida, Cícero foi visitado por um conterrâneo, o médico Irineu Pinheiro, notabilizado por seu grande conhecimento histórico e capacidade de articulação. Nesta circunstância, as palavras de Cícero eram de lembranças bucólicas de sua infância, arrependimento de erros do passado e evidente despedida da vida, conforme explicitado pelo próprio Pinheiro em seu livro *Efemérides do Cariri*, publicado

postumamente em 1963 e reeditado em 2010. Irineu Pinheiro foi o primeiro presidente e um dos criadores do Instituto Cultural do Cariri, sodalício fundado em Crato no ano de 1953 por ocasião do centenário desta cidade. Entretanto, um novo elemento até então desconhecido foi descoberto nesta instituição, uma carta assinada por Cícero em 28 de fevereiro de 1934. A própria carta, que pode tratar-se da última assinada pelo padre, é um tesouro histórico, contudo, não se equipara à importância do teor das palavras que contém.

A carta foi endereçada ao então Ministro da Guerra, o General Góis Monteiro (1887-1956), chefe militar da Revolução de 1930, tendo sido portada pelo Dr. Coutinho, advogado juazeirense que em 1934 foi eleito suplente dos deputados federais pelo Partido Social Democrático. O precioso documento encontrado no Instituto Cultural do Cariri foi oferecido pelo Coronel Raimundo Teles Pinheiro (1908-1987), emi-nente militar cratense que também se dedicou às pesquisas históricas. O conteúdo da correspondência apresenta, *ipsis litteris*, as seguintes palavras:

Juazeiro, 28 de fevereiro de 1934

Exmo. Snr. General Góes Monteiro

Saudações

Muito me apraz a oportunidade de dirigir-me a V. Excia., por interme-dio da presente carta, e em tão boa hora servindo de portador o meu distinto amigo e conterrâneo Dr. Pedro Coutinho Filho.

Creia que a minha profunda admiração por V. Excia é a consequencia de uma visão patriótica condizente com as realidades brasileiras, como jamais tenho visto em homem algum do Brasil, nesses ultimos tempos. A sua atuação militar e politica no cenário da vida brasileira tem sido, podemos dizer, um li-vro aberto de vitórias e trabalho consciente em prol da grandeza do Brasil. Por mais que eu quisesse, não me seria possível silenciar sobre aquilo que o meu

coração pedia que eu dissesse, sinão de plena voz, ao menos epistolarmente.

Todo este meu sentir é produto de um sentimento sincero e patriótico, porquanto nada quero e nada desejo sinão a grandeza do meu país.

Portanto, queira V. Excia. contar-me no rol daqueles que não só o admiram, mas também dos que vem a ajuda-lo a erguer um Brasil sob todos os títulos dignos dos brasileiros.

*Aqui em Juazeiro e e aí no Rio, na pessoa do meu eminente amigo e conterraneo Dr. Pedro Coutinho, pessoa autorizada a representar-me em qualquer assunto, disponha como aprouver a V. Excia. do admirador sincero
Pe Cícero Romão Batista.*



Como resposta, o General Góis Monteiro escreveu o seguinte, aqui reproduzido *ipsis litteris*:

Rio, 31 de Março de 1934.

Eminente amo Rev. Padre Cícero.

Cordiais cumprimentos.

Confirmando meu telegrama, como primeiro agradecimento da vossa gentil e espontânea dádiva, cujo portador foi nosso comum amigo Dr. Coutinho, apresso-me novamente a traduzir, nesta, os meus profundos agradecimentos pelas vossas bondosas, patrióticas e animadoras palavras de Fé e muita Esperança em prol da grandeza do nosso País.

Manifestações dessa natureza muito me confortam o espirito e a vontade, principalmente esta última, no tocante ao batalhar contra os inimigos do País, quer sejam eles máus brasileiros, quer sejam os intrusos agitadores estrangeiros.

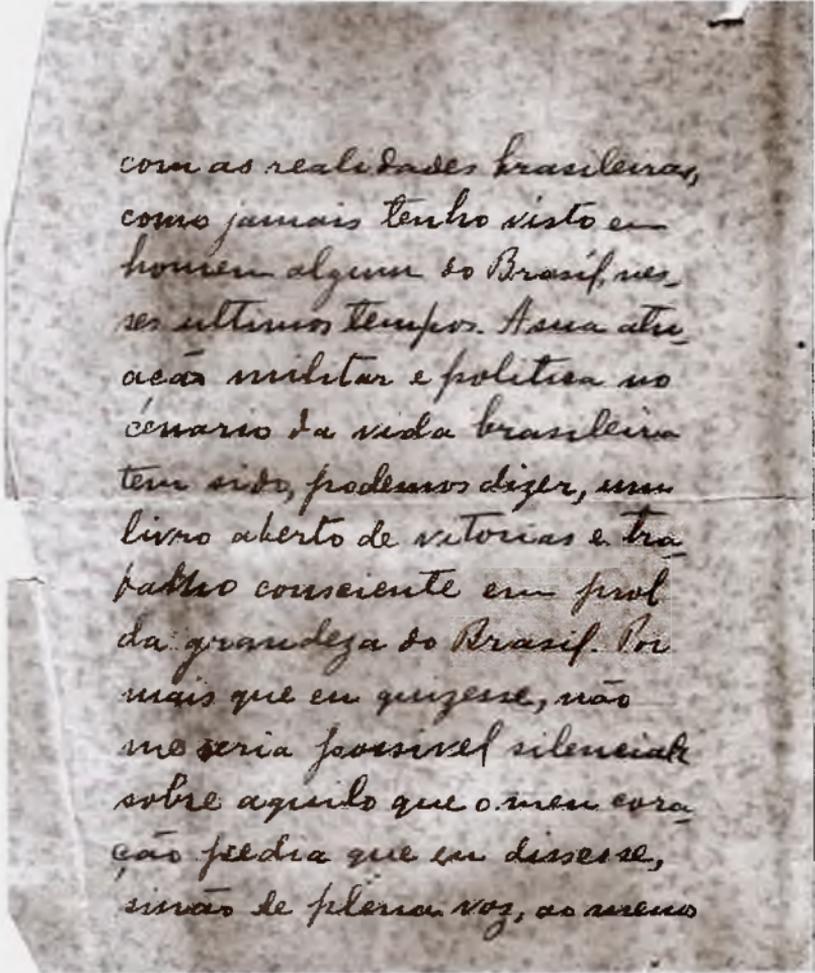
As vossas palavras são sobejamente autorizadas, não só pela sinceridade de patriota como pelo valor real que elas traduzem sob todos os títulos, como prelado, professor, e até como militar, o que tem sido provado na magnânima missão de civilizador do nosso sertanêjo nortista, que conta seguramente com a vossa sábia assistencia protetora e o Brasil vê, portanto, nessa valiosa missão um prolongamento da santa peregrinação do extraordinario Arquitecto.

Guardarei com muito carinho a vossa dádiva – o punhal. Poderia ser uma cruz, e, pois, de quem emana só tem uma significação: – humildade cheia de grandeza divina para com os seus semelhantes.

JVS.

A avaliação do conteúdo sugere que Cícero, mesmo nos momentos finais de sua vida, ainda não tinha desistido de se articular na política nacional. Fechadas as portas com Getúlio Vargas, buscou a melhor oportunidade possível para aliar-se às novas forças emergentes do Brasil. Cerca de três meses após assinar esta carta, Cícero submeteu-se a uma cirurgia malsucedida que lhe deixou praticamente cego, passaram-se mais dois meses até sua morte. Qualquer correspondência posterior que venha a ser descoberta tem de compreender

uma data nesta estreita janela. De qualquer forma, se esta não é a última carta assinada pelo Padre Cícero, certamente foi sua cartada final no jogo da política.



com as realidades brasileiras,
como jamais tenho visto em
homem algum do Brasil, nes-
ses últimos tempos. A sua atre-
vida ação militar e política no
cenário da vida brasileira
tem sido, podemos dizer, um
livro aberto de vitórias e tra-
balho consciente em prol
da grandeza do Brasil. Por
mais que eu quizesse, não
me seria possível silenciar
sobre aquilo que o meu cora-
ção pedira que eu dissesse,
simão de plena voz, ao mundo

10 de fevereiro de 1911

epistolarmente.

Todo este meu sentir é o produto de um sentimento sincero e patriótico, porquanto nada quero e nada desejo senão a grandezza do meu país.

Portanto, queira V. Excia. contar-me no rol daquelles que não só o admiram, mas também dos que querem a ajuda-lo a engrandecer seu Brasil, sob todos os títulos digno dos brasileiros.
Aqui em Juazeiro e

e aí no Rio, na pessoa do
meu eminente amigo
e conterrâneo Dr. Pedro
Castanho, pessoa auto-
rigada a representar-me
em qualquer assunto, se
pouha como aprouver a
V. Excia. do admirador
sincero


Pedro Castanho

Rio, 31 de Março de 1954.

Eminente ar^o Rev. Padre Cícero.

Cordiais cumprimentos.

Confirmando meu telegrama, como primeiro agradecimento da vossa gentil e espontanea dádiva, cujo portador foi o nosso comum amigo Dr. Coutinho, apressa-me novamente a traduzir, nesta, os meus profundos agradecimentos pelas vossas bondosas, patrióticas e animadoras palavras de Fé e muita Esperança em prol da grandeza do nosso País.

Manifestações dessa natureza muito me confortam o espírito e a vontade, principalmente esta última, no tocante ao batalhar contra os inimigos do País, quer sejam eles máus brasileiros, quer sejam os intrusos agitadores estrangeiros.

As vossas palavras são sobejamente autorizadas, não só pela sinceridade de patriota como pelo valor real que elas traduzem sob todos os títulos, como orador, professor, e até como militar, o que tem sido

- 2 -

provado na magnânima missão de civilizador do nosso sertanêjo nortista, que conta seguramente com a vossa sábia assistência protetora e o Brasil vê, portanto, nessa valiosa missão um prolongamento da santa peregrinação do extraordinário ~~apóstolo~~ *Arquibaldo*

Guardarei com muito carinho a vossa dívida -
de punhal. Poderia ser uma cruz, pois, de quem
semana só tem uma significação: - humildade cheia
de grandeza divina para com os seus semelhantes.

21

Hoje estou com o Cel. Neto, um querido irmão
do meu Cariri. Rio, 20/11/44
Cel. Luiz Soares

Itaytera

5. Dona Fideralina e Os Augustos

DIMAS MACEDO

5.1. Primeiro Movimento

A arte de fundir palavras e de projetar o texto sobre o intervalo e o espaço branco do silêncio não se faz tão-só pela vontade de quem a empreende. Objetos-primos do desejo às vezes nos arrastam até o horizonte da memória e nos arremessam para os grandes prazeres da conquista.

Melquíades Pinto Paiva, apesar da sua grande expressão de cientista, nunca perdeu a paixão pela infância e pela arte de amar a sua gente e os fulgores da sua região. O Ceará orgulha-se de tê-lo como filho, e Lavras da Mangabeira ufana-se de vê-lo projetado como extensão do seu corpo mitológico e da sua tradição oracular.

Fideralina Augusto Lima, a mais expressiva das coronelas do Nordeste, expõe-se no livro de Melquíades - *Uma Matriarca do Sertão: Fideralina Augusto Lima* (Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2008) como

jamais se expôs em qualquer publicação sobre a história e os conflitos de que foi protagonista ou coadjuvante.

Ressalto tão-somente, aqui, por dever de justiça, a pesquisa de Rejane Augusto, o opúsculo de Rachel de Queiroz e Heloisa Buarque de Holanda (*Dona Fideralina das Lavras*, Rio, 1996) e os esforços de Joaryvar Macedo como pontos de partida para uma tentativa de biografia de referida matrona. E bem assim o perfil que dediquei à sua trajetória, no meu livro - *Lavrenses Ilustres* (1981, 2ª ed.:1986).

Expoente da biologia de peixes no Brasil e cientista de projeção internacional, com esse seu novo livro, oferece-nos Melquíades um curioso estudo sobre a figura emblemática de Dona Fideralina Augusto, de quem, aliás, é descendente, tanto ele quanto sua prima e mulher Maria Arair.

Sei que eu teria, se quisesse, o direito de escrever uma introdução abrangente para o livro ou um posfácio tão desnecessário quanto bastante extenso. Melquíades quis, no entanto, que eu puxasse a apresentação das orelhas. E eu dou graças a Deus que a Rejane Augusto ele tenha confiado o espaço do prefácio, pois, se tivesse acontecido o contrário, eu jamais terminaria a encomenda.

E que Deus, Nosso Pai, seja louvado! E que louvados sejam, por igual, Melquíades Pinto Paiva e Arair, a memória de Joaryvar Macedo, o berço afetivo que nos acolheu e o abraço com que o Salgado sempre nos uniu!

5.2. Segundo Movimento

Lavras é uma das cidades do Ceará de traço social mais sólido. E a sua história política é uma das mais fascinantes do Estado.

Capital do Vale do Salgado e porta de entrada para o Cariri, em seu solo cultivaram-se, à larga, o algodão e a rapadura, até meados do século precedente. E hoje ali se cultivam a memória do seu passado glorioso e o altíssimo abandono do seu patrimônio arquitetônico.

O município de Lavras fez o seu segundo centenário, em 20 de maio de 2016: três anos, portanto, após o quarto jubileu da sua freguesia, criada a 30 de agosto de 1813.

São muitos os tesouros do seu contributo cultural. É terra de artistas famosos, quais Sinhá d' Amora, Gilberto Milfont, Aury Porto, Vicente de Paroca, Bruno Pedrosa, AiranFilgueiras, Francisco Araújo e Nonato Luiz; e de escritores consagrados, oito deles na Academia Cearense de Letras.

E mais: Lavras da Mangabeira é pátria de cinco senadores, quatro ministros de Estado, seis desembargadores, dezenove deputados estaduais ou federais, quarenta e seis sacerdotes.

Federalina Augusto Lima é a sua principal representação no plano mitológico e na política que se fez à margem dos partidos. A família Augusto é o traço social icônico da sua genealogia. É a mais expressiva de todas as famílias do lugar e aquela que mais se distinguiu no plano estadual.

Joaryvar Macedo é o historiador mais destacado da velha Atenas Cearense ou ainda Dublin Cearense, na expressão de Edmilson Caminha; e Rejane Augusto é a pesquisadora que tem por objeto o resgate das suas origens e da sua evolução.

Mas o que importa destacar, no momento, é que esses dois escritores estão unidos pela republicação de *Os Augustos*, divulgado por Joaryvar Macedo, em 1971, e agora reapresentado aos leitores, em sua 2ª edição (Fortaleza: ABC, 2009), pela competência de Rejane Augusto, encarnação da mulher lavrense que nunca deixou de pelear.

Com essa nova versão atualizada e revista de *Os Augustos*, Rejane assinala o coroamento dos seus projetos de pesquisa, que já montam a cinco, em volumes que estão de pé, honrando a tradição dos seus ancestrais.

Louva-se, pois, a genealogia cearense com a reedição desse livro seminal, tecido com as linhas da história oral e ancestral e com a metodologia da pesquisa que se concretiza com a verificação dos registros

mais antigos e originais.

Rejane Augusto e Joaryvar Macedo estão completamente plenos neste livro; e a família Augusto, de Lavras da Mangabeira, estão de parabéns. É parceria, portanto, que deve perdurar, referência que são esses Augustos da nossa mais viva e vera tradição.

5.3. Terceiro Movimento

Rejane Monteiro Augusto Gonçalves solicita a minha opinião a respeito do seu livro – *A Vocação Política de Fideralina Augusto Lima* (Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991), ensaio com o qual homenageia a patrona da Cadeira que ocupa na Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno.

Se Fideralina Augusto Lima *foi (é ou continua sendo) uma lenda*, para aqui me valer da expressão de Rachel de Queiroz, acredito que o meu parecer pouco poderia acrescentar ao desenlace da aventura que Dona Fideralina viveu, qual a personalidade política feminina de maior expressão no Ceará.

Fideralina, com a sua armadura de rainha, hoje já não é mais um nome que se contém na história do Município onde nasceu e viveu o exercício supremo do poder. Pertence ao oráculo que o vulgo popular erigiu, e tem sido citada como exemplo de coragem e bravura, e como a referência do coronelismo numa sociedade de composição patriarcal.

Mas o encanto maior é saber que Fideralina agora encontrou a sua biógrafa, na pessoa de uma mulher que é forte e que traz no sangue a virtude de ser descendente da sua estirpe oracular.

Filha de um bisneto de Fideralina, neta e bisneta de dois dos maiores coronéis do Ceará, justo seria esperar que a ela, Rejane Augusto, estivesse reservada a tarefa de deslindar a trajetória na qual se envolveram os seus ancestrais, resgatando da poeira do tempo a história do Município de Lavras.

Rejane Monteiro Augusto Gonçalves, contudo, não é apenas a pesquisadora dos fatos históricos da sua região e a biógrafa mais autorizada do coronel João Augusto e de Dona Fideralina: é nome que se firma no cenário da historiografia cearense e no epicentro da vida cultural do Ceará.

Como pesquisador da história de Lavras e conterrâneo de Rejane Augusto, e, acima de tudo, como leitor curioso dos fastos da conquista e povoamento do Sul do Ceará, posso afirmar que a autora cumpriu a missão a que se propôs.

E, para ser mais objetivo, gostaria de dizer que, em *A Vocação Política de Fideralina Augusto Lima*, Rejane realizou a síntese biográfica dessa ilustre matrona que outros historiadores talvez gostassem de um dia poder realizar.

Trata-se de pesquisa que atende aos requisitos que a Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno impõe como condição para o ingresso de escritoras cearenses nos quadros da sua nobilitante instituição.

5.4. Quarto Movimento - Entrevista Sobre Fideralina

Jussara Germano - Qual é a relação de Fideralina na constituição da sociedade lavrense? E quais aspectos ela significou à sua sociedade?

Dimas Macedo- A relação de Dona Fideralina Augusto com a sociedade lavrense é visceral e representa a afirmação e a arrancada definitiva da vila e, depois, da cidade de Lavras para a sua inserção no quadro da cultura nordestina. Desde os seus primórdios, o seu bisavô, Francisco Xavier Ângelo Sobreira, os seus tios-vós e o seu avô materno, Manoel Rodrigues da Silva, se fizeram baluartes da emancipação política do município de Lavras, e tomaram partido nas lutas pela Independência no Ceará. Também o seu pai, o tenente-coronel João Carlos Augusto, e o seu marido, o major Ildefonso Correia Lima, contribuíram, de forma irreversível, com esses atos de constituição e de

crescimento de Lavras da Mangabeira. A ela coube o papel de continuadora dessa tradição, mas é sob a sua égide que a vila de Lavras alcança o seu *status* de cidade e o apogeu do seu sistema político, baseado em uma oligarquia que ela comandou com pulso de ferro, cuidando da educação dos seus filhos e administrando, com rara competência, o seu patrimônio político. Dona Fideralina não foi apenas uma líder política extraordinária, mas uma latifundiária e uma empresária de grande visão.

Jussara - Fideralina viveu em uma época onde as mulheres não tinham tanta participação social, o que você diria que possibilitou a ela o espaço na política, economia e administração?

Dimas - Na vila de São Vicente das Lavras a educação formal do sexo feminino somente foi permitida em 1856, quando Fideralina Augusto tinha vinte e quatro anos, já era casada e mãe de vários filhos. É interessante observar que ela ficou viúva ainda jovem e que cuidou com esmero da educação dos seus filhos. Tudo, na sua época, funcionava contra as aspirações e os direitos da mulher. Ela, no entanto, soube furar esse bloqueio e firmar a sua personalidade. Nesse sentido, ela foi uma pioneira. E uma pioneira ainda mal estudada, mal interpretada, diluída entre fantasias e histórias que falam de um mito, mas que não se voltam para a sua vida real. Daí me parecer oportuno o estudo da sua época e da sua personalidade no âmbito da vida acadêmica, com os recursos da pesquisa de ordem científica.

Jussara - Sendo mulher de decisões firmes, Fideralina possibilitou aos lavrenses e às demais pessoas a criação de uma memória sobre a sua personalidade enquanto figura pública e mulher. Diante de tantas pesquisas e da vivência lavrense, o que possibilitou a criação desta memória? Qual é a memória que prevalece sobre Fideralina Augusto Lima em Lavras da Mangabeira Ceará?

Dimas - A disputa de memória em torno de Dona Fideralina Augusto está ainda começando. O que se firmou, até agora, foi unicamente o mito e a fantasia, apesar dos estudos de Joaryvar Macedo e das minhas contribuições. O roteiro biográfico de Rejane Augusto (*A Vocação Política da Fideralina Augusto Lima*, 1990) e a biografia de Melquíades Pinto Paiva (*Uma Matriarca do Sertão - Fideralina Augusto Lima*, 2008) são ainda embrionários e estes autores são seus descendentes diretos, isto é, trazem dos seus ancestrais os fulgores da herança e a força da tradição familiar. Esse ciclo precisa ser rompido. É o que pretendo fazer nos próximos anos, com a publicação de um livro definitivo sobre essa ilustre matrona. Um livro contextualizado, que tem como marcos os anos de 1773 (quando ocorre o matrimônio do bisavô materno de Fideralina, na Igreja Matriz do Icó) e 1923 (data em que se verifica o assassinato do Coronel Gustavo, última representação de Dona Fideralina, no centro comercial de Fortaleza). Um ensaio escrito com as luzes da Ciência Política e da Sociologia Política, mas que paga tributo à Historiografia e à verificação apodítica dos documentos e dos fatos protagonizados por Fideralina Augusto e pelos seus descendentes, na época em que ele atuou como soberana e como rainha sem coroa.

DR. AGLÉZIO DE BRITO

ADVOGADO

6. Emerson Monteiro - Memória e Estilo

MAÉRCIO SIQUEIRA

Percorrendo as páginas de “Histórias do Tatu”, livro recente de Emerson Monteiro, nos deparamos com um labor literário de inegáveis qualidades, o que nos convida a fazer alguns comentários, necessariamente de natureza geral, baseados em nossas impressões a respeito da referida produção.

Movendo-se quase restritamente dentro do quadro de suas recordações, no livro mencionado, o autor nos comunica suas vivências não só num estilo que já o imortaliza, mas também com uma visão de mundo repleta de interesse e de humanismo estético. Nesse sentido, o caráter memorialista da obra resvala o simples devaneio com que nós outros costumemente nos lembramos, por vezes de maneira muito prazerosa, de nossas experiências pretéritas, principalmente as da infância, para dar lugar a uma escrita primorosa, na qual as lembranças são convocadas de maneira organizada, a fim de fundamentar a lição que por meio delas foi apreendida. Por isso, de um ponto de partida

qualquer, um objeto, uma pessoa, um animal, um ocorrido, as imagens arregimentam-se, ordenam-se, girando em torno do tema que as trouxe à luz.

Perpassa essas memórias o crivo avaliativo e ponderador do Emerson de hoje. Não é a simples enunciação do repertório mnemônico o que vemos, mas a paisagem, a crítica, a reflexão, sobre cada detalhe trazido à consciência. É aqui que entramos em contato verdadeiramente com o autor, o que, ao nosso ver, realmente nos importa: conhecer o homem através do que ele diz de si mesmo, dos outros e do mundo.

As vivências do autor são seu patrimônio particular, o que ele poderia chamar de "sua vida". Dos eventos descritos e do cenário em que as coisas acontecem, outros tiveram suas experiências, as quais, pelo colorido subjetivo inevitável com que estão matizadas, se mostram diferentes para cada um envolvido no assunto que se toma.

Importa-nos não só o modo como nosso autor introjetou suas percepções, como tudo repercutiu dentro dele, mas também como introduz esse conteúdo nas formas da língua e normas gramaticais, explorando a expressividade verbal, no campo específico da estilística literária. Mesmo na análise mais superficial de sua produção, saltam aos olhos o ascetismo de suas frases, a austeridade na seleção das palavras, pelo uso de um léxico arcaico, porém indispensável ao trabalho do autor. É aqui que vale aquela antiga divisa cunhada pelo Conde de Buffon, a de que "o estilo é próprio homem", uma vez que Emerson é um ser humano de pensamentos universalistas, espiritualistas, com um pendor natural para a filosofia e os mergulhos profundos no reino da consciência. É lógico que uma tal personalidade necessite, para se expressar, de linguagem erudita, polida, compatível com sua sensibilidade aguda e a luminosidade do seu belvedere. Tal refinamento ainda se apresenta quando do uso dos termos notadamente do uso da gente sertaneja do Nordeste.

Assim, cremos nós, podemos ter um ponto de apoio para fazer

uma leitura mais substancial das crônicas que constituem, em conjunto, esse notável volume de *Histórias do Tatu*. Não é novo na Literatura brasileira o ambiente de engenho dando ensejo às produções do espírito, no tocante às belas letras. Pode-se mencionar o quanto essa referência foi crucial na obra de José Lins do Rêgo. O nosso autorcaririense, contudo, sendo fiel à sua pena reflexiva, não envereda pela ficção, sendo a realidade vivida a base de seu trabalho com as palavras. A propriedade de sua família, o sítio Tatu, embrenhado em Lavras da Mangabeira, torna-se o ponto convergente do menino embevecido com o universo circundante e do homem maduro que procura ter nas mãos os fios de suas múltiplas vivências, situadas em diversos pontos do passado, para fazer de tudo uma síntese, sondando os significados ocultos nas imagens agora recordadas.

Restaria saber se o autor podia se dispensar a árdua tarefa de edificar essas crônicas, tematizando os tempos primevos de sua vida. Mas a julgar pela vivacidade com que tais imagens aparecem em suas descrições e relatos, e a forma como elas tomam e absorvem o autor, conforme ele mesmo confessa, deixa patente que não se trata de uma ociosidade de sua alma, mas uma necessidade imperiosa, para a qual não resta escolha a não ser dar todos os caracteres de arte a essa anamnese. Quem já se embebeu da prosa de "Memórias do Cárcere", de Graciliano Ramos, sabe a que ordem de forças se filia essa empreitada de Emerson.

As lembranças, com efeito, fazem sentir sua força no escritor, não lhe deixando alternativas quanto ao que fazer com elas. Assim, nos diz ele que em algumas horas, "sem imaginar situações do distante passado, elas afloram com tamanha intensidade que chegam a impor, no pensamento, histórias esquecidas de longa data, ficando garras e impondo condições nos dias de agora, a ponto de prevalecer sobre ocupações contemporâneas" (p.43)

Com efeito, é preciso entender que há um propósito nesse perscrutar, uma intenção perseguida pelo interior investigativo de nosso autor, um interesse por vezes voltado exatamente sobre o ato de lem-

brar: “*Isso de lembrar apresenta aspectos por vezes misteriosos*” (p. 43). Vale dizer que não se trata de uma constatação sem uma profundidade de compreensão. É preciso buscar em outro lugar o pensamento do autor a respeito dessa faculdade da mente humana, dissertação que se nos apresenta inevitavelmente com linguagem filosófica, em um trecho de um texto intitulado “*Limites imaginários*”, extraído do blog alimentado pelo autor:

Três conceitos principais indicam limites à Consciência, quais sejam: passado, presente e futuro. Passado não mais existe, porém dada a função da memória, esta preserva sua virtual existência a ponto de criar significados, sendo em muitos a razão fundamental da sobrevivência, lá onde ficaram guardadas as fases da vida que se foi, os pretensos lucros do sucesso, amores, vitórias, viagens, festas, etc. Lembranças favoráveis, ou decepções, estas que acarretam os gatilhos que, ao disparar, vez em quando, geram sofrimento, depressões e metabolismos doentios. Bom, ainda que o passado suma na longa estrada dos dias que ficam pra trás, sujeitam dominar o território mental e reverter o quadro atual a mera ausência onde deveria habitar todo tempo o presente definitivo. (<http://monteiroemerson.blogspot.com.br/2017/02/limites-imaginarios.html>)

A voz dos tempos, em sussurros, em chegando aos ouvidos do nosso autor, encontram o terreno favorável para os seus registros definitivos, pela mão criteriosa de Emerson. Tudo decorre então da generosidade do autor, ouvido atento à humanidade que fala, sente, se expressa. “*Histórias outras, transitam pela memória dos que viveram e vivem às margens daquelas águas (...)*” p.13. Tocantes, nesse sentido, são as páginas dedicadas a Lourdes, sua babá, e as visitas que faz ao seu avô, já residente em Crato, do qual escuta, em interação respeitosa as já repetidas histórias do passado. Talvez dessas visitas, em que as memórias, tão vivas, tomam o lugar da quase inércia do presente, o nosso autor

tenha não só configurado definitivamente suas próprias lembranças, mas também se convencido da inevitável tarefa de deitar por escrito aquele mundo agora só existente pela cadeia das causas e efeitos.

Sobre o propósito mencionado, aquele ponto a que pretende chegar o autor quando se entrega às suas memórias, aparece de maneira sutil na seguinte passagem, na crônica intitulada "Tempo de menino": *"Às vezes pergunto aos meus filhos qual a primeira lembrança que têm da atual existência, o que lhes leva a rever aspectos recentes, talvez sem atinar bem ao que quero saber"* (p. 139). De maneira mais patente, é o próprio Emerson que nos dá, na construção do livro em questão, o sentido de suas memórias, assinalando talvez a conclusão cabível a todos a respeito de suas próprias existências: *"Gosto de dizer que, na história de cada pessoa, metade da existência se emprega a conhecer outros personagens, e a outra metade a vê-los sumir nas curvas dos caminhos. Isto que resume a jornada humana de modo claro e verdadeiro, porquanto ninguém se alimenta somente das ilusões passageiras. Há de haver um crivo permanente, a somar as experiências e montar os quadros definitivos de tudo e de todos, numa única e eterna sinfonia de coisas e gente, em eterna galeria de imortalidades persistentes e definitivas"* (p.98)

Deixamos de lado, propositalmente, o exame do conteúdo de *Histórias do Tatu*, para nos limitarmos apenas aos aspectos do estilo e do papel da memória. E ainda assim, tivemos de fazer cortes abruptos em nossa abordagem, para que esse ensaio não se estendesse além do conveniente. Contudo, nos pontos mencionados, muito ainda poderia ser dito.

**DR. JOSÉ FLÁVIO
PINHEIRO VIEIRA**

MÉDICO
CLÍNICA GERAL

Haytera

7. O Gosto de Escrever

EMERSON MONTEIRO

Desde menino, ali pelos doze, quatorze anos, que venho tangendo esse gosto pela palavra. Primeiro, o prazer de ouvir os versos populares lidos pelos operários; adiante, as histórias de reinos e fantasia, dos contos orientais. Tia Risalva, irmã de meu pai, me presenteava com livros dessa natureza, pois sabia de meu interesse nos temas. Depois, o interesse que minha mãe despertou nos filhos de gostar de ler os clássicos. Em casa havia o *Tesouro da Juventude*, emblemática enciclopédia destinada aos adolescentes, e as obras completas de Machado de Assis, José de Alencar, além de livros de literatura geral, brasileira e estrangeira.

Nos colégios, as redações. Lembro o professor que me motivou a escrever, Newton Holanda Gurgel, Padre Newton, posteriormente bispo da Diocese do Crato. Nesse tempo da quarta série ginásial, começamos, eu e Miguel Lobo, a fazer um jornal mural no Colégio Diocesano, *O Bacamarte*, de saudosa memória.

No Curso Científico, além do Monsenhor Montenegro, o profes-

sor Rubens Soares Chagas daria atenção ao tema da escrita e observou alguns detalhes de minhas redações que ocasionariam maior interesse pelos livros, pelas palavras. Fazíamos, então, um jornal mimeografado, sob a supervisão de Joaryvar Macedo, o *Nossa Opinião*.

A amizade que mantive com Nirson Monteiro, irmão de minha mãe, ex-aluno dos Maristas e devotado aos livros, acrescentou a tendência literária que em mim aos poucos nascia. Frequentávamos a Biblioteca da Faculdade de Filosofia do Crato. Assim, vim conhecer obras de reconhecido valor na minha formação.

Ainda nessa fase da adolescência, conheci Antônio Vicelmo do Nascimento, que iniciava uma carreira jornalista de sucesso no Cariri, e montamos, juntos de Armando Rafael, Pedro Antônio Lima Santos, Padre José Honor e Huberto Cabral, a equipe de redatores do jornal *Ação*, em Crato, que abriria espaço ao despertar dos jovens cratenses para produzir outros jornais, época vibrante de 1968.

Escrevia notícias e uma coluna de crônicas no semanário, *Páginas da Vida*, em que permaneci por mais de um ano, e cujos textos ainda os conservo, copiados da coleção do jornal que havia na Cúria Diocesana.

Os livros, sempre nas imediações, eram meu derivativo das horas livres. Os companheiros de viagem, de solidão. Autores variados, desde poetas a ficcionistas, filosofia, história, psicologia, etc., mantinham acesas inspirações de escrever.

Na década de 60, após concluir o segundo grau, hoje ensino médio e nos inícios dos anos 70, iria morar em Salvador, entrando no Curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Nessa fase, deixaria de lado as palavras, em busca das imagens. Faria colagens, fotografia e cinema. Durante onze anos praticamente nada escrevi além de trabalhos acadêmicos.

Quando regresssei ao Cariri, fins da década de 70, graças aos incentivos de José Bezerra (Deca), Padre Antônio Vieira, Luís Karimai, Vicelmo, Marcos Peixoto, Luiz José dos Santos, Edmilson Félix, Juran-

dy Temóteo, Lázaro Fontinele e Henrique Maia, outra vez produziria textos destinados à publicação pela imprensa. Quando menos esperei, pegava de volta o gosto da escrita, vindo nisso até hoje, preenchendo páginas e páginas, agora nos tempos da internet com um *blog* de atualização constante: www.monteiroemerson.blogspot.com

H C

ADVOGADOS ASSOCIADOS

DR. HEITOR

FEITOSA MACÊDO

(88) 9951.4600

DRA. CLARISSA

MIRANDA NORÕES

(88) 9907.7895

Itaytera

8. Carta de um Brasileiro

JORGE EMICLES

Desde quando o ufanismo nos habita? A partir de que instante, teríamos sido invadidos pelo sentimento de superioridade a propósito de todas as demais nações, nos fazendo crer servos de um povo altivo, soberano e independente? Será que a partir do ventre de nossas mães carnis já não seríamos embebidos do discurso patético do amor à pátria, do sentimento de unidade enquanto povo e de sacrifício em nome do Estado? Pelo menos, de tenra idade já nos ensina o hino nacional que “um filho teu não foge à luta/ nem teme, quem te adora, a própria morte”. E em nome desse profano sentimento nacionalista tantos dos nossos irmãos brasileiros já praticaram asneiras ignóbeis, heroísmos patéticos e barbáries cruéis... e tantos outros já encontraram a prematura morte nas inúteis lutas pelo poder. Mas assim também se passa com todos os povos, de todas as nações, de todos os rincões do planeta, que desde imemorrável tempo inutilizam suas vidas e sacrificam suas mortes na defesa desse etéreo ser sem face, cheiro ou cores que nos acostumamos a chamar por Estado.

Jamais se contabilizaram os índios assassinados pelos colonizadores, nem os escravos torturados até a morte e nem os operários vítimas da violência dos insalubres locais de labor, nem muito menos os trabalhadores acometidos da mortandade bélica das centenas de favelas país afora. Quando não foi o Estado que praticou essas mortes, as autorizou ou pelo menos se insensibilizou por sua cúmplice omissão. Os sobreviventes desse genocídio quase perpétuo e tolerado, quando não perpetrado pela "idolatrada" pátria brasileira, ainda são coagidos a declarar-lhe incondicional amor. Se não são cooptados pelos símbolos nacionais e líderes políticos, fraquejam diante do hino cantado na abertura das partidas da copa do mundo, afinal, a mídia ensina que cada qual de nós é "brasileiro, com muito orgulho e muito amor"!

Mas, e quantos de nós já parou para refletir a sério a respeito de quem de fato seria esse poderoso Estado? Ou de que propriamente se trata esse monstro? Os juristas repetem a incansável versão de que tudo é fruto de um grande e harmonioso acordo, por onde uns se permitiram ser dominados por outros em busca da paz e liberdade geral, acordo esse chamado de contrato social. Os dominantes são representantes do povo, pois este voluntariamente se fez representar pela minoritária elite econômica e política, que governa em nome da felicidade geral de todos.

Para os historiadores e sociólogos mais sagazes, contudo, há algo torpe e ideologizante em toda essa malbaratada história. Por isso a verdade é que tudo é fruto de incessantes guerras, onde a elite dominante é composta pelos sucessores dos vencedores originais e todos os demais são os perdedores da carnificina gênese social. Não existiu o ingênuo homem primitivo do contrato social, que estabeleceu uma unanimidade original, mas o bárbaro, que através da guerra, dominou, estuprou e saqueou os dominados, o que continua a fazer por intermédio dos tentáculos invisíveis do Estado. O Estado é o pacificador dessa guerra originária, que substitui as armas pela política, que igualmente serve para manter a mesma equação de forças original: a

elite mandando, o povo sendo dominado. Tudo através das sutis artimanhas do direito.

A pessoa etérea, chamada de Estado, que somos ensinados a amar, respeitar e doar nossas próprias vidas em seu favor, é na verdade uma complexa teia de relações interpessoais, por meio da qual se mantém e reproduz o modelo de dominação da minoria pela maioria. Essa teia de relações é bem mais poderosa, por sinal, que o puro domínio das armas, pois acima de tudo compreende as facetas da ideologia, mecanismo capaz de convencer que é natural a exploração e necessário o sacrifício da maioria; coisas que a força jamais seria capaz, convenha-se. Não se pode negar a genialidade oriunda da vida social humana. A propósito, há estudos complexos na seara da história e da sociologia, que desmistifica em detalhes essa evidência, como é o exemplo da referencial obra de Norbert Elias, sequenciada por dezenas de outros geniais pensadores.

Apesar de chocante, compreender o Estado como um elemento de dominação ajuda a entender a intrincada realidade nacional. Não se trata, esclareçamos, propriamente de um domínio de certas pessoas, mas o fruto necessário da intrincada rede de inter-relações existente entre todos os habitantes da sociedade (no mundo globalizado, poderíamos dizer, de todo o planeta, quase). As relações de poder, a legitimidade da representação, a ideia de democracia e a necessidade de instituições que personalizem o Estado são tudo isso fruto dessa teia.

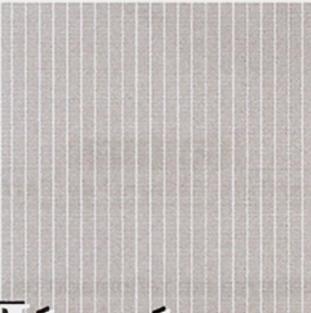
O fato é que, por esse prisma se consegue enfim apreender que o Congresso Nacional, o Presidente da República e seu staff, e mesmo os juízes da Suprema Corte nacional não são, nem poderão ser, nem se pretenderam de fato a ser jamais os representantes da população, humilhada e derrotada pelo poder que detém desde as mais remotas origens da história. Representam para a nação posições que de fato não defendem e ao cabo somente pretendem manter os privilégios que desde sempre foram titulares.

É preciso moralizar o país, mas não à custa do fim dos supersalá-

rios do judiciário, e jamais proibindo as relações incestuosas existentes entre políticos e empresários (as teias de relações entre a elite política e econômica). É preciso dar combate à crise econômica não, contudo, cortando privilégios dessas minorias, mas reformando o sistema de previdência social e proibindo o aumento de investimentos naquilo que é tão necessário ao desenvolvimento dos mais pobres, como a saúde e a educação. É imprescindível enfrentar a violência urbana crescente, mas não dando emprego, educação e dignidade às favelas, mas aumentando o rigor da lei penal, ampliando a superlotação dos presídios e isolando os bolsões de violência dos pitorescos bairros de elite nas grandes cidades do país.

Todas essas coisas (no sentido técnico, políticas públicas aplicadas à nossa realidade nacional) bem mais que a maldade da elite, que se vale desses pretextos para reforçar os laços históricos de dominação, são atos do próprio Estado, que claramente aduz suas preferências a respeito de quem deverá ser sacrificado nos momentos de crise. E a isso todos devemos aceder docilmente, afinal é desde de bem jovens que somos repetidamente ensinados sobre a importância da soberania, a inquestionabilidade a respeito da santidade do Estado e a necessidade do sacrifício individual em defesa do interesse de todos.

Bibliotecas inteiras já foram escritas com esses ensinamentos. Amemos, então, sem qualquer pudor, a nossa pátria "mãe gentil".



Itaytera

9. Assassinato do Capitão José Gonçalves Bezerra

FERNANDO MAIA DA NÓBREGA

"O senhor, Capitão, vai pagar caro o couro de Trancelim".

(SEVERINO TAVARES)

Nome: José Gonçalves Bezerra.

Nascimento: Sem informações.

Morte: 10 de maio de 1937. Sítio Conceição, Crato/CE.

Motivo: Vingança.

Acusados: Severino Tavares e fanáticos do Caldeirão.

9.1. Antecedentes

Por volta de 1890, chega a Juazeiro atraído pelos milagres ali ocorridos no ano anterior e pela fama de santidade do Padre Cícero um paraibano de nome José Lourenço da Silva.

De princípio, fixa-se na cidade e sai a trabalhar como agricultor pelos sítios. Aos poucos vai se inserindo, de maneira marcante, na

vida religiosa e se transforma em renomado beato.

Ao correr do tempo passa a ser admirado por sua capacidade de trabalho e inteligência. Observado pelo Padre Cícero é aconselhado a arrendar terras na região onde pudesse trabalhar por conta própria. Seguindo o conselho recebido, José Lourenço aluga um sítio pertencente a João de Brito, na localidade chamada Baixa da Anta, no município do Crato.

Na nova paragem fez grandes plantações de macaxeira, feijão, cana de açúcar e inúmeras fruteiras. Em virtude de sua fama de caridoso e acolhedor de pobres, logo seu sítio recebe expressiva quantidade de fanáticos, os quais lá foram morar em busca de trabalho e religiosidade.

Uma ou duas vezes por mês, José Lourenço, juntamente com seus moradores, viajava ao Juazeiro com o intuito de assistir à missa e visitar o Padre Cícero. Em uma de suas idas, recebeu do reverendo um boi Zebu, chamado Mansinho, para ser criado na Baixa da Anta.

O animal foi cuidado com todo zelo e carinho pelos fanáticos, mormente por se tratar de uma doação feita pelo *Santo Padim Cíço*, como gostavam de se referir ao sacerdote. Aos poucos, a estima dedicada ao Boi Mansinho foi se transformando em adoração. Os chifres eram adornados com flores e fitas; sua urina usada como em remédio milagroso e as pontas das unhas, em amuletos.

Monsenhor Joviniano Barreto, pároco de Juazeiro, denunciava às autoridades eclesiásticas da região que na Baixada Anta os fanáticos estavam se desviando da ortodoxia da Igreja Católica e praticando o fetichismo em total heresia aos cultos da Santa Igreja.

Dr. Floro Bartolomeu atendendo os anseios do Monsenhor e evitar críticas da imprensa, pôs fim no totemismo ao prender o Beato José Lourenço e mandar sacrificar o Boi Santo na presença de muitos fanáticos.

Em 1926, João de Brito, cedendo às pressões, desfaz o acordo de arredamento do sítio Baixa da Anta forçando o Beato José Lourenço

ocupar uma propriedade do Padre Cícero conhecida como Caldeirão dos Jesuítas, também localizada na cidade do Crato.

Exatamente como antes procedera, o Beato José Lourenço juntamente com 300 famílias faz grandes plantações de algodão, imensos canaviais, constrói dois açudes, ergue uma capela e várias casas no novo assentamento. Tudo que era produzido pertencia a todos inexistindo um dono exclusivo.

Em 1934, com a morte do Padre Cícero, muitos sertanejos desamparados de um líder foram ter guarida nas terras do Caldeirão. Se havia falta de emprego no Cariri, nas terras do Beato, ao contrário, todo mundo trabalhava e mais ainda: o que era plantado ou criado pertencia à coletividade inexistindo a figura do patrão.

No seu inventário, o Padre Cícero deixara todas as terras que lhe pertenciam para os padres salesianos. E como a Igreja já se pronunciara contra as distorções religiosas praticadas na comunidade do Beato Zé Lourenço e, principalmente, tendo receio que os fanáticos se apoderassem das terras ocupadas, o bispo procurou um meio de expulsá-los de lá.

Usando o prestígio do seu partido político, a LEC - Liga Eleitoral Católica - representantes da Igreja pressionaram o governo para extinguir a comunidade do Caldeirão sob o argumento de uma possível célula comunista.

Reunidos no Palácio da Luz em Fortaleza, o Governador do Estado, Dr. Menezes Pimentel juntamente com o Secretário de Estado Andrade Furtado, o Chefe de Polícia Cordeiro Neto e o Bispo do Crato Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva decidiram acabar com o Caldeirão. (01)

A primeira atitude tomada pelo Chefe de Polícia foi enviar dois agentes secretos à comunidade para se inteirar da realidade. O primeiro era um agente civil que se infiltrou como fanático; o outro era o Capitão Zé Bezerra que se passando por industrial dizia estar ali com o intuito de instalar uma usina de beneficiamento de oiticica.

Depois de dias de observação, embora não tenha verificado a existência de armas, o relatório do militar classificava a situação como *perigosa* e era favorável a sua desativação em virtude do caráter comunista na distribuição dos lucros.

Em setembro de 1936, sob o argumento que a comunidade do Caldeirão, com mais de 1500 habitantes, era uma ameaça ao Estado, um contingente de 150 policiais foi enviado para a desocupação do lugarejo. Enquanto os pobres sertanejos abandonavam suas casas, o Capitão Zé Bezerra, nomeado interventor do arraial, ordenou o desarmamento dos moradores, sendo encontrado somente instrumentos de trabalho: enxadas, foices e machados. Em seguida, deu-se o prazo de cinco dias para os casados abandonarem o local e dois aos solteiros. Por último, a polícia queimou os casebres, os depósitos de algodão e víveres. Consta que saqueou todo bem que tivesse e liquidez imediata.

Foi precisamente durante sua permanência na direção do Caldeirão que Zé Bezerra cometeu duas faltas gravíssimas aos olhos dos fanáticos: a tortura praticada numa mulher em meio a um interrogatório sobre o paradeiro de José Lourenço e ter causado a morte do cavalo Trancelim animal preferido do Beato. A revolta dos moradores se transformou em ódio e num sentimento perpétuo de vingança.

Após a expulsão, os fanáticos se reagruparam sob o comando do Beato José Lourenço em um lugar inóspito na Serra do Cariri que englobava dois sítios: Mata dos Cavalos e Curral do Meio.

9.2. A Morte do Capitão Zé Bezerra

José Gonçalves Bezerra era reconhecidamente um homem bravo, corajoso, experiente policial, sendo o oficial escolhido pela Polícia Militar para combater o cangaço no Estado na segunda e terceira décadas do século pretérito.

A literatura cearense é pródiga em referência sobre o José Bezerra. Otacílio Anselmo eminente escritor caririense, oficial da polícia

e contemporâneo do Capitão, o descreve como (...) *policial arbitrário e cruel*. O autor de *Padre Cícero – Mito e Realidade* - diz ter presenciado uma surra aplicada por aquele policial em um cabo da polícia dentro do quartel da Capital. (02).

Nertan Macedo, outro escritor, define o Capitão Zé Bezerra como (...) *um dos maiores bandidos autoridades que se teve notícias no Ceará...* (03)

É bem verdade que na incessante procura a pistoleiros e cangaceiros no Ceará, verificada entre os anos de 1920 a 1930, coube na época aos Tenentes Peregrino Montenegro e Zé Bezerra a missão de exterminar banditismo no interior do Estado.

Ressalte-se que foi sob o comando de Zé Bezerra que ocorreu a *Tragédia das Guaribas*, onde Chico Chicote e seus companheiros foram trucidados em 1927, em Brejo Santo CE.

Entretanto, em que pese os inúmeros riscos de vida passados nas refregas contra cangaceiros, foi durante a pacífica tomada do Caldeirão em 1936, que o Capitão Zé Bezerra cometeu graves atitudes, as quais foram fundamentais para a execução de sua morte no ano seguinte. Como dissemos anteriormente, em um interrogatório sobre o paradeiro do Beato José Lourenço, Bezerra usou de meios torturantes ao queimar os seios de uma mulher com o charuto que fumava. O outro, talvez o mais grave aos olhos dos crentes, quando sob o efeito de bebida alcoólica, cavalgou o Trancelim, cavalo de estimação do Beato. Durante toda noite percorreu a região, açoitando o animal e às carreiras passava pelas ruelas do arraial. Recolhido à estrebaria, o cavalo exausto viria a morrer no outro dia. Ressalte-se que havia a crença entre os fanáticos, aceita como a mais pura verdade, que ao morrer o Beato subiria aos céus montado no Trancelim. O Capitão Zé Bezerra cometeu a heresia de profanar a religiosidade daquele povo.

Tempos depois, quando já ocupavam a Mata dos Cavalos, os moradores se dividiam em duas correntes de pensamento. De um lado, sob ao comando teocrático e pacifista de José Lourenço, pregava-

-se o perdão aos responsáveis pela diáspora do grupo. Do outro, sob a liderança político-militar de Severino Tavares, clamava-se pela vingança e a reconquista do Caldeirão.

Os seguidores de Severino Tavares nutriam e armazenavam um ódio e um desejo de vindicta contra o Capitão José Bezerra. Para a consecução de seu intento, tramaram um plano arrojado e inteligente que seria o de atrair o militar à Mata dos Cavalos e assassiná-lo! Uma cilada foi tramada e posta em prática.

Em maio de 1937, apareceu no quartel da polícia em Juazeiro um cidadão de nome Sebastião Marinho a procura do Capitão José Bezerra para apresentar uma queixa. Ao ser atendido pelo militar, informou que suas terras haviam sido invadidas pelos fanáticos do Beato José Lourenço e que é conhecedor de um plano de Severino Tavares de invadir e saquear a cidade do Crato. Embora muito experiente, o Capitão de nada desconfiou e tomou somente uma providencia antes da diligência: o querelante teria que ir com a polícia ao local.

No dia 10 de maio de 1937, formou-se uma volante com objetivo de ir a Mata dos Cavalos assim estruturada:

- 1 - Capitão José Bezerra.
- 2 - 1º Sargento Anacleto Gonçalves Bezerra.
- 3 - 2º Sargento José Marcolino Brasileiro.
- 4 - 2º Sargento Marcelino.
- 5 - 3º Sargento Jaime Olímpio Rocha.
- 6 - Cabo Benigno Gomes.
- 7 - Soldado Raimundo Pereira.
- 8 - Josafá Torquato Gonçalves.
- 9 - Soldado José Dantas (Corneteiro).
- 10 - Soldado Eugênio Cesário da Silva.
- 11 - Soldado Álvaro Gomes Bezerra (03).

Ressalte-se que o sargento Anacleto e o soldado Álvaro eram filhos do Capitão.

Ao constatar o pequeno número de policiais destacado para a

missão, Sebastião Marinho, talvez com o intuito de despistar suspeita, disse:

- *Capitão, os soldados são poucos ...*

Por ser conhecedor do caráter pacifista dos fanáticos e ignorar a nova faceta belicista no grupo, respondeu:

- *São suficientes.*

Partindo em cima de um caminhão cedido pela prefeitura de Juazeiro, passaram pela delegacia do Crato, onde o Capitão foi alertado pelo tenente João Lima, comandante do destacamento daquela localidade, sobre o pequeno número de soldados. Mais uma vez José Bezerra dispensou ajuda.

Ao chegar perto do local destinado, o Capitão Zé Bezerra mandou parar o carro e ordenou que os policiais entrassem em forma. Em seguida, deu alguns esclarecimentos e ordenou que o sargento Marcelino e soldado Cesário ficassem guarnecendo o caminhão. Aos demais, que o seguissem.

Adentraram por uma vereda que dava acesso ao arraial. Em dado momento, inesperadamente saiu de dentro de um espesso mata-gal uma mulher correndo. Com receio que ela fosse avisar aos fanáticos, o Capitão com o grupo saiu em sua perseguição.

Eis que inopinada e inesperadamente os militares são cercados e atacados ferozmente por vários fanáticos, surgidos como fantasmas do meio da mata, armados de cacetes e foices.

Em poucos minutos, jaziam inertes Capitão Zé Bezerra, sargento Anacleto, cabo Benigno e o soldado Josafá.

Do caminhão se ouviu o estampido de tiros oriundos da mata. O soldado Cesário falou para o sargento Marcelino:

- *O Capitão foi atacado, sargento.*

- *Tenho pena do Capitão, mas ele foi avisado que os soldados eram insuficientes* - respondeu.

Cinco minutos depois, Cesário viu um vulto se arrastando pelo mato: era o sargento José Olímpio sangrando e com golpes profundos

na cabeça. Arquejando, a vítima disse:

- Não deixem que os bandidos acabem de me matar...

Logo após, ouviram uns novos gemidos. Era o sargento Marcelino com alguns soldados feridos.

- Fomos atacados de surpresa. Vi o Capitão estirado no chão e o Anacleto também. Acho que morreram - disse Olímpio.

O sargento Marcelino reuniu os soldados capazes de se moverem até os feridos em pequena gravidade, e foram ao encontro do Capitão. Lá se depararam com um quadro tenebroso: Com a cabeça esfacelada, ainda segurando o parabelum, jazia morto o Capitão Zé Bezerra. Ao seu lado, o filho Anacleto. Mais adiante o corpo do cabo Benigno e do soldado Josafá e mais três cadáveres de fanáticos.

Assim morreu como viveu o bravo militar, da maneira mais trágica e cruel. Morreu como um dia lhe dissera Severino Tavares:

- O senhor, Capitão, vai pagar caro o couro de Trancelim! (04).

Notas:

01 - João Xavier de Holanda - *Polícia Militar do Ceará em Meio Século de República* 939 Vol. 3 pág. 47. Editora Inesp. Fortaleza 2003.

02 - Otacílio Anselmo e Silva. *Brejo Santo sua história e sua gente - A Tragédia de Guaribas* pág.190. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Fortaleza 1981.

03 - N.A. A relação completada dos componentes da volante policial nos foi fornecida pelo sargento Eugênio Cesário da Silva, na cidade de Juazeiro do Norte CE, em 1981. Em 1937, Cesário era soldado da Polícia Militar e esteve presente no massacre dos policiais.

04 - João Xavier de Holanda, O. c.pág.58.

Bibliografia:

HOLANDA, João Xavier. *Polícia Militar do Ceará em meio século de república 1889-1939* Fortaleza. Editora INESPA, 2003

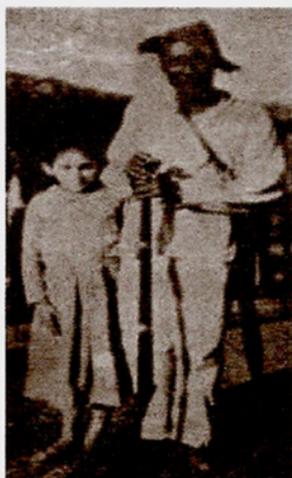
SILVA, Otacílio Anselmo. *Brejo Santo sua história e sua gente -*

Tragédia de Guaribas Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Fortaleza 1981

fernando_nobrega10@hotmail.com



CAPITÃO JOSÉ BEZERRA
LOURENÇO



BEATO JOSÉ



A Província Editora

publica seu livro (e outros impressos)

a partir de cem exemplares com registro ISBN / ISSN.

Preços à vista com desconto ou em pagamentos parcelados.

Redação: Rua José Carvalho, 150 - tel. (88) 3523 3180 - 9958 6715

CEP: 63.100-020 - Crato - CE - aprovinciaeditora@sapo.pt



Itaytera

10. Joaquim Pinto Madeira

FERNANDO MAIA DA NÓBREGA

*Não tem apelo nem agravo, senhor Coronel,
prepare-se para morrer que morre sempre”.*

(JOSÉ VITORINO MACIEL – PRESIDENTE DO JÚRI)

Nome: Joaquim Pinto Madeira.

Nascimento: Sítio Silvério – Barbalha – CE. Data ignorada.

Morte: 28 de novembro de 1834. Crato - CE.

Consorte: Maria Francisca da Conceição.

Motivo: Autor intelectual da morte de Joaquim Pinto Cidade.

Causa Mortis: Fuzilamento.

10.1. Antecedentes

Para se compreender as causas do assassinato de Pinto Madeira se faz necessário analisarmos o momento histórico, por ele vivido, no

interregno entre 1800 e 1834.

No início do século XIX, existia forte rivalidade entre brasileiros e portugueses, principalmente em Pernambuco, decorrente dos privilégios que estes detinham na comercialização do açúcar e algodão enviados para a Europa. Reclamavam também os comerciantes brasileiros contra as altas taxas de impostos cobradas pela Corte, destinadas para manter uma estrutura estatal pesada, onde predominavam os portugueses como servidores, e uma corrupção generalizada.

Com a crescente revolta por parte dos brasileiros, surgiram na província de Pernambuco os anseios de liberdade do jugo português e a pregação, em templos maçônicos, dos princípios republicanos.

Entre esses revolucionários, encontrava-se o diácono José Martiano de Alencar, estudante do seminário de Olinda, cearense da cidade do Crato, que se prontificara a disseminar os ideais revolucionários no sul do Ceará.

Ao chegar à sua cidade natal, Alencar reuniu-se com as principais lideranças da região com o intuito de propor a eclosão do movimento libertário.

Diante da inusitada e inovadora proposta, ele obteve, de pronto, a adesão de alguns, principalmente membros de sua família e de amigos. E sem uma preparação adrede entre os cratenses, no dia 03 de maio de 1817, após a celebração de uma missa na Matriz de Nossa Senhora da Penha, o jovem revolucionário declaravadesituídaa monarquia no Brasil e proclamava a república tudonum passe de mágica.

Entretanto, esse efêmero sonho de liberdadefoi desfeito a 11 de maio do mesmo ano, quando os dois maiores líderes do Cariri, José Pereira Filgueiras e Leandro Bezerra Monteiro invadiram a cidade com um grupo de 1.000 homens e deram voz de prisão aos revoltosos.

Após o encarceramento dos líderes e de alguns simpatizantes do movimento de rebeldia à Corte, coube ao Capitão-de-Ordenanças Joaquim Pinto Madeira a incumbência de transportar os revoltosos até a cidade de Icó e entregá-los ao português José Bernardes Nogueira,

Capitão-Mor Regional, para serem transferidos para Fortaleza. (01)

Não obstante serem os presas pessoas de tradicionais famílias, de grande influência política na região, Pinto Madeira não lhes poupou qualquer tipo de constrangimento ao longo da estafante viagem a pé. Em cada lugarejo queparava o cortejo os presos eram expostos à execração pública e apupos da massa. Em decorrência da maneira desumanada como foram tratados os prisioneiros por Pinto Madeira, então chefe político de Jardim, cidadeque rivalizava com o Crato a hegemonia regional, ficou impregnado nos cratenses um sentimento derancor e ressentimento contra ele.

Após esses acontecimentos, Pinto Madeira se projetou como uma das maiores lideranças da região e defensor do regime monárquico que governava o País.

Quando em 1823 Dom Pedro I destituiu a assembleia constituinte e logo depois outorgou uma constituição ao País, os pernambucanos revoltados e descontentes promoveram um movimento separatista conhecido como Confederação do Equador. Ressalte-se, que o Ceará foi por muito tempo subordinado administrativamente ao Pernambuco (1656 a 1779) (02) e o Cariri tinha um forte vínculo comercial e cultural com a cidade do Recife. Tais fatores concorreram para que semente revolucionária encontrasse, no Crato, um fértil campo para se desenvolver. Lembrando-se, ainda, que desta vez a família Alencar contava com um aliado poderosíssimo: José Pereira Filgueiras comandante militar do Cariri. Em 1824, com a adesão de várias outras cidades cearenses, a revolução foi vencedora, tendo sido nomeado presidente da província Tristão de Alencar Araripe, um dos líderes cratenses presos em 1817.

A represália ao novo governo se fez presente de imediato. Mais uma vez Pinto Madeira se manifestou contra. Ao lado de outros monarquistas, o caudilho jardinenses derrotou, no combate de Picada, mais de 200 homens aliados do regime republicano. O Imperador de prontoenvia tropas militares, vindas do Rio de Janeiro, e logo o

movimento republicano foi esmagado, tendo o governador do estado Tristão de Alencar morrido em combate. Em seguida, Pereira Filgueiras, o grande comandante de armas, é preso e enviado à Corte para julgamento, porém morre vítima de doença próximo a Minas Gerais.

Quando da abdicação de D. Pedro I, em 07 de maio de 1831, emergiu um movimento no país encabeçado pelos *Restauradores* que defendiam a volta de Dom Pedro I ao trono do Brasil. Coube a Joaquim Pinto Madeira a liderança desse movimento no Cariri.

Com o intuito de apaziguar as divergências existentes no Ceará, o governo imperial fez coalizões políticas levando pela via legal os liberais ao comando da política no Estado. Eis que José Martiniano de Alencar assume o posto de Presidente da Província. Ressurge, então, todo o ressentimento de 1817 e 1824, vindo a família Alencar eclodir num eco de ódio e vingança contra Pinto Madeira. Logo no primeiro ato, a câmara de vereadores do Crato, em 06 de junho de 1831, demitiu o Ouvidor da Comarca e ordenou a prisão de Pinto Madeira.

Em represália a tais deliberações, no final daquele ano, Pinto Madeira marchou com seu exército e invadiu a cidade do Crato provocando pânico na população. Verificaram-se saques e inúmeros assassinatos conforme nos relata Irineu Pinheiro:

(...) Entrando, mandou pilhar e arrombar as casas, mandando igualmente fuzilar as pessoas que pôde encontrar (...) descarregou sua fereza contra as crianças, filhos daqueles que não pôde apanhar, chegando ao ponto de fuzilar onze meninos, entre os quais, dois eram seus sobrinhos, mas cujo pai seu cunhado ele aborrecia (...) (03).

Também naquele ano, em Barbalha no sítio Buriti, em um confronto entre pintistas e legalistas, estes últimos foram dizimados. E nesse combate, os comandados por Pinto Madeira prenderam e executaram o cidadão português Joaquim Pinto Cidade. Foi decorrente deste

crime que o chefemonarquista foi preso esentenciado posteriormente.

O clamor público exigia justiça. Com o objetivo de combater a violência do *Restaurador do Trono* em nossa província, o governo enviou uma forçaarmada para combatê-lo. Em 1832, na vila de Várzea Alegre, os pintistas sofreram fragorosa derrota. Em Barbalha, entretanto, os derrotados foram as forças oficiais.

Com o firme propósito de liquidar de vez com esse litígio, o governo imperial envia uma tropa de militares, bem armada e treinada, sob o comando do general Pedro Labatut para combater a tropa pintista. A 10 de outubro de 1832, Pinto Madeira capitula sob a garantia de vida para si e seus mais de 1590combatentes. (04)

Preso e enviado a princípio para o Maranhão, retorna a Fortaleza e depois é entregue a justiça do Crato para ser julgado.

10.2.Julgamento e Morte

As humilhações sofridas pelos cratenses na revolução de 1817, as mortes trágicas dos irmãos Leonel e Tristão Alencar, bem como, as invasões, saques e assassinatos praticados sob o comando de Pinto Madeira, tudo isso gerou um sentimento de rancor e ódio por parteda população, mormente por membro da família Alencar.

A primeira tentativa de vindita ocorrera em 1825 quando a câmara de vereadores do Crato solicitou do ouvidor interino que abrisse devassa contra Pinto Madeira sob o pretexto de ilegalidade e atentado contra a ordem política do Brasil.

Entretanto, o momento propício para a desforra somente surgiu em 1834: além de preso, o caudilho jardinense tinha como inimigo número um o então Governador do Estado, José Martiniano de Alencar, irmão dos inditosos Leonel e Tristão Pereira de Alencar. É bom se frisar que a própria mãe do Chefe Estadual havia sido presa e humilhada por Pinto Madeira durante aquele ominoso tempo

Pinto Madeira chegou ao Crato escoltado por 60 soldados em

23 de novembro de 1834. Por ironia do destino, percorrias a mesma estrada, trilhava as mesmas ruas, por onde um dia escoltara os presos na revolução do Crato.

Comum a pressa incomum, preparou-se o julgamento do acusado com toda parcialidade possível, onde se previa o resultado determinado e sabido: a condenação.

Nomeado como juiz José Vitoriano Maciel, inimigo declarado do réu, e como jurados, entre outros, Antônio Ferreira Lima, Romão Batista e José Ferreira Castão. (05)

Esperava-se a condenação do acusado pelo crime de rebelião, posto ter ele sido devassado e denunciado por tal delito. Entretanto para surpresa geral, foi imputada a Pinto Madeira a acusação de mandante do sequestro seguido de morte de Joaquim Pinto Cidade ocorrido em Barbalha no dia 27 de dezembro de 1831.

A de defesa apresentada pelo réu aceitava a acusação de rebelião, porém, refutava a tese de coautoria da morte do lusitano.

Embora inexistindo provas, Pinto Madeira foi condenado por assassinato. Crê-se que esse capcioso julgamento tenha tido, nas entrelinhas, a mão poderosa do governador José Martiniano de Alencar, muito embora este tenha reclamado oficialmente por não se ter dado a oportunidade de novo julgamento ao réu. (06)

Em que pese o pedido de apelação do querelado, o juiz secamente negou:

- Não tem apelo nem agravo, senhor Coronel, prepare-se para morrer que morre sempre. (07).

Em seguida, foi o condenado conduzido ao cárcere.

No dia seguinte, 28 de novembro de 1834, ao entardecer, ouviram-se o dobrar fúnebre dos sinos da igreja convidando os fiéis para acompanhar o preso até o bairro Vermelho, na cidade do Crato, para assistir à execução. Lá no alto, uma forca de aroeira fora erguida para o enforcamento do réu.

Francisco Pereira Maia de Guimarães, um dos presos de 1817,

comandava a guarnição militar que levava o sentenciado para o cada-falso (08).

Ao chegar ao patíbulo, após se confessar perante os padres, Pinto Madeira se arvorando de sua condição de coronel da guarda nacional pediu a comutação da pena de enforcamento por fuzilamento.

Houve discrepância entre os julgadores. Uns queriam o enforcamento; outros o fuzilamento. Nesse ínterim, Francisco Pereira Maia de Guimarães empunhando uma espada foi taxativo:

- Pois, ou o réu é fuzilado, ou volta para a cadeia para apelar; também é expreso em lei! (09).

Por fim o réu foi sentado numa cadeira, as mãos amarradas atrás, cingiram-lhe um lenço no rosto e cinco soldados se perfilaram para a execução. O sargento Braga gritou:

- FOGO!

Antes da descarga ouviu-se uma prece dita pelo sentenciado:

- *Valha-me o Santíssimo Sacramento!*

Deu-lhe o tiro de misericórdia o soldado Gonçalo Rolão.

Morria assim o caudilho jardinense. Após sua execução, uma áurea de santidade envolveu sua pessoa por muito tempo. Esquecera o povo dos crimes e atrocidades por ele cometido, ficando, para a posteridade, apenas a injustiça praticada por não lhe ter dado o direito à apelação.

Notas:

01 - Irineu Pinheiro. História do Cariri volume I capítulo Iº ao 5º pág.77. Faculdade de Filosofia do Crato. Crato-CE 1964. O abalizado autor afirma: *O Capitão de Ordenanças - Joaquim Pinto Madeira foi quem comandou a escolta que conduziu os presos do Crato para Ico.*

02 - Simone de Sousa. *História do Ceará* pág.148. Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza- CE. 1994

03 - Irineu Pinheiro. *Joaquim Pinto Madeira* págs. 51/52. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza 1946.

04 - Irineu Pinheiro obra acima citada pág.19 afirma: *Com ele se renderam 1590 pessoas confiantes na garantia que lhes eram oferecidas.*

05 - Idem, ibidem pág.28: *Presidiu-lhe o júri José Vitoriano Maciel, Juiz de Direito leigo, e foram seus jurados, entre outros, Antônio Ferreira Lima, Romão Batista e José Ferreira Castão (...).*

06 - Idem, ibidem, pág. 26: *Houve quem suspeitasse ter sido conivente nesse fuzilamento o Senador José Martiniano de Alencar, Presidente do Ceará, inimigo tradicional de Joaquim Pinto Madeira e de sua família.*

07 - Irineu Pinheiro. *História do Cariri* vol.3 capítulo 11º pág. 42.

08- N.A. Em virtude da semelhança de nomes e importância histórica, muitos pesquisadores confundem Francisco Pereira Maia de Guimarães, português, com seu filho José Francisco Pereira Maia, o célebre coronel Mainha. Realçamos que, na Revolução de 1817, quem foi preso e enviado para a Bahia foi o primeiro, posto que o filho, nascido em 1804, tinha apenas 13 anos. A escolta que levou Pinto Madeira ao patíbulo foi comandada por Francisco Pereira Maia, o português. Irineu Pinheiro in *História do Cariri* volume 3 à pág. 43 esclarece: *Atrás, a força policial sob o comando de Francisco Pereira Maia, a alma de toda essa tragédia. Era o coronel Mainha rival de Pinto Madeira na política local, egresso dos cárceres da Bahia, homem odioso e sedento de vingança. (...).*

09 - O.c.idem. ibidem

Bibliografia:

Pinheiro, Irineu. *Joaquim Pinto Madeira*. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza 1946

Pinheiro, Irineu. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza 1963.

Pinheiro, Irineu. *História do Cariri* vol. I e 3. Faculdade de Filosofia do Crato. Crato- CE 1966.

Souza, Simone de. *História do Ceará/*Coordenação. Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza, 1994.

fernando_nobrega10@hotmail.com

Itaytera

11. O Primeiro Advogado do Cariri Cearense: Dr. Manuel de São João Madeira

HEITOR FEITOSA MACÊDO

No presente, a região do Cariri cearense, ao sopé da Chapada do Araripe, sul do estado do Ceará, goza de um número substancial de advogados, mas nem sempre foi assim, pois, no nascedouro da colonização branca, estes profissionais eram escassos e somente nos idos do século XVIII um deles fez residência na dita região.

Velhos documentos comprovam que alguns advogados estiveram exercendo a função no então sertão dos Cariris Novos (Cariri cearense), contudo, o primeiro profissional a ir morar nesta região foi o português Manuel de São João Madeira, no fim da primeira metade do século XVIII¹.

¹ Na opinião do Padre Antônio Gomes de Araújo, o dr. Manuel de São João Madeira "foi o primeiro colono a exercer a profissão de advogado neste Cariri", onde teria fixado residência no Riacho do Ouro (Barbalha) "no fim da primeira metade do século XVIII" (ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, A Cidade de Frei Carlos, Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1971, p. 43).

Este português era bacharel em Direito, formado pela antiquíssima faculdade de Coimbra, em Portugal, tendo emigrado para o Brasil na época em que a mineração propiciava grande rentabilidade à Coroa portuguesa.

Inicialmente, o dr. Manuel de São João Madeira foi residir na Capitania de Pernambuco, na condição de funcionário público, porém, deslocou-se para a capitania vizinha, a do Ceará Grande, a fim de ocupar outro cargo público, desta vez, nas Minas de São José dos Cariris Novos.

Neste derradeiro lugar estabeleceu-se definitivamente, às margens do Riacho do Ouro, regato perene que hoje atravessa parte do perímetro urbano da cidade de Barbalha/CE, onde viveu em concubinato com a baiana Izabel Francisca, deixando vários descendentes, dentre eles o coronel Joaquim Pinto Madeira, líder de uma das maiores revoltas já vistas nos sertões do Nordeste e vítima da manipulação do sistema judiciário.

A vida desse advogado, até agora, foi pouco explorada, e isto talvez se deva à escassez de documentos ou mesmo à influência que a historiografia local sofreu com os conflitos pessoais de seus narradores em épocas passadas. Entretanto, é oportuno realçar este importante personagem da história caririense para melhor entender as causas que levaram aos arranjos sociais do presente e do passado.

11.1. A Advocacia no Brasil

Infelizmente, a memória sobre a advocacia no Brasil tende a ser contada a partir do século XIX, esquecendo-se de quase 300 anos de sua história, intervalo que merece ser resgatado, pois, certamente, sem esses profissionais a vida na América portuguesa teria sido bem mais penosa.

A história sobre a advocacia no Brasil é omissa, pois, como se vê no site da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dá a entender

que estes profissionais aportaram no País logo após a Independência, quando a Assembleia Constituinte de 1823 previu a criação dos cursos jurídicos, os quais só foram inaugurados em 1828. Outro marco para a resumida história da advocacia brasileira data da fundação do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), em 1843, antecipando a OAB em quase noventa anos, a qual só veio a ser criada em 1930, por força do artigo 17 do Decreto nº 19.408².

O exercício desta atividade no Brasil, logicamente, remonta ao período colonial, ou melhor, existe desde o primeiro século do descobrimento, conforme apontam os velhos registros do Tribunal da Inquisição. Na Capitania de Pernambuco, por exemplo, os autos da Santa Inquisição, datados de 26 de agosto de 1595, mencionam uma denúncia feita pelo licenciado Diogo Bahia contra dois cristãos-novos (judeus convertidos à fé cristã), o qual, apesar de ser advogado, neste ato, atuou como promotor:

Licenciado Diogo Bahia contra Thomaz Lopes, o Maniquete, e Melchior Mendes de Azevedo.

Dixe seer christão velho natural de Codeceiro do Arco termo de Monte Alegre arçobispado de Braga filho de Gaspar Gonçalves Bahia e de Isabel Fernandes sua mulher defunctos, de ydade de quarenta annos sacerdote de missa que nesta villa usa de advogado nos auditórios della que também nesta visitaçõ do Santo Officio.

E denunciando dixee que tres ou quatro annos a esta parte tem ouvido dizer nesta villa geral e publicamente a alguãs pessoas com quem fala na materia de christãos novos que quando se ajuntão os christãos novos em Camaragibi ou em outra parte pera fazerem suas cerimonias judaicas que Thomaz Lopes dalcunha o Maniquete christão novo, homem velho que está no paço do varadouro desta villa ata hum pano em hum pee e que assim com aquelle pano

² História da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB (Disponível em: <<http://www.oab.org.br/historiaoab/antecedentes.htm>>. Acesso em: 05/01/2016).

atado no pee lhes dá signal, com o qual eles ho entendem pera se ajuntarem a fazer as cerimoniaes judaicas e que isto tem elle testemunha ouvido dizer nesta villa a muitas pessoas per maneira que entende que he fama publica nesta terra entre grandes, pequenos, altos e baixos³.

Dessa maneira, não resta dúvida sobre a existência de advogados no Brasil desde o século XVI, ao tempo do nascimento da civilização brasileira em moldes europeus.

11.2. A Advocacia no Ceará no Século XVIII

Em 1710, aproximadamente dez anos após a fundação da primeira vila da Capitania do Ceará, apenas dois advogados aí residiam: Manoel Monteiro e Jorge da Silva, providos pelo capitão-mor e confirmados pelo governador de Pernambuco, pois, conforme João Brígido:

Antecedentemente, a câmara do Aquiraz tinha pedido a este governador que mandasse três letrados, que aconselhassem as partes nos negócios da administração da justiça. No caráter de advogados, mandou ele para o Ceará três soldados inválidos, sem nenhum conhecimento das leis e prática do foro⁴.

Essa carência de profissionais no Ceará perdurou por longo período, pelo menos é o que se constata até o ano de 1783, conforme uma carta escrita em Aquiraz por João Damasceno, no dia 02 de maio, e remetida ao capitão Antônio de Castro Viana, na qual revela a falta de advogados nas vilas da Comarca do Ceará, nos seguintes termos: *“todos os dias eles estão avocando causas pela razão da falta de advogados nas vilas da Comarca: eis aqui outra razão de clamar; e que eu quando quero faço*

³ Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco (1593 - 1595), Recife, FUNDARPE, 1984, p. 471 e 472.

⁴ BRÍGIDO, João, Ceará (Homens e Fatos), Fortaleza - CE, Editora Demócrito Rocha, 2001, p. 409.

do torto Direito; e do Direito torto”⁵.

O exercício da advocacia na Colônia brasileira deveria ser automatizado pelo Conselho Ultramarino, instalado em Portugal⁶, através das chamadas *provisões*, isto de acordo com as palavras do governador-geral da Capitania de Pernambuco, o qual, em carta de 1759, dirigida ao governador da Capitania do Ceará, destacou o seguinte:

No que toca às Provisões para advogar nem a V.M. nem a eles são permitidas passar por pertencer esta regalia para toda América somente ao Conselho Ultramarino e só no caso dos povos lhe requererem estarem faltos de Advogados que os patrocinem nas suas causas e os Ministros respectivos informarem carecerem deles por não irem indefesos e desamparados nas suas ações, como remédio interino a poderá Vossa Mercê conceder aos inabitáveis nesta indigência, advertindo-os que a mandarão tirar com brevidade possível pelo dito Conselho⁷.

Portanto, nota-se que, em regra, na América portuguesa, só seria possível advogar com a permissão do Conselho Ultramarino, que, em resumo, era órgão criado pelo Rei D. João IV para cuidar da administração das colônias portuguesas. No entanto, excepcionalmente, os capitães-mores governadores e os ouvidores gerais poderiam dar essa

⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL-CEARÁ, 1783, maio, 2, Aquiraz: CARTA de João Damasceno ao capitão Antonio de Castro Viana sobre a falta de advogados nas comarcas. AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, D. 595. fl. 01.

⁶ O Conselho Ultramarino era um órgão burocrático da Coroa Portuguesa, tendo sido criado em 1642 e extinto em 1833, constituído, à época de sua criação, por 3 conselheiros, dentre eles, dois homens fidalgos, homens de guerra (Conselheiros de Capa e Espada); e um homem de leis (Conselheiro letrado). Estava atrelado diretamente ao rei e sua competência era ampla, abrangendo as ditas Provisões (CAETANO, Marcello, O Conselho Ultramarino: Esboço da sua História, Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1969, p. 43).

⁷ STUDART, Guilherme, Notas Para a História do Ceará, Brasília, Edições do Senado Federal, Volume 29, 2004, p. 145 e 146.

licença, a qual deveria, logo em seguida, ser autorizada (homologada) pelo dito Conselho.

Aparentemente, essa autorização para exercer a advocacia, em geral, era por tempo limitado, com intervalo de apenas três anos, semelhante ao que acontecia no funcionalismo público da Coroa portuguesa no Brasil, a exemplo dos ouvidores-gerais (bacharéis em Direito, espécie de juiz-Estado) e capitães-mores das capitanias (figura análoga aos atuais governadores dos estados-membros), que também eram nomeados para exercer tais funções por apenas um triênio, mas havendo a possibilidade de recondução ao cargo através de requerimento ao Rei.

Além desse caráter temporário, a *provisão* também restringia o espaço no qual certo indivíduo poderia exercer a advocacia. Isto é o que se depreende de um requerimento feito em 1736 por Antônio de Holanda Cavalcante (sacerdote do hábito de São Pedro e advogado no Ceará), pedindo ao rei de Portugal, D. João V, *provisão* para continuar a advogar na praça do Recife, cidade de Olinda e em outros lugares da Capitania de Pernambuco ⁸.

Apesar de existir, em regra, essa limitação temporal e espacial do exercício da função advocatícia, são encontrados alguns requerimentos solicitando que a referida *provisão* fosse dada em caráter vitalício e em todo o território do Estado do Brasil ⁹.

⁸ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL-CEARÁ, [ant. 1736, janeiro, 23]: REQUERIMENTO de Antonio de Holanda Cavalcante, sacerdote do hábito de São Pedro e advogado no Ceará, ao rei [D. João V], a pedir *provisão* para continuar a advogar na praça do Recife, cidade de Olinda e mais lugares da capitania de Pernambuco. Anex: certidões. AHU-CEARÁ, cx. 2, doc.102. AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 172.

⁹ O território brasileiro, até o ano de 1751, estava dividido em dois "Estados", ou melhor, em duas colônias, a do Maranhão: iniciando da província do Piauí e estendendo-se por toda a região Norte, a Amazônia; e a do Brasil: começando do Ceará até a porção Sul do País, ressaltando-se que o atual litoral do Piauí, naquela data, pertencia à província do Ceará (PRUDÊNCIO, Antônio Ivo Cavalcante, Heróis da Solidão: Províncias do Norte (1817 a 1824), 1ª Ed., Fortaleza - CE, 2011, p. 27.).

11.3. Origem do Dr. Manuel de São João Madeira

Analisando antigos registros paroquiais de Missão Velha/CE, encontra-se a informação de que o dr. Manuel de São João Madeira era natural de Lisboa (Portugal), pelo menos é o que indica um assentamento de batismo de um de seus netos, do dia 06 de dezembro de 1769:

Florencio filho de Antonio de Barros Rego natural da freguezia da capitania de Pernambuco e de sua mulher **Dona Luiza Maria da Piedade** natural e moradora no **Riacho do Ouro** desta freguezia de Sam Joze dos Kaririz novos neto paterno de Braz Ferreira Colaço natural da freguezia de Ipojuca e de sua mulher Dona Francisca do Rego Barros na [fl. 37]

Natural da freguezia da Moribeca **neto materno do Doutor Manoel de sam joam Madeira natural de Lisboa** e de **Izabel Franciscamolher Solteira** natural da Bahia nasceu aos Sette dias do mes de Novembro de mil Sette centos Secenta e nove annoz foy batizado [Sem] Santos óleos no lugar do Riacho do Ouro desta freguezia aos seis dias do mes de Dezembro de mil Sette centos Secenta e nove annos pello Reverendo Padre Frey Manoel Jezus Ferreira de Souza de licença minha foram padrinhos **Manoel Ponciano Pinto Madeira** Solteiro e Dona Beatriz de Mello cazada moradores desta mesma freguezia de Sam Joze de que eu Joze Gomez Barretto Cura dos Kaririz novos fiz este termo aos seis dias do mes de Dezembro de mil Sette centos Secenta e nove annoz para Constar.

P.e Joze Gomez Barretto

Cura dos Kaririz novos [fl. 37v]¹⁰.

¹⁰ ASSENTAMENTO DE BATISMO DO LIVRO PAROQUIAL DE MISSÃO VELHA/CE, 1769-1805, fl. 37 (Fonte: Family Search, disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9F91-3X?owc=collection%2F2175764%2Fwaypoints&wc=MHNM-T3D%3A369521501%2C369521502%2C369573101%3Fcc%3D2175764&cc=2175764>>. Acesso em: 03/01/2016). Abaixo deste documento, na folha nº 37, está escrito o seguinte: *“filha do doutor mel. de S. João madeiral/Isabel Francisca Solteira”*.

Todavia, examinando outro manuscrito, constata-se que, na verdade, o dr. Manuel de São João Madeira nasceu na Vila da Aldeia Galega, também conhecida por Aldeia Galega do Ribatejo até o ano de 1930, quando passou a ser chamada de Montijo (hoje, cidade), é o que afirma o assentamento de casamento de dona Maria Luiza da Piedade, filha do dr. Manuel de São João Madeira, datado de 26 de novembro de 1768:

Aos vinte e seis dias do mes de Novembro de mil Sete centos Sessenta e oito annos nesta manhã no **Riacho do ouro** desta Freguezia de Sam Joze dos Kaririz novoz na **casa do doutor Manoel de Sam Joaó Madeyra** feitas as denunciaçoens na forma do Sagrado Concilio tridentino nesta Igreja Matriz onde a Contrahente he natural e ambos moradores e tendo justificado o Contrahente [de?] Solteyro [e dado fiança?] a banhos e certidão [de solteiro?] como consta do mandado de cazamento sem se decobrir impedimento, como consta da certidão de banhos que ficão em meu poder, em prezença de mim Joze Ferreira da Costa Cura desta Igreja de Sam Joze vindo e sendo presentes por testemunhas o Capitão Domingos Pais Landim e o tenente Agostinho Pais Rebello pessoas conhecidas Se Cazarão em face da Igreja solenemente por palavras Antonio de Barros Rego Collaço natural da Freguezia do Cabo morador no Riacho do Ouro desta Freguezia de Sam Joze dos Kariris novos filho do Alferes Braz Ferreyra ja defunto e de sua molher Dona Francisca do Rego Barros já defunta naturais da Freguezia de Ipojuca neto paterno de Luiz Gonçalves da Costa e de sua molher Maria Pereira de Brito naturais da dita Freguezia de Ipojuca neto materno do Sargento Mor Cosme do Rego Barros natural da Freguezia de Moribeca e de sua molher Messia do [Samptos?] Souza natural da Freguezia do Cabo com **Dona Luiza Maria da Piedade** natural desta Freguezia de Sam Joze dos Kariris novos e moradora no **Riacho do Ouro** desta mesma Freguezia filha natural do **Doutor Manuel de Sam Joaó Madeyra**

[viúvo?] natural da vila da Parmela digo da villa da Aldeya Galega Portugal [banda?] da Cidade de Lisboa e de Izabel Franciscasolteyra natural da villa da Cachoeyra Arcebispado da Bahia [fl. 34]

Da Bahia [neta paterna de] Manuel Pinto Madeyra natural da vila da Parmela do mesmo [Patriarchado] e da sua molher Antonia Luiza natural da mesma Cidade de Lisboa neta materna do Sargento Mor Tomas Martins Pereyra e de sua mulher Michaela dos Anjos naturais da villa da Cachoeira Arcebispado da Bahia e logo lhes dei as benções Conforme aos ritos e Cerimonias da Santa Madre Igreja examinadas da Doutrina Christaã: a que eu Joze Ferreira da Costa Cura dos Kariris novos fis este termo aos nove dias do mes de dezembro de mil sete centos sessenta e oito annos para Constar que por verdade assiney com as testemunhas aSima declaradas Joze Ferreira da Costa [assinatura] Cura e vigario da v.a dos Karirys novos [fl. 34v]¹¹.

Outra fonte, constante dos arquivos da Universidade de Coimbra, reforça que o dr. Manuel de São João Madeira era mesmo natural da Vila da Aldeia Galega¹². Talvez, por esta razão, não seja descabida a dita confusão acerca da naturalidade do dr. Manuel, já que a referida vila fica nas vizinhanças de Lisboa, cuja

¹¹ ASSENTAMENTO DE BATISMO DO LIVRO PAROQUIAL DE MISSÃO VELHA/CE, 1765-1770, fis. 33 e 34. (Fonte: Family Search, disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9R9B-YP?owc=collection%2F2175764%2Fwaypoints&wc=MHNM-RM3%3A369521501%2C369521502%2C369521503%3Fcc%3D2175764&cc=2175764>>. Acesso em: 24/12/2015).

¹² Arquivo da Universidade de Coimbra (Disponível em: <<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=182460>>. Acesso em 03/01/2016). O genealogista Francisco Augusto afirma que o dr. Manuel de São João Madeira seria natural da "Freguesia da Aldeia Galega da Merceana, Alenquer, Lisboa" (LIMA, Francisco Augusto de Araújo, Siará Grande: uma província portuguesa no nordeste oriental do Brasil, Vol. IV, Fortaleza – Ceará, Expressão Gráfica, 2016, p. 1796). Como se percebe, atualmente, não há certeza quanto ao lugar de nascimento do dr. Manuel de São João Madeira, pois existiu em Portugal mais de uma Aldeia Galega: a do Ribatejo (Montijo) e a da Merceana.

fronteira é feita apenas pelo Rio Tejo.

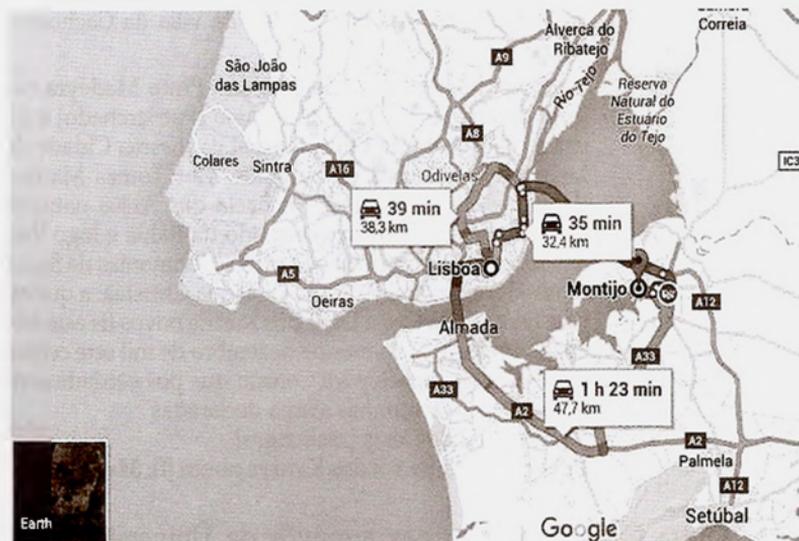


FIGURA 2. MAPA QUE INDICA A PROXIMIDADE DE LISBOA E A CIDADE DE MONTIJO, ANTIGAMENTE CHAMADA DE ALDEIA GALEGA DO RIBATEJO (FONTE: GOOGLE EARTH, DISPONÍVEL EM: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Lisboa,+Portugal/Montijo,+Portugal/@38.8264404,-9.3224006,10z/data=!3m1!4B1!4M13!4>>. ACESSO EM: 03/01/2016).

Acrescente-se que o pai do dr. Manuel de São João Madeira, Manuel Pinto Madeira, também era português, mas da Vila de Palmela (*Parmela*)¹³, ao lado da Vila da Aldeia Galega, sendo casado com Antônia Luiza, por sua vez, nascida em Lisboa.

¹³ Devido à dificuldade da leitura paleográfica dos assentamentos eclesiásticos, Francisco Augusto erroneamente leu "Perenal" em vez de "Parmela" (LIMA, *op. cit.*, p. 1796). No entanto, uma análise minuciosa dos documentos referenciados neste trabalho não deixa margem para dúvida.

11.4. Faculdade de Coimbra: Portugal

O diploma dado por uma universidade tinha o condão de alçar os indivíduos a patamares superiores dentro das sociedades de outrora, pois estes unguídos da ciência acadêmica gozavam de grande credibilidade, sendo os mais legítimos donos da verdade, os arautos do conhecimento academicista.

Por outro lado, aqueles que dominavam conhecimentos notáveis sem possuir diploma universitário eram simplesmente denominados de *curiosos*¹⁴, não desfrutando da mesma credibilidade dos *letrados, licenciados e bacharéis*.

Na metade do século XVIII, deveria ser raro encontrar alguém no Brasil que houvesse frequentado alguma universidade; e boa parte dos indivíduos que atuavam como advogados ou era sem diploma universitário, os chamados *rábulas*¹⁵ ou era com formação em outras áreas como filosofia e teologia.

Nesta época, a antiquíssima Universidade de Coimbra, criada no ano de 1290, oferecia poucos cursos, entre eles os que tratavam dos estudos das leis, o que era dividido em duas faculdades: a dos Cânones e a de Leis. Logo, quem passasse por suas cadeiras estaria habilitado a ocupar *lugares de letras*, trocando em miúdos, poderia ingressar em cargos públicos, com tratamento de *doutor*

¹⁴ STUDART, Guilherme, Notas Para a História do Ceará, *op. cit.*, p. 409. O naturalista inglês, George Gardner também registrou a dita expressão: "*curioso*" (GARDNER, George, Viagem ao Interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841, São Paulo, Editora da Universidade do São Paulo, 1975, p. 197). Sobre o uso do referido termo, ver: CABRAL, Tomé, Dicionário de Termos e Expressões Populares, Fortaleza - Ceará, Instituto Cultural do Cariri, 1972, p. 277. Ver também: GIRÃO, Raimundo, Vocabulário Popular Cearense, Fortaleza - CE, Imprensa Universitária, 1967, p. 99.

¹⁵ Os *rábulas* eram pessoas não formadas em direito que exerciam as funções de advogado, citados sob esta denominação desde o tempo da antiga civilização romana. No Brasil, o Estatuto da OAB de 1963 regulamentou a referida atividade, porém, o Estatuto subsequente, de 1994, veio a extinguir a figura do *rábula*.

(de *douto*, conhecedor), axiônimo que, à época, só era aplicado aos graduados em medicina, teologia e direito¹⁶.

Dessa forma, é possível mensurar o tamanho do prestígio que um advogado, bacharel em direito, tinha no Brasil colonial, ainda mais no interior, no sertão, onde, certamente, a escassez destes profissionais era mais acentuada.

Portanto, sendo Manuel de São João Madeira *doutor* pela Universidade de Coimbra¹⁷ e vivendo no Sertão dos Cariris Novos (a léguas de distância do litoral), infere-se que ele tenha sido uma das pessoas de maior destaque na região, o que, no entanto, é omitido pela História do Cariri.

11.5. O Atrativo das Minas de Ouro de São José dos Cariris Novos

Em 24 de setembro de 1731, o dr. Manuel Madeira já fazia parte do funcionalismo público na Colônia brasileira, exercendo a função de tesoureiro dos Defuntos e Ausentes na Capitania de Pernambuco¹⁸. Em que pese esta informação, pouco se conhece sobre a vida deste advogado nos vinte anos seguintes, até a data em que foi residir no Cariri cearense.

E quando ele teria chegado à Capitania do Ceará?

Atualmente, não existe exatidão para a data da chegada do dr. Madeira à terra cearense. O que se pode afiançar é que por volta de 1753, com o início da exploração do ouro no Cariri, o dr. Manuel

¹⁶ BLUTEAU, Padre D. Raphael, Vocabulário Português e Latino, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXIII (1713), p. 301.

¹⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra (Disponível em: <<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=182460>>. Acesso em 03/01/2016).

¹⁸ Arquivo da Torre do Tombo, Portugal (disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1917095>>. Acesso em 16/11/2015, às 12h55min).

Madeira ficou encarregado da fiscalização das Minas de São José dos Cariris Novos, de acordo com os apontamentos do Barão de Studart:

Livre de Proença de Lemos, *dor de ilharga* chama-o ele, Jerônimo de Paz tratou de organizar a repartição da Intendência, utilizando-se dos auxiliares, que de Pernambuco tinham vindo ou que já moradores no Ceará haviam sido gratificados com algum emprego ou comissão. A ele coube o título de Intendente, ficando assim por substituto do ouvidor; o Capitão João Ferreira de Oliveira foi nomeado tesoureiro, emprego que já tinha por nomeação interina do dito ouvidor, e do qual estava empossado, prestada a respectiva fiança desde 4 de agosto de 1753; ficou sendo fiscal o Doutor Manuel de S. João Madeira, o Coronel Álvares de Matos teve a guardamoria, Luís Manuel ficou por escrivão e João Carvalho por escriturário¹⁹.

Isto é comprovado por uma carta do capitão comandante e intendente das minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz, enviada ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, e escrita no dia 08 de agosto de 1753, na qual há o relato sobre a indicação e nomeação do dr. Manuel de São João Madeira para o cargo de fiscal das ditas minas:

E aberto o Sacco achei cartas p.^a a Camara do Ico, q' Logo entendi tão beim continham [fl. 04] a proposta de Thezoueyro, e Fiscal, e fiz com q' o Ouvidor lhe escrevesse p.^a q' lhe participaSem q.^m era os nomeados e torney a mandar a o Ico com estas cartas, e Supposto a Camara naó me Remetteo a Resposta p.^a V.Ex.^a, Respondeo ao Ouvidor q' tinha Recebido ordem de V.Ex.^a p.^a nomear Thezour.o e Fiscal, q' p.^a

¹⁹ STUDART, Guilherme (Barão de), *op. cit.*, p. 53.

o primr.o emprego nomeavam o mesmo q' ja tinham nomeado por ordem do d.o Ministro q' era o Cap.m Joaó Ferr.a de Oliva, e p.^a o 2º nomeava ao D.or M.el de S. Joaó Madeira, na minha opiniaó eleycaó em ambos m.to acertada eu Recolhi a mim p.^a a Remetter a Secretaria a carta p.^a o Ouvidor em resposta, e exi-della passes em húa das folhas de papel sellada e aSsinada a Provizáo p.^a Thezour.o cuja copia Remetterei p.^a se Rezistar, e fiz por não teve o effeyto na q' lhe havia passado o [palavra ilegivel] no Rezisto... [fl. 04v]²⁰.

aproposta d. Thezourero, e Fiscal, e fize com q' o Ouvidor
 lhe escrevesse p.^a q' ha participafiem q' me avia nomeado
 e avia mandar a o dco com esta carta, e supposto q'
 a mesma não me responde a resposta p.^a V. Ex.^a respondida
 ao Ouvidor q' tinha recebido orden de V. Ex.^a p.^a
 nomear Thezour.^o e Fiscal, e p.^a o primr.o emprego
 nomeavam o mesmo q' ja tinham nomeado q' orden
 do d.^o Ministro q' era o Cap.^m Joaó Ferr.a de
 Oliva, e p.^a o 2º nomeava ao D.or M.el de
 S. Joaó Madeira, na minha opiniaó eleycaó em am-
 bos m.to acertada eu Recolhi a mim p.^a a Remetter a

FIGURA 2. MANUSCRITO SOBRE A POSSE DO DR. MANUEI. DE SÃO MADEIRA NO CARGO DE FISCAL DA MINAS DE SÃO JOSÉ DOS CARIRIS NOVOS (AHU).

²⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL - CEARÁ, 1753, agosto, 8, Minas de São José dos Cariris Novos: CARTA do [capitão comandante e intendente das minas dos Cariris Novos], Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, sobre as minas de São José dos Cariris. AHU-CEARÁ, cx. 5, doc. 39. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6. DOC. 368.

Neste cargo de fiscal da Minas de São José dos Cariri Novos, o dr. Manuel Madeira agia junto com o Intendente, tendo a obrigação de averiguar o pagamento do quinto do ouro retirado no Cariri, como ocorreu no dia 20 de março de 1754, quando passou certidão de arrecadação de 2 oitavas de ouro, cujo contribuinte era o padre Gonçalo Coelho de Lemos, vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Luz:

Intendente e Fiscal da caza da Intend.^a e arrecadação da caza dos Reaez Quintos das Minas de Sam Jozè dos Kareriz novos abaicho a signados. Fazemos saber que o R.P.^o Gonçalo Coelho de Lemos vizinho deste Arrayal das ditas Minas e Cura desta Freguezia de Nossa Snrâ da Luz apresentou nesta Caza da aRecadação do Quintos dêz oitavas de Ouro empô das quaez tiradaz duas oitavas do quinto pagou e ficão Carregadaz em receyta Viva ao Thezr. dellez o Capitao´ Joam Ferreyra de Oli-va em o L.ode sua Receyta a fl 13v.^o e lhe ficaraó Livrez oito oitavas epara sua Guia semandou passar esta por noz a signada e sellada com o sello Real desta Intendencia. Arraial das Minas de Saó Jozê do Kareriz novos aos vinte de Março de mil e sete Centos Cincoenta e Coatro annos, e eu Joam Carvalho do Valle Escrivam da Intendencia Escrevi//
Jerônimo Mendez da Paz [assinatura]
Manuel de São João Madeira [assinatura].²¹

²¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL – CEARÁ, 1754, março, 20, Minas de São José dos Cariris Novos: CERTIDÃO do intendente e do fiscal da Casa de Intendência e Arrecadação dos quintos reais das minas de São José dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz e Manuel de São João Madeira, atestando que o padre Gonçalo Coelho, cura da freguesia de N. Sra. Da Luz, pagou os quintos que lhe competia. CTA: AHU-PIAUI, cx. 4, doc. 18. CT: AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 386.

Entretanto, o dr. Madeira não demorou muito tempo como fiscal, pois, apesar das ditas minas terem sido abertas no dia 06 de junho de 1753²², em 1758 o Rei mandou fechá-las²³ por motivos ainda não totalmente esclarecidos.

Aparentemente, o dr. Manuel de São João Madeira chegou ao Ceará atraído pelas minas de ouro, isto em meados do século XVIII, o que leva a crer que tenha sido ele o primeiro advogado, bacharel em Direito, a ir residir no Cariri cearense.

11.6. Registro de sua Atuação como Advogado no Cariri Cearense

Próximo ao ano de 1753, o dr. Manuel de São João Madeira atuou como advogado de um dos homens mais poderosos que residiam no Cariri, o sergipano Francisco de Magalhães Barreto e Sá (*réu* na ação), o qual litigou judicialmente contra Ana Lobato (*autora* da ação) por uma fértil faixa de terra, o Sítio da Barbalha (na época, descrito entre os sítios Lagoa e Salamanca), que veio a originar a cidade do mesmo nome. Esta celeuma se deu entre grandes latifundiários, sendo resolvida perante o juiz ordinário da Vila do Icó/CE, ou seja, por um juiz leigo, que não era bacharel em Direito.

Até o presente instante, a única manifestação escrita pelo dr. Manuel Madeira que se tem notícia, exercendo a função de advogado, é uma contestação que trata do referido litígio judicial pela terra supradita, nos seguintes termos:

²² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL – PERNAMBUCO, 1759, janeiro, 21, Cariris Novos: OFÍCIO do comandante e intendente das Minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes Paz, ao [secretário de Estado Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a execução do fechamento das minas. Anexo: 05 docs. Obs.: m. est. AHU_ACL_CU_015, Cx. 88, D. 7149. fl. 03.

²³ STUDART, *op. cit.*, p. 117. Ver também: PINHEIRO, Irineu, Etemérides do Cariri, Fortaleza – CE, Imprensa Universitária, 1963, p. 41.

P. que as estremas de que se trata que estremão as terras do R. com as da A. sempre forão pella parte do Riacho do Ouro em hua varjota e ypoeira que esta na beira do Brejo pella parte de bacho do sittio chamado a Barbalha nome que tomou de huma mulher asm. chamada que de renda esteve no lugar pagando-a ao coronel João Mendes Lobato a quem o arendou e dele era sor. no qual a ta. mulher plantou lavouras e dizem que tambem arvores de espinho sem contradição de pessoa alguma a vista e face da autora e hoje do do. Sittio faz exma. do Riacho do Ouro.

P. que não só a da. Barbalha esteve de renda nas das. Terras; mas também depois della outro rendeiro chamado João de Figueiredo, tão bem pello do sr. dellas o Coronel João Mendes, que como tal passava arrendamentos e cobrava as rendas o que tudo ce mostrarar a seu tempo por documentos sendo nesseçarios.

P. que passando estas terras ao novo possuidor que foi Ignássio de Figueiredo este arendou o do. sittio chamado a Barbalha a seu irmão Manuel Fellis pa. criar gados, e plantar toda casta de lavouras e o do. Manuel Fellis logo fez cercados e abriu vaquejadouros athe a da. Ipueira e Varjota tãobem sem contradição de pessoa alguma nem ainda da A. e cetem passados varios anos.

P. que as estremas do sittio da A. chamado Lagoa sempre fora na tal Ipueira e Varjota pela parte do Riacho do Ouro abaxo do sittio chamado Barbalha, e pella outra parte do Brejo abaxo de uma Ingazeira que este mto. abaixo do Engo. Do Capm. Franco. de Brito, e não no do Engo. como diz a A. e tanto asm. que.

P. que na Ingazeyra, o abaxo della esteve situado o alferes Vitorino de Oliveira por parte do sor. das terras o Coronel João Mendes com currais, e pastos mtos. annos sem que a A. a isso ce opuzesse donde sertamte. se segue não pertenceram as terras a da. A. mas Sim ao do. Coronel João Mendes, logo he falço ser a estrema a donde diz a A. e este ainda hoje o possue.

P. que o R. numca teve duvida nas estremas nem foi o

que as marcou porque sempre foi notorio serem estas pella parte já dita, mas sim A. como no seu Libello a fls. se mostrou e tanto que.

P. mandando o R. rossar nas suas terras pa. plantar a A. lhou, digo, plantar a A. lhe impediu dizendo aquellas terras lhe pertencião, sem posse judicialmente, estando estas debaxo das extremas do R. e asim ficando sem plantar naquele rossado não quiz continuar por ser homem manço e passifico amigo da paz, e não querer discórdias; no que resultou grande prejuizo que a seu tempo peddirá.

P. que nestes termos e nos de direito deve a A. ser condenada a estar pellas extremas antigas que sempre forao desde os pros. pessuidores athe ao presente julgandosse ser nelas conservado o R. com todas as perdas, e danos lucros sessantes e danos emergentes que a A. causou ao R. em lhe proibir o seu rossado visto ser o R. como he pessuidor de boa fé e custas.

P.R.C. Dejud. Onn Mil. Jur. Mo.

pp
Madra [rubrica e sinal].²⁴

Porém, no ano de 1757, o dr. Manuel Madeira deixou de atuar na dita causa, tendo em vista que seu cliente, Francisco de Magalhães, até então assistido por seis advogados, substituiu seus patronos, passando procuração a apenas dois profissionais denominados de licenciados (certamente por terem licença, dada por meio de provisão, para atuarem como advogados no Ceará): José Pereira de Melo e Manuel Ribeiro do Vale²⁵.

²⁴ ALENCAR, Odálio Cardoso de, *Origens do Cariri* (1ª Parte), 1ª Edição, Fortaleza - Ceará, 1988, p. 21 e 22.

²⁵ *Ibidem*, p. 45. É aparentemente contraditório falar na escassez de advogados no Cariri e, ao mesmo tempo, apontar que alguém pudesse ser assistido por seis advogados, concomitantemente. No entanto, isto deve ser visto com cautela, pois, aos ricos, era perfeitamente possível trazer advogados de outras paragens. Além disso, a escassez de que falamos refere-se ao lugar de residência/domicílio dos advogados bacharéis em Direito.

Decerto, por ter sido patrono da dita causa, o dr. Manuel Madeira deveria receber seus honorários advocatícios, sendo provável que tal pagamento tenha sido feito não em dinheiro, mas em terra, pois, coincidentemente, ele foi residir numa parte da referida área disputada, o Riacho do Ouro (circunscrito pelo atual município de Barbalha), encravado nas primitivas propriedades dos Mendes Lobato.

11.7. A Família do Dr. Manuel de São João Madeira

Apesar do engajamento na Igreja católica²⁶, o dr. Manuel de São João Madeira viveu por longos anos em concubinato com a baiana Isabel Francisca²⁷, coisa que, à época, era abominado pelos religiosos e sujeito à pena de excomunhão²⁸. Esta relação de concubinato se dava quando duas pessoas não casadas viviam maritalmente, sem haver entre elas causa de impedimento para o casamento. Vivendo desta maneira, o casal teve três *filhos naturais*, uma mulher e dois homens: **Dona Luiza Maria da Piedade** casada com Antônio de Barros Rego Colaço; **Valentim de São João Madeira**; e **Manoel Ponciano Pinto Madeira**,

²⁶ PINHEIRO, Irineu, O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes, fac-símile da Edição de 1950, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 210.

²⁷ O genealogista Francisco Augusto afirma que o dr. Manuel de São João Madeira veio a casar-se com sua companheira Isabel Francisca, legitimando os filhos do casal: "*O Doutor, Advogado Manoel de São João Madeira viveu com Isabel Francisca, solteira, natural da Vila da Cachoeira, Bahia, depois casou-se, legitimando os filhos havidos antes do matrimônio, conforme norma da Igreja Católica Apostólica e Romana*" (LIMA, *op. cit.*, p. 1796). Esta afirmação estribou-se em dois assentamentos de batismo em que o dr. Madeira fora padrinho de duas crianças, isto nos anos de 1760 e 1761. Porém, este argumento é frágil, pois nos dois assentamentos transcritos neste trabalho há indícios categóricos de não haver laço matrimonial entre o dr. Madeira e Isabel Francisca, pelo menos até o ano de 1769: isto porque no documento relativo ao casamento da filha do dr. Madeira, Luiza Maria da Piedade, em 1768, ela é tratada como filha "*natural*" e sua mãe é qualificada como "*solteira*"; já no outro documento, com data de 1769, referente ao batismo de Florêncio, neto do dr. Madeira, os mesmos termos se repetem.

²⁸ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, Brasília, Edições do Senado Federal, Brasília, 2011, p. 339.

pai do coronel Joaquim Pinto Madeira²⁹.

Atualmente, as informações históricas sobre a vida do dr. Manuel de São João Madeira e seus descendentes são deficientes, além disso, apesar do tão propalado episódio conhecido por *Assassinio Jurídico de Pinto Madeira*, percebe-se a existência de lacunas acerca desses personagens. Mas por que os historiadores não se ocuparam em esmiuçar o passado dessa gente, tendo em vista a importância que tiveram na sociedade caririense dos séculos passados?

Para encontrar a resposta é preciso volver os olhos para o coronel Joaquim Pinto Madeira, neto do dr. Manuel de São João Madeira, e sua participação nos movimentos de 1817 (Revolução Pernambucana no Cariri), 1821 (votação da Constituinte portuguesa), 1822 (guerra de Independência), 1824 (Confederação do Equador) e 1832 (Revolta de Pinto Madeira).

Em todos estes momentos de distúrbios no Cariri, Joaquim Pinto Madeira se mostrou a favor do *absolutismo monárquico*, pois, até então, era o sistema de governo que conhecia; além disso, contrariar o poder absoluto do rei significava ir de encontro também à religião, estando sujeito a penas muito severas, como a perda dos bens por confisco, morte cruel, infâmia da família, etc³⁰.

Destarte, ficando Pinto Madeira ao lado do rei, inevitavelmente, terminou se rivalizando com os prosélitos do *liberalismo*, que, no Crato, tinham como líderes muitas famílias tradicionais, a exemplo dos Alencar, os Maia, os Ferreira Lima, entre outros, surgindo disso um enorme antagonismo, tanto na esfera política quanto na pessoal.

Entre os anos de 1831 e 1832, quando os inimigos de Joaquim Pinto Madeira recobram as energias, alcançando patamares políticos

²⁹ MACÊDO, Joaryvar, Povoamento e Povoadores do Cariri Cearense, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1985, p. 96.

³⁰ PIERANGELLI, José Henrique, Códigos Penais do Brasil: Evolução Histórica, Bauru - São Paulo, Editora Jalovi LTDA, 1980, p. 20 a 23..

relevantes, deram início ao seu plano de vingança, e, sob o pretexto de que Pinto Madeira era, além de absolutista e restaurador, *inimigo da Constituição*, ordenaram, na Câmara da Vila do Crato, a sua prisão, no dia 06 de junho de 1831³¹.

Diante disto, Joaquim Pinto Madeira reagiu comandando um enorme exército armado, principalmente de cacetes, vindo a dominar praticamente todo o Cariri³². Porém, no sítio Correntinho³³, depois de quase dez meses de combates e na companhia de mais de 3.000 homens, terminou se entregando ao general Labatut³⁴, sendo preso e enviado, primeiramente, para os cárceres do Recife/PE³⁵. Em seguida, foi levado ao Ceará, e, daí, transferido para o Maranhão³⁶, donde fora remetido de volta ao Ceará no ano de 1834, por ordem do presidente Ignácio Correia de Vasconcelos³⁷.

Curiosamente, quando Pinto Madeira chega preso ao Ceará, um dos seus maiores inimigos, o senador José Martiniano de Alencar, havia tomado posse como presidente da província cearense e não titubeou em enviar o dito preso ao Crato, para que fosse submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Como é sabido, ao chegar à Vila do Crato, Pinto Madeira foi julgado erroneamente por crime comum (homicídio qualificado) em vez de crime de rebelião. Assim, depois de ter sido condenado à força, fora

³¹ PINHEIRO, Irineu, *Efemérides do Cariri*, *op. cit.*, p. 96.

³² A área dominada pelos cabras de Pinto Madeira ultrapassava os limites do Cariri, atingindo a Paraíba (BRÍGIDO, João, Ceará: Homens e Fatos, *op. cit.*, p. 59).

³³ O Sítio Correntinho, em Crato/CE, ainda hoje conserva o mesmo nome, estando localizado ao sopé da Chapada do Araripe, na divisa com o município de Nova Olinda/CE.

³⁴ NOGUEIRA, Paulino, *Execuções: Penas de Morte no Ceará (Parte II)*, In *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ano VIII, 1894, p. 176 a 180.

³⁵ PINHEIRO, Irineu, *Efemérides do Cariri*, *op. cit.*, p. 112.

³⁶ NOGUEIRA, *op. cit.*, p. 195.

³⁷ *Ibidem*, p. 209.

arbitrariamente executado, negando-se ao réu o direito de recorrer da sentença para que se fizesse novo júri na capital, em Fortaleza.

Assim, a morte de Joaquim Pinto Madeira representava mais que o fim de um ciclo de intrigas político-pessoais, pois era, além disso, o momento de ascensão dos seus inimigos, os antigos independentistas, republicanos e liberais, os quais assistiram seus ideais se concretizarem paulatinamente.

É facilmente compreensível que os heróis escolhidos pela história oficial foram os vencedores, afinal, com o advento da Independência do Brasil (em 1822) e da República (em 1889), era necessário eleger ícones que representassem o período de luta pela consolidação das novas diretrizes político-sociais. Foi assim que os papéis se inverteram, pois, enquanto os republicanos eram beneficiados com o processo de heroização, os monarquistas passaram de mocinhos a vilões.

Portanto, dentro da nova ordem política, a República, é evidente que um monarquista, a exemplo de Joaquim Pinto Madeira, não seria visto com bons olhos, ficando sua história a mercê da caneta dos vencedores. Decerto, esse foi o principal motivo para o monólogo de vilanização de Pinto Madeira, cujos resquícios ainda hoje são encontrados entre os intelectuais do Cariri, na maioria, herdeiros dos velhos clãs republicanos.

Desse modo, é de suma importância retirar do esquecimento a família Madeira do Cariri, a fim de que possam ser revelados detalhes capazes de explicar determinados fatos históricos, como, por exemplo, a relação de Joaquim Pinto Madeira com seu avô (o dr. Manuel de São João Madeira), a qual parece ter sido bastante estreita, conforme se depreende das letras de um diário do século XIX, escrito pelo médico Francisco Freire Alemão, o qual, no dia 19 de junho de 1860, estando na então Província do Ceará, registrou o seguinte:

19: Amanheceu bom tempo; passei esta noite melhor e estou mais animado. De manhã fui à casa do Dr. Ratisbo-

na, onde está o doutor Gonçalves Dias e aí, conversando coisas do Ceará, o Ratisbona, que sabe miudamente os sucessos presentes e passados do país e que me parece imparcial e de bom critério, disse-nos que assistiu ao julgamento e execução do Pinto Madeira, tendo então nove anos de idade, que essa reunião do júri no Crato foi a primeira que aí se fez, que ele foi uma farsa escandalosa e a execução do homem [foi] um verdadeiro assassinato jurídico. Era presidente o senador Alencar e, se não há provas escritas e autênticas de que tudo se fez por sua ordem ou consentimento, são todavia as circunstâncias deste fato claramente deponentes contra ele. Pinto Madeira havia mandado assassinar um parente de Alencar, por ser patriota, e mais dois prisioneiros ou mandou ou aconselhou que matassem, mas nunca matou ninguém por motivos pessoais. Pinto Madeira era afilhado e foi criado em casa de seu avô, ou bisavô.³⁸

A partir desse relato é possível imaginar que, tendo Joaquim Pinto Madeira crescido na casa de seu avô, o advogado Manuel de São João Madeira, provavelmente, deve ter assimilado algum conhecimento acerca das leis (contrariando o discurso de alguns historiadores que insistem na incapacidade intelectual deste caudilho), pois, quando ele fora julgado em 1834, fez sua própria defesa, demonstrando conhecer o direito vigente³⁹, e, no momento em que fora proferida a sentença de morte, disse, calmamente, *eu apelo!*⁴⁰ Mesmo assim, por ironia do destino, o neto do primeiro advogado do Cariri se tornou uma vítima da má aplicação da lei.

Lançando mão de um raciocínio crítico, cabe questionar se Pinto

³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire, *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara*, 2011, p. 286 e 287.

³⁹ PINHEIRO, *Efemérides do Cariri*, p. 118.

⁴⁰ FIGUEIREDO FILHO, J. de, *História do Cariri, Volume III, Crato – Ceará, Faculdade de Filosofia do Crato*, 1964, p. 42.

Madeira seria mesmo tão desprovido de inteligência como afirmam alguns historiadores, se era mais cruel e rebelde que os homens de seu tempo e mais vilão que alguns dos heróis republicanos.

O certo é que o estigma de Joaquim Pinto Madeira contribuiu para silenciar parte de sua história, incluindo a de seu avô, o dr. Manuel de São João Madeira, o qual, mesmo sendo o primeiro advogado do Cariri cearense, ainda é pouco (re)conhecido e estudado como realmente merece ser.

Referências Bibliográficas:

ALEMÃO, Francisco Freire, *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ALENCAR, Odílio Cardoso de, *Origens do Cariri (1ª Parte)*, 1ª Edição, Fortaleza - Ceará, 1988.

ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, *A Cidade de Frei Carlos*, Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

BLUTEAU, Padre D. Raphael, *Vocabulário Português e Latino*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXIII (1713).

BRÍGIDO, João, *Ceará (Homens e Fatos)*, Fortaleza - CE, Editora Demócrito Rocha, 2001.

CABRAL, Tomé, *Dicionário de Termos e Expressões Populares*, Fortaleza - Ceará, Instituto Cultural do Cariri, 1972.

CAETANO, Marcello, *O Conselho Ultramarino: Esboço da sua História*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1969.

CARVALHO, Matheus, *Manual de Direito Administrativo*, Salvador - BA, Editora JUSPODIVM, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, J. de, *História do Cariri*, Volume III, Crato - Ceará, Faculdade de Filosofia do Crato, 1964.

GARDNER, George, *Viagem ao Interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, São Paulo, Editora da Universidade do São Paulo, 1975.

GIRÃO, Raimundo, *Vocabulário Popular Cearense*, Fortaleza - CE, Imprensa Universitária, 1967.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo, *Siará Grande: uma província portuguesa no nordeste oriental do Brasil*, Vol. IV, Fortaleza - Ceará, Expressão Gráfica, 2016.

MACÊDO, Joaryvar, *Povoamento e Povoadores do Cariri Cearense*, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1985.

NOGUEIRA, Paulino, *Execuções: Penas de Morte no Ceará (Parte II)*, In Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Ano VIII, 1894.

PINHEIRO, Irineu, *Efemérides do Cariri*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____, *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*, fac-símile da Edição de 1950, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

PIERANGELLI, José Henrique, *Códigos Penais do Brasil: Evolução Histórica*, Bauru - São Paulo, Editora Jalovi LTDA, 1980.

PRUDÊNCIO, Antônio Ivo Cavalcante, *Heróis da Solidão: Províncias do Norte (1817 a 1824)*, 1ª Ed., Fortaleza - CE, 2011.

STUDART, Guilherme, *Notas Para a História do Ceará*, Brasília, Edições do Senado Federal, Volume 29, 2004.

Documentos:

ARQUIVO HITÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL-CEARÁ, [ant. 1736, janeiro, 23]: REQUERIMENTO de Antonio de Holanda Cavalcante, sacerdote do hábito de São Pedro e advogado no Ceará, ao rei [D. João V], a pedir provisão para continuar a advogar na praça do Recife, cidade de Olinda e mais lugares da capitania de Pernambuco. Anex: certidões. AHU-CEARÁ, cx. 2, doc.102. AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 172.

ARQUIVO HITÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL - CEARÁ, 1753, agosto, 8, Minas de São José dos Cariris Novos: CARTA do [capitão comandante e intendente das minas dos Cariris Novos], Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, sobre as minas de São José dos Cariris. AHU-CEARÁ, cx. 5, doc. 39. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6. DOC. 368.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL - CEARÁ, 1754, março, 20, Minas de São José dos Cariris Novos: CERTIDÃO do intendente e do fiscal da Casa de Intendência e Arrecadação dos quintos reais das minas de São José dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz e Manuel de São João Madeira, atestando que o padre Gonçalo Coelho, cura da freguesia de N. Sra. Da Luz, pagou os quintos que lhe competia. CTA: AHU-PIAUÍ, cx. 4, doc. 18. CT: AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 386.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL - PERNAMBUCO, 1759, janeiro, 21, Cariris Novos: OFÍCIO do comandante e intendente das Minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes Paz, ao [secretário de Estado Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a execução do fechamento das minas. Anexo: 05 docs. Obs.: m. est. AHU_ACL_CU_015, Cx. 88, D. 7149.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL-CEARÁ, 1783, maio, 2, Aquiraz: CARTA de João Damasceno ao capitão Antonio de Castro Viana sobre a falta de advogados nas comarcas. AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, D. 595.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, Brasília, Edições do Senado Federal, Brasília, 2011.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco (1593 - 1595), Recife, FUNDARPE, 1984.

Sites:

Arquivo da Torre do Tombo, Portugal (disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1917095>> .Acesso em 16/11/2015, às 12h55min).

Arquivo da Universidade de Coimbra (Disponível em: <<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=182460>>. Acesso em 03/01/2016).

ASSENTAMENTO DE BATISMO DO LIVRO PAROQUIAL DE MISSÃO VELHA/CE, 1769-1805, fl. 37 (Fonte: Family Search, dispo-

nível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9R91-3X?owc=collection%2F2175764%2Fwaypoints&wc=MHNM-T3D%3A369521501%2C369521502%2C369573101%3Fcc%3D2175764&cc=2175764>>. Acesso em: 03/01/2016).

ASSENTAMENTO DE BATISMO DO LIVRO PAROQUIAL DE MISSÃO VELHA/CE, 1765-1770, fls. 33 e 34. (Fonte: Family Search, disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9R9B-YP?owc=collection%2F2175764%2Fwaypoints&wc=MHNM-RM3%3A369521501%2C369521502%2C369521503%3Fcc%3D2175764&cc=2175764>>. Acesso em: 24/12/2015).

História da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB (Disponível em: <<http://www.oab.org.br/historiaoab/antecedentes.htm>>. Acesso em: 05/01/2016).

Mapa que indica a proximidade de Lisboa e a cidade de Montijo, antigamente chamada de Vila Galega (Fonte: Google Earth, disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Lisboa,+Portugal/Montijo,+Portugal/@38.8264404,-9.3224006,10z/data=!3m1!4b1!4m13!4>>. Acesso em: 03/01/2016).

12. A Lenda sobre a Morte do Capitão-Mor do Crato/CE José Pereira Filgueiras

HEITOR FEITOSA MACÊDO

José Pereira Filgueiras, apelidado de Sansão das Caatingas, o Bom⁴¹, Napoleão das Matas, etc., é um desses magníficos sertanejos cuja vida se prende a muitas lendas, sendo ele celebrizado pelo desempenho militar e pela chefia política que exerceu no então Sertão dos Cariris Novos (Cariri cearense), sul do Estado do Ceará.

São vários os mistérios que envolvem a vida e morte do denotado capitão-mor da Vila do Crato, José Pereira Filgueiras, contudo, pouco a pouco, algumas dessas dúvidas vão, felizmente, se dissipando.

⁴¹ Este apelido fora dado ao capitão-mor José Pereira Filgueiras na então Província do Maranhão, quando marchava sobre este território comandando o exército expedicionário contra as tropas portuguesas que continuaram leais à Coroa portuguesa e, por isso, contrárias à Independência do Brasil (ALEMÃO, Francisco Freire, Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 234).

do, permitindo que a luz banhe parte da superfície da verdade que encobre esse homem, ao pé da letra, fabuloso.

O Barão de Studart, incansável pesquisador, a exemplo de tantos outros, afirmava categoricamente que o capitão-mor José Pereira Filgueiras era natural de Sergipe, de Santo Amaro das Grotas, no entanto, o Padre Gomes revelou que a Bahia era o verdadeiro berço de Filgueiras⁴². Mas, como era de se esperar, outras dúvidas ainda cercam a vida e, principalmente, a morte desse interessantíssimo personagem!



FIGURA 3. ANTÔNIO ALVES FILGUEIRAS CAMPOS (CORONEL ANTÔNIO ALVES FERRO), NETO DO CAPITÃO-MOR JOSÉ PEREIRA FILGUEIRAS QUE VIVEU EM MINAS GERAIS.

Como foi dito, José Pereira Filgueiras nasceu na então Capitania da Bahia, no Recôncavo baiano, mais especificamente, em Campos de Cachoeira, próximo a Santo Amaro⁴³, na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira⁴⁴, tendo migrado para o sul do Ceará aos quatro anos de idade⁴⁵, na companhia dos pais: o português José Quesado Filgueiras, o qual havia cometido crimes na Bahia⁴⁶, e Maria Pereira de Castro.

⁴² ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, *A Cidade de Frei Carlos, Crato - CE*, Faculdade de Filosofia do Crato, 1971, p. 29.

⁴³ ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, *Povoamento do Cariri, Crato - Ceará*, Faculdade de Filosofia do Crato, 1973, p. 71 e 128.

⁴⁴ PINHEIRO, Irineu, *Efemérides do Cariri*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1963, p. 52.

⁴⁵ PINHEIRO, Irineu, *Um Baiano A Serviço do Ceará e do Brasil*, In *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ano LXV, 1951, p. 06.

⁴⁶ ARAÚJO, Bernardino Gomes de, *Crônica de Missão Velha*, In *jornal O Araripe*, Ano III, Nº 142, Crato - CE, 8 de maio de 1858, p. 03.

No ano de 1799⁴⁷, adquiriu a importante patente de capitão-mor das Ordenanças, organização militar que antecipou a Guarda Nacional. Assim, se tornou o segundo e penúltimo capitão-mor da Vila do Crato⁴⁸, substituindo José de Holanda Cavalcanti. Importa dizer que este cargo equivalia a uma espécie de comandante militar de todo o município, com forte caráter político.

Além do ofício militar, no Cariri cearense, tornou-se senhor de engenho no sítio São Paulo, circunscrito pelo atual município de Barbalha, nas imediações do atual bairro Alto da Alegria, onde, no dia 25 de agosto de 1803, casou-se com a baiana Joaquina Maria Parente, a qual veio falecer no ano seguinte⁴⁹.

Viúvo prematuramente, casou-se pela segunda vez com Maria de Castro Caldas, também chamada de Maria de Castro Filgueiras⁵⁰, a qual era descendente das antigas famílias do sertão do Ceará, da poderosa família Montes⁵¹, protagonista da guerra civil de 1724, a Sublevação do Jaguaribe. Destaque-se que, na região caririense, ainda são encontrados muitos descendentes do capitão-mor José Pereira Filgueiras, dentre estes a família Abath⁵².

⁴⁷ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL- 2689- [ant. 1801, Abril, 28]: REQUERIMENTO de José Pereira Felgueira ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão-mor das Ordenanças da Vila do Crato, da capitania do Ceará, por falecimento de José de Holanda Cavalcanti. Anexo: carta patente. AHU-Ceará. AHU_ACL_CU_003, Cx. 33, D. 2689.

⁴⁸ O Padre Gomes diz que Joaquim Antônio Bezerra de Menezes foi o terceiro e último capitão-mor do Crato, tendo sucedido, neste posto, a José Pereira Filgueiras (O Povoamento do Cariri, *op. cit.*, p. 96). Desta maneira, conclui-se que José de Holanda Cavalcante foi o primeiro capitão-mor do Crato, e, logicamente, Filgueiras foi o segundo.

⁴⁹ PINHEIRO, Efemérides do Cariri, Fortaleza, *op. cit.*, p. 52.

⁵⁰ ARAÚJO, A Cidade de Frei Carlos, *op. cit.*, p. 39.

⁵¹ A esposa do capitão-mor José Pereira Filgueiras descendia em linha reta de Leonor de Montes Pereira, também chamada de Vitória Leonor de Montes, irmã do coronel Francisco de Montes Silva e esposa de Gaspar de Sousa Barbalho (AUGUSTO, Francisco, Famílias Cearenses, Fortaleza, Editora Premium, 2001, p. 279 e 286).

⁵² ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, Povoamento do Cariri, *op. cit.*, p. 90.

Sobre as lendas acima mencionadas, os escritores do século XIX e início do século seguinte bem como a tradição oral registram magníficas epopeias do capitão-mor José Pereira Filgueiras, algumas vezes, de difícil credibilidade, porém, em parte, verossímeis pelo testemunho ocular dos antigos narradores e pelas circunstâncias de outrora.

Por muitas décadas, falou-se que o dito capitão-mor, à noite, andava pela vila do Crato, ou melhor, flutuava, montado em seu cavalo preto, rodeando a torre da Igreja da Sé. Outra potoca criada pelo imaginário popular afirmava que, quando alguma peleja se avizinhava, a espada do Filgueiras tintilava na bainha e o seu bacamarte suava, como se estivessem antevendo futura refrega.

Porém, nem tudo que se falava sobre este capitão-mor mereceu descrédito! Sendo homem agigantado, bem proporcionado e bonito⁵³, pelo menos nas palavras dos que o conheceram pessoalmente, Filgueiras tornou-se protagonista de histórias dignas de um Hércules.

Conta-se que Pereira Filgueiras, certa feita, deparando-se com um carro de boi atolado, erguera a roda imersa na lama, possibilitando que a junta bovina conduzisse o pesado veículo de lenho⁵⁴. Outra feita, em Crato, banhando-se no Rio Granjeiro⁵⁵, no chamado Poço ou Banheiro, Filgueiras presenciou três homens tentando, em vão, mover uma enorme pedra na margem do rio. Diante disto, Filgueiras mandou que os ditos homens se afastassem, e, em seguida, sozinho, tomou a rocha⁵⁶. Ademais, conseguia ele facilmente arrebentar punhos de rede apenas com as mãos⁵⁷.

⁵³ ALEMÃO, *op. cit.*, p. 191.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 274.

⁵⁵ Pela descrição, supõe-se que este lugar, *Poço ou Banheiro*, fosse no Rio Granjeiro, é o que dá a entender na obra de Menezes (MENEZES, Paulo Elpídio de, *O Crato de Meu Tempo*, 2ª Ed., Fortaleza - CE, UFC, 1985, p. 45 e 46) e na de Irineu Pinheiro (PINHEIRO, Irineu, *O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes, Fortaleza - Ceará, Fundação Waldemar Alcântara*, 2009, p. 120).

⁵⁶ Alemão, p. 191.

⁵⁷ *Idem*.

E não para por aí! Também é registrado que, nas proximidades da casa do capitão-mor existia um enorme visgueiro, à beira do caminho, e, por várias vezes, passando ele por debaixo dessa árvore, apoiava firmemente os braços em um galho e erguia seu cavalo com as pernas⁵⁸, que ficava com as quatro patas suspensas no ar, fato que fora testemunhado e narrado por Franklin de Lima⁵⁹.

Ainda, sobre as proezas de Filgueiras, diz-se que ele possuía três armas de fogo bastante célebres, os bacamartes Boca da Noite, Meia Noite e Estrela d'Alva, que, de tão grandes, era possível meter-se um braço pela abertura do cano⁶⁰, mas só ele conseguia fazer uso dessas armas⁶¹, posto que apenas o cano de um desses trabucos pesava meia arroba, 7.5 kg⁶².

Ademais, sabe-se que, antes do ano de 1816, por ocasião da morte de seu sobrinho, Filgueiras se envolveu num embate encarniçado com os Calados, homens da confiança de seu cunhado, o sargento-mor José Alexandre Correia Arnaud⁶³, pois, Francisco Calado havia prendido a Gonçalo de Oliveira⁶⁴, esposo de uma sobrinha de Filgueiras. Mas, antes de ocorrer a prisão, Gonçalo enviou o irmão de sua esposa, Joaquim Inácio Cardoso, com a notícia ao capitão-mor.

Ocorre que o encontro entre estes indivíduos deu-se no Arraial de Missão Nova, ocasião em que Joaquim Inácio Cardoso caiu morto depois de ser varado por uma bala, instante em que Filgueiras tomou a arma do defunto e disparou contra um dos Calados, em seguida, matou mais dois de pancadas, fazendo uso do coice da mesma arma.

⁵⁸ *Id.*

⁵⁹ *Ib.*, p. 273.

⁶⁰ *Ib.*, p. 228.

⁶¹ *Ib.*, p. 191.

⁶² *Ib.*, p. 213.

⁶³ Dona Francisca Teodora, esposa do sargento-mor Alexandre Correia Arnaud, era irmã do capitão-mor José Pereira Filgueiras (ARAÚJO, Povoamento do Cariri, *op. cit.*, p. 26 e 27).

⁶⁴ BRÍGIDO, João, Ceará: Homens e Fatos, Fortaleza - CE, Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 117.

⁶⁵ *Idem*, p. 117.

Foi a partir desse momento que José Pereira Filgueiras passou a ser o indivíduo mais popular do Cariri, tornando-se uma espécie de mito⁶⁵. Porém, os anos seguintes colocariam essa fama de Filgueiras à prova, com as rebeliões e revoluções desencadeadas no sertão.

Estes movimentos revolucionários tiveram início em 1817, quando as ideias iluministas chegaram ao Cariri, promovendo a proclamação da Independência e da República, que duraram apenas oito dias (do dia 3 ao dia 11 de maio), no entanto, apesar de o capitão-mor do Crato José Pereira Filgueiras ter, aparentemente, apoiado o movimento revolucionário, terminou se colocando contra a efêmera República sertaneja, ajudando a derrotá-la.

Entre os anos de 1822 e 1823, antes mesmo que a notícia do grito da Independência tivesse chegado ao Cariri, José Pereira Filgueiras, juntamente com Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, já havia promovido a autonomia daquela parte do Brasil, e, não bastasse, foi ao Piauí e Maranhão guerrear pela Independência, sendo que neste último lugar, em Caxias, sitiou e rendeu o sargento-mor José da Cunha Fidié, comandante português que se mantinha leal à Corte lusitana. Pelo desempenho de Filgueiras nesta campanha, muitos julgam que ele era o verdadeiro merecedor do título de Marquês do Maranhão e não o Lord Cochrane⁶⁶, que pouco fez nesta ocasião e, mesmo assim, ficou com os louros da vitória.

No ano seguinte, em 1824, já na qualidade de independentista convicto, José Pereira Filgueiras, no alto de seus 65 anos de idade⁶⁷, findou abraçando a causa republicana durante a Confederação do Equador, quando tomou a capital do Ceará e instalou a referida forma de governo. Todavia, com a derrocada do movimento, Filgueiras se entregou no Sítio Tabocas, no atual município pernambucano de Exú,

⁶⁵ *Idem*, p. 117.

⁶⁶ ARAÚJO, Povoamento do Cariri, *op. cit.*, p. 130.

⁶⁷ PINHEIRO, Irineu, Um Baiano A Serviço do Ceará e do Brasil, *op. cit.*, p. 26.

no dia 8 de novembro de 1824, ao seu antigo oficial na Expedição de Caxias, o capitão Reinaldo Bezerra de Araújo⁶⁸.

Entre as lendas e verdades que pairam sobre a vida do capitão-mor do Crato, o que nos move neste humilde e sincero opúsculo é desmistificar uma informação acerca de sua morte, pois, a notícia timbrada no livro da história oficial, neste momento, será reescrita!

Até hoje, os historiadores, quase que por unanimidade, têm afirmado que o capitão-mor José Pereira Filgueiras foi preso durante a segunda revolução republicana disseminada pelo sertão, a Confederação do Equador, em 1824, e, em seguida, enviado para a Corte no Rio de Janeiro, mas, antes de chegar ao seu destino, na passagem por Minas Gerais, teria ele falecido de febre palustre, no lugar chamado São Romão. Contudo, essa não é a verdadeira história, apesar de ser, até o presente momento, a oficial!

No início do ano de 2016, uma descendente do capitão-mor José Pereira Filgueiras, a professora mineira Maria Cecília Santos Carvalho, entrou em contato conosco e nos informou sobre o verdadeiro fim deste herói sertanejo, diferente do que se tem propagado por quase 200 anos.

Por julgar a importância que teve este homem, não só no Cariri cearense, mas em todo o território nacional, resolvemos investigar um pouco mais sobre o paradeiro do referido capitão-mor após o ano de 1824, o que fora feito através de entrevista, gentilmente cedida pela professora Maria Cecília, que segue abaixo:

Heitor Feitosa Macêdo: *Você pode se apresentar, dizendo seu nome completo, em que trabalha, onde mora, etc.?*

Maria Cecília Santos Carvalho: Com imensa alegria e agradecida pela honrosa oportunidade, respondo o questionário a mim enviada

⁶⁸ BRÍGIDO, op. cit., p. 493. Ver também: PINHEIRO, Efemérides do Cariri, op. cit., p. 85.

do pelo insigne escritor, professor e jurista cratense, Dr. Heitor Feitosa Macêdo.

Meu nome é Maria Cecília Santos Carvalho; nasci em Pitangui, MG. Sou bacharel em Letras, aposentada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG. Hoje, me dedico a serviços voluntários, alfabetizando adultos de uma comunidade rural, onde, também, coordeno uma biblioteca comunitária.

Heitor: Qual o seu parentesco com o capitão-mor do Crato, José Pereira Filgueiras? Como se dá essa linha ascendente?

Cecília: Sou descendente em linha direta do capitão-mor do Crato, José Pereira Filgueiras. Minha avó paterna, Maria José Filgueiras de Carvalho, era filha de Antônio Alves Filgueiras Campos, um dos cinco netos de José Pereira Filgueiras, nascido em sua Fazenda, na Vila Saúde, em Minas Gerais.

Heitor: Como você descobriu esse parentesco?

Cecília: Desde os tempos de minha juventude, ouvia narrativas de familiares sobre histórias que citavam meu tetravô como famoso caudilho, heroico combatente de muitas revoluções no Ceará, e que, obrigado pelas circunstâncias, teve que se exilar em território do Alto São Francisco, mais precisamente no Arraial Saúde, hoje próspero município do centro-oeste mineiro, denominado Perdigão. Ao longo do tempo, procurei ter acesso a livros e periódicos, de autoria de vários autores brasileiros, inclusive de familiares, todos baseados na historiografia de cronistas antigos. É notório o fato de que muitos desses historiadores que não conseguiram ter acesso a documentos originais, repetiram inverdades,



FIGURA 4. MARIA CECÍLIA SANTOS CARVALHO.

movidos por seu ideário político, ou, simplesmente, por ouvirem falar, e os transcreveram em suas obras.

Com tantas versões controversas sobre sua história, sempre me liguei ao valor dos fatos baseados na documentação de fontes primárias e nos acontecimentos relatados por meus ascendentes, o que sempre me impulsionou a ir mais fundo na análise da historiografia publicada até hoje. Os valiosos recursos advindos da internet têm me facilitado a pesquisar e analisar muitos documentos originais, o que me permite expor alguns fatos o mais próximo da verdade, principalmente, os que ocorreram com meu tetravô, o capitão-mor José Pereira Filgueiras, há quase duzentos anos, quando de sua participação na Revolução Pernambucana de 1817, na expedição de auxílio ao Piauí e ao Maranhão, em 1823, na Confederação do Equador, em 1824, e na sua breve sobrevivência no território mineiro.

Aproveito para ressaltar, aqui, o valor dos notáveis historiadores que mais me tocaram fundo quando citaram meu tetravô em suas publicações: Guilherme Studart (Barão de Studart), Carlos Studart, Irineu Nogueira Pinheiro, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e seu filho, João Nogueira, Padre Antônio Gomes de Araújo, Gustavo Barroso e Armindo Guaraná. A eles, nossos eternos agradecimentos.

Heitor: Você está escrevendo uma obra em que esse seu ancestral figura como objeto de estudo? Nos fale um pouco sobre isso!

Cecília: Seguindo o exposto na terceira resposta, decidi escrever a história de nosso patriarca, o capitão-mor José Pereira Filgueiras, tendo, por principal objetivo, resgatar sua história, narrando os acontecimentos o mais próximo da verdade. Seria uma forma de poder homenageá-lo, principalmente, por sua incansável luta por um Brasil mais justo e soberano.

No livro, registro também a genealogia dos Filgueiras no estado de Minas Gerais, tendo como tronco meu tetravô, José Pereira Filgueiras.

Heitor: *A História é quase unânime em dizer que o capitão-mor José Pereira Filgueiras faleceu de febre palustre no ano de 1824, depois que o movimento conhecido por Confederação do Equador foi desbaratado pelas tropas da Coroa Portuguesa; porém, como sua pesquisa contradiz esse fato?*

Cecília: Gostaria de começar a responder essa questão com outras perguntas: Como a História oficial pode comprovar a morte de meu tetravô, quando de sua chegada ao Arraial de São Romão, em território mineiro? Alguém, por acaso, já teve acesso a algum documento que comprove tal fato?

Em meu livro, relato os acontecimentos que nos foram repassados pela tradição oral, muitos deles fundamentados em documentos de fontes primárias, desde sua libertação no Arraial de São Romão, norte de Minas Gerais (onde ficava localizada a Judicatura dos sertões do médio São Francisco), até sua chegada ao centro-oeste mineiro, em companhia do filho, José Pereira Filgueiras Júnior, seu companheiro fiel de muitas lutas no Ceará.

A meu ver, a causa de seu falecimento por febre palustre ficou registrada na História e se transferiu à historiografia, apenas por conveniência, ou por se ouvir falar. Talvez as autoridades governamentais julgassem melhor admitir e repassar essa explicação falha, até mesmo simplória, e deixá-la registrada para a posteridade, visto que muito difícil, até mesmo vergonhoso para as forças de D. Pedro I, seria aceitar que um de seus principais prisioneiros conseguira se livrar das tropas imperiais durante a viagem em direção à capital do Império.

Heitor: *Em sua opinião, o que levou o capitão-mor José Pereira Filgueiras à província de Minas Gerais? Existia algum apoio nesse lugar?*

Cecília: Quando se fez a contrarrevolução da Confederação do Equador em terras cearenses, ainda havia vários conflitos armados na Bahia, o que levou a comitiva de presos a seguir o percurso via São Francisco, em direção à capital do Império.

Não havia apoio algum no lugar onde meu tetravô e seu filho escolheram para viver. Ali chegaram trazendo consigo somente dinhei-

ro suficiente para comprar terras e se firmarem como proprietários de engenho de produção de açúcar.

Heitor: *Como viveu o capitão-mor José Pereira Filgueiras aí em Minas e que fim levou? Ele constituiu nova família? Adotou novo nome? Teve uma vida pacífica? As relações com o Cariri foram quebradas?*

Cecília: O caro leitor poderá ter acesso mais detalhado a essas respostas após a publicação do meu livro. No entanto, posso adiantar que, quando pai e filho alcançaram o centro-oeste mineiro, mais precisamente o Arraial da Saúde, resolveram ali se fixar e continuar com as mesmas atividades agrícolas as quais sempre se dedicaram no Cariri cearense.

Logo que chegaram em Minas, no Arraial Saúde, tiveram que adotar nova identidade para se protegerem; caso contrário, poderiam ser denunciados e presos facilmente.

José Pereira Filgueiras não constituiu nova família. Era sua intenção retornar ao Ceará logo que lhe fosse possível. Ali, no seu sítio, que denominou Perdigão, ainda viveu por mais uns poucos anos, pacificamente e muito respeitado por todos os que o conheciam, haja vista que o antigo Arraial Saúde traz hoje a denominação de Perdigão em sua homenagem.

Nosso patriarca jamais quebrou suas relações com a família que deixara no Ceará, o que veio a acontecer somente após o seu falecimento em sua propriedade, no território mineiro, no ano de 1830.

Heitor: *Existe tradição oral em Minas Gerais acerca do capitão-mor?*

Cecília: Infelizmente, não existe tradição oral acerca do capitão-mor José Pereira Filgueiras em Minas Gerais, a não ser no que se refere às memórias e histórias contadas por membros de nossa família, algumas delas registradas em livros. Isso se explica, visto que o capitão-mor José Pereira Filgueiras viveu quase todos os seus anos dedicando-se a sua comunidade, a sua família e a seus deveres de militar em terras cearenses. Na realidade, ele nunca residira em solo mineiro

identificado como capitão-mor José Pereira Filgueiras. Como registra a História oficial: “... sua morte se deu por febre palustre, quando chegou ao Arraial de São Romão, no estado de Minas Gerais”. Ali, oficialmente, terminou sua existência para dar lugar a outra, com nova identidade.

Heitor: *Sabe-se que o capitão-mor José Pereira Filgueiras possuía três armas de fogo muito celebrizadas pela história (Boca da Noite, Meia Noite e Estrela D’Alva). A família ou alguma instituição mineira conserva alguma dessas armas ou outros objetos que tenham pertencido a José Pereira Filgueiras?*

Cecília: Quando o capitão-mor José Pereira Filgueiras se rendeu às tropas do major Bento José Lamenha Lins, foi mantido preso em sua residência por uns dias, e, depois, ficou detido na cadeia da Vila do Crato até que se resolvesse a mais segura rota de viagem em direção à capital do Império. Suponho que esses seus bacamartes, até hoje famosos, foram apreendidos pelas milícias imperiais. Sabemos, com certeza, que seu filho trouxe consigo considerável quantia em dinheiro, fruto da herança de sua mãe, o que lhes possibilitou adquirir grande extensão de terras no local onde decidiram viver.

Já procurei por essas armas no Ceará, e, curiosamente, consegui encontrar apenas o bacamarte que pertenceu ao capitão Joaquim Pinto Madeira e que se encontra exposto na Sala de Armas do Museu do Ceará, em Fortaleza.

Heitor: *Em sua opinião, qual a importância de José Pereira Filgueiras nos movimentos de 1817 (Revolução Pernambucana), de 1822 (Guerra da Independência no Ceará, Piauí e Maranhão) e no de 1824 (Confederação do Equador)? A vocação dele era mais militar ou política?*

Cecília: Analisando os documentos referentes a esses movimentos acima citados, pode-se claramente concluir que, em todos eles, a presença do capitão-mor José Pereira Filgueiras foi decisiva quando pretendeu defender os interesses de sua comunidade e de sua pátria. Quando de sua participação na Revolução Pernambucana, foi obriga-

do, pelos seus deveres de militar, fiel ao regime monárquico (pois, até aquele momento, nunca tivera motivos para deixá-lo de ser), a fazer a contrarrevolução no Crato.

Seria a melhor opção abraçar a causa republicana assim, tão de repente? O que garantiria a segurança da população sob sua responsabilidade militar e civil, já tão sacrificada pelas agruras da vida, a se entregar a combates sangrentos naquele momento? E, caso desobedecesse a Coroa, estaria cometendo crime de lesa-majestade, seria punido gravemente e, certamente, perderia sua patente militar.

Quanto a sua participação nos movimentos em favor da Independência, principalmente quando foi designado para comandar a expedição de auxílio ao Piauí e ao Maranhão, é de conhecimento de todos nós que a Independência foi, naquelas províncias, consolidada graças aos heroicos esforços despendidos pelas tropas do exército sob seu comando, quando derrotaram as tropas do major Fidié em Caxias, no dia 31 de julho de 1823. Nesse dia, recebeu a famosa carta de D. Pedro I, datada de 16 de abril de 1823, que lhe concedia o posto de general do exército expedicionário em defesa da Independência do Brasil.

Embora monarquista, sofreu influência dos independentistas e, em 9 de janeiro de 1824, aceitou sua nomeação para comandante das armas de todas as forças provinciais pelos camaristas, nobreza, povo e clero na Vila de Campo Maior de Quixeramobim. Após o golpe imperial que dissolveu a Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, e a outorga da primeira Constituição do Brasil, em 25 de março de 1824, o comandante das armas, José Pereira Filgueiras, se entregou, de corpo e alma, à causa republicana da Confederação do Equador.

José Pereira Filgueiras era um militar nato. Porém, quando eleito para o posto de capitão-mor, e ao jurar fidelidade ao governo português, tinha plena convicção de suas responsabilidades militares e civis perante os membros de sua jurisdição. Como sabemos, desde o Brasil colonial, as forças armadas brasileiras tinham, por funções, proteger os domínios da Coroa e auxiliá-la na sua administração governamental.

Heitor: *Como você explica a participação de tantos sertanejos, especialmente os caririenses, em movimentos independentistas, separatistas e republicanos? Existia alguma influência dos valores pregados pelo iluminismo do século XVIII? Essa gente, mais de uma vez rebelada, servia apenas como massa de manobra ou ombreava-se aos movimentos similares ocorridos no território brasileiro?*

Cecília: Para compreender a participação dos sertanejos, especialmente, os caririenses, em movimentos independentistas e republicanos, precisamos nos inteirar do contexto político e social em que se inseriam naqueles tempos de rebelião. Quando os combatentes do Crato foram aliciados para aderirem à Revolução de 1817, ainda não podiam compreender os ideais de liberdade proclamados pelos independentistas pernambucanos; os sertanistas que se engajaram no levante tiveram que seguir os ideais de seus senhores e, realmente, foram manipulados como massa de manobra para participarem daquela rebelião. Acredito que, após a criação do primeiro jornal do Ceará, o "Diário do Governo do Ceará", em 1º de abril de 1824, as ideias de soberania nacional pregadas pelo Iluminismo puderam ser disseminadas com maior sucesso pelos sertões cearenses. Negociantes europeus também espalharam a propaganda anticolonialista por onde passavam. Ainda temos que considerar que o recrutamento das tropas auxiliares efetuado pelo capitão-mor nas vilas de sua jurisdição se dava de maneira obrigatória, o que forçava os moradores escolhidos a participar desses levantes, muitas vezes de forma precária, sem treinamento adequado, com pouca munição e, até mesmo, sem entender o real motivo daquelas insurgências.

Heitor: *Para os mais desavisados, é comum pensar o fato histórico como algo congelado no passado e sem influência sobre os acontecimentos presentes. Contudo, em sua opinião, ainda existe algum fruto dessas ações de José Pereira Filgueiras pelos sertões de Minas e Ceará, em termos econômicos, políticos, militares e humanos?*

Cecília: Vejo o fato histórico como fato passado, o que não se pode negar. Mas, daí a pensar que a História não tem influência no que acontece no presente é mesmo uma posição sem cabimento.

Somos todos produtos de nossa História, de nossos líderes políticos, militares e religiosos, de nossos ascendentes familiares e de seus valores, do meio em que vivemos, de nossa cultura, da educação a que tivemos acesso, etc. No entanto, constato, com tristeza, que, não somente nos sertões de Minas e Ceará, mas também em muitas outras regiões do País, ainda falta a colheita do fruto chamado *justiça social para todos*.

As estruturas econômicas, políticas, militares e sociais foram reestruturadas com o passar dos tempos, mas continuam, basicamente, as mesmas. O poder, antes exercido pelos grandes proprietários de terras, hoje, está nas mãos de políticos populistas e corruptos, com raras exceções; e o povo brasileiro, em sua maioria, ainda sobrevive sem acesso à saúde, à segurança e à educação de qualidade.

Heitor: *A história brasileira ainda tem alguma dívida em relação ao capitão-mor José Pereira Filgueiras?*

Cecília: Acredito que a história brasileira, assim como a de todos os povos, sempre poderá ser atualizada, desde que surjam novas provas documentais para esse fim.

Notáveis historiadores, principalmente, os cearenses já citados acima, tiveram acesso a documentos originais que comprovam os valores morais e cívicos do capitão-mor José Pereira Filgueiras, quando de suas lutas pelo bem de seu povo.

Por causa de sua participação na rebelião de 1817, quando se fez a contrarrevolta no Crato, foi aliado da história oficial brasileira, sendo, até hoje, considerado um traidor da pátria.

Cito abaixo, dois textos, entre muitos outros, que apontam falhas na historiografia brasileira a seu respeito, sendo que o primeiro, sobre a rebelião de 1817, é de autoria do insigne historiador Carlos

Studart Filho: [...] *no que tange ao levante do Cariri, faltou a ambos os historiadores, (ao se referir ao Padre Francisco Muniz Tavares, um dos presos da rebelião na Bahia e ao Padre Dias Martins) a serena imparcialidade e a tolerância, apanágios indispensáveis ao verdadeiro historiador; ambos molharam a pena no fel do despeito [...].*

No segundo texto, o historiador sergipano, Dr. Armino Guarana, ao escrever a biografia de José Pereira Filgueiras (que considero a mais fidedigna dentre todas as que tive acesso), cita as seguintes palavras de um opúsculo publicado no ano de 1823, pelo Governador das Armas do Maranhão, o capitão Luiz Salgado de Sá e Moscov: *" Enquanto o buril da História não grava, em brilhantes páginas, o herói dos Aracaty's, assinando o lugar iminente que o imortal Filgueiras deve ocupar ao daqueles que mais trabalharam para quebrar os ferros que oprimiam sua pátria, mando imprimir os "Artigos d'Ofício da Junta da Delegação das Províncias do Piauí e Ceará. Por eles, conhecerá o público, a prudência, a moderação e a sabedoria com que se comportaram, em negócios tão difíceis, os homens probos que compunham aquela respeitável reunião de brasileiros ilustres, brilhando, no meio deles, como um astro luminoso, o Comandante em Chefe, o Sr. José Pereira Filgueiras".*

Para não me alongar mais na defesa de seus méritos, pois a farei no livro que pretendo publicar no próximo ano, enumero aqui os postos militares e políticos para os quais José Pereira Filgueiras foi empossado: Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana dos Cariris Novos - patente confirmada em 20/06/1796; Capitão-mor de Ordenança da Vila do Crato - patente confirmada em 19/11/1799; Presidente da Junta Governativa do Ceará - eleito em 16/10/1822; General das Forças Expedicionárias em Socorro ao Piauí e ao Maranhão - 16/04/1823; e Comandante das Armas da Província do Ceará - 09/01/1824

Referências Bibliográficas:

ALEMÃO, Francisco Freire, *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ARAÚJO, Bernardino Gomes de, *Crônica de Missão Velha*, In jornal O Araripe, Ano III, Nº 142, Crato - CE, 8 de maio de 1858.

ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de, *A Cidade de Frei Carlos*, Crato - CE, Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

_____, *Povoamento do Cariri*, Crato - Ceará, Faculdade de Filosofia do Crato, 1973.

BRÍGIDO, João, *Ceará: Homens e Fatos*, Fortaleza - CE, Edições Demócrito Rocha, 2001.

MENEZES, Paulo Elpídio de, *O Crato de Meu Tempo*, 2ª Ed., Fortaleza - CE, UFC, 1985.

PINHEIRO, Irineu, *Efemérides do Cariri*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____, *Um Baiano A Serviço do Ceará e do Brasil*, In Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Ano LXV, 1951.

_____, *O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes*, Fortaleza - Ceará, Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

Documentos:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL- 2689- [ant. 1801, Abril, 28]: REQUERIMENTO de José Pereira Felgueira ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão-mor das Ordenanças

da Vila do Crato, da capitania do Ceará, por falecimento de José de Holanda Cavalcanti. Anexo: carta patente. AHU-Ceará. AHU_ACL_CU_003, Cx. 33, D. 2689.

Entrevistada:

Maria Cecília Santos Carvalho, Pitangui/MG, entrevista cedida em fevereiro de 2016.

13. Quem disse que o Ceará não participou da Revolução Pernambucana de 1817?

HEITOR FEITOSA MACÊDO

No dia 03 de maio de 2017 completam-se 200 anos do dia em que a República e a Independência foram proclamadas no Cariri cearense, sul do Estado do Ceará, antecipando a oficialização destas instituições em todo o Brasil. Contudo, há quem negue a adesão do território cearense à Revolução de 1817.

No dia 6 de março de 1817, os revolucionários (liberais) pernambucanos de Recife puseram em prática os planos que arquitetavam há quase duas décadas, pois, dois anos antes da Insurreição dos Suassuna, ocorrida em 1801, já disseminavam na surdina princípios político-filosóficos iluministas.



FIGURA 5. OUVIDOR-GERAL DO CE JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO. PRINCIPAL ARTICULADOR DA REVOLUÇÃO DE 1817 NO CE. CARICATURA ELABORADA PELO AUTOR COM BASE NA IMAGEM PUBLICADA PELO SITE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, STF (DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.STF.JUS.BR/PORTAL/MINISTRO/VERMINISTRO.ASP?PERIODO=STJ&ID=260](http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verministro.asp?periodo=stj&id=260)>. ACESSO EM 29/04/2017).

No final do século XVIII, também chamado de século das luzes, os princípios da corrente filosófica iluminista foram trazidos da Europa ao Brasil, onde desencadearam movimentos que, embora breves, foram bastante fecundos, gravando nos espíritos dos brasileiros ideias até então consideradas subversivas, como a igualdade, liberdade e fraternidade.

O primeiro esboço dessas novas ideias eclodiu no interior do continente, na Vila Rica, hoje, Ouro Preto/MG. No entanto, tal movimento foi rapidamente abafado, não dando tempo para que fosse instalado um Governo Liberal. Mesmo assim, constituiu uma revolução no campo das ideias.

Coisa semelhante ocorreu na Insurreição ou Inconfidência dos Suassuna, desta vez, em Pernambuco, onde um ramo da aristocrática família Cavalcante de Albuquerque, além de tomar o nome nativista de um mamífero do continente Americano (*Suassuna* ou *Suaçuna* = veado escuro), abraçou o pensamento que, naquele instante, revolveu a Europa e a América. Porém, tendo sido delatados por um amigo íntimo, os irmãos Suaçuna foram presos antes mesmo de deflagrarem

qualquer esboço de efetiva rebeldia, todavia, como nada ficou provado contra eles, logo foram soltos e, mais tarde, puderam agir amplamente na Revolução de 1817 que, na capital pernambucana, Recife, durou 75 dias, de 6 de março a 19 de maio do mesmo ano. Mas, e no Ceará?

Na maior parte da então província do Ceará, a revolução foi desarticulada graças à ação do precavido governador Manoel Ignácio de Sampaio, que mandou prender o seu principal articulador, o ouvidor-geral do Ceará João Antônio Rodrigues de Carvalho. No entanto, a Revolução rompeu no sul desta província, no Cariri, onde residiam alguns prosélitos do liberalismo.

Os líderes revolucionários de Recife enviaram o padre José Martiniano de Alencar para deflagrar o movimento no Cariri. Assim, no dia 3 de maio de 1817, na Vila do Crato, arrodado de cabras armados, o padre Alencar, mais tarde senador do Império, proclamou a República e a Independência do pequeno lugarejo. Depois, no dia 5 do mesmo mês e ano, foi até a vila de Jardim e fez o mesmo com o apoio de seu tio. Contudo, no dia 11 de maio veio a contrarrevolução e facilmente desbaratou aquela efêmera República de 8 dias. É sobeja a historiografia acerca da participação do Crato e Jardim no referido movimento, entretanto, há quem a negue!

O respeitabilíssimo professor da Universidade Federal do Ceará, Paulo Bonavides, preclaro doutrinador do Direito, principalmente da Teoria do Estado, nega que o Ceará tenha participado da Revolução Pernambucana de 1817, nos seguintes termos:

Do ponto de vista estritamente político e constitucional, a Revolução de 1817 foi, nos marcos do constitucionalismo luso-brasileiro, importantíssimo passo avante. Se a cotejarmos com o passado, verificaremos que ela produziu no Brasil um projeto de governo constitucional bem superior à Súplica dos portugueses a Napoleão, em que estes rogavam ao Rei invasor a outorga de uma Constituição (...). Contrariando a expectativa de seus autores, a ação

Não permita ser soberbo
Nas conquistas e vitórias
Acendei-me a certeza
Sóis o autor dessas glórias

Assim, Amado JESUS
Caminharei altaneiro
Sei que estarás no comando
Deste humilde parceiro

O bálsamo da vida é o amor

Naveguei em muitos mares
Sobrevoei oceanos
Na busca de um alento
Pra curar meus desenganos

Na vida não vi sentido
Só encontrei solidão
Nas estradas onde andei
Reinava a escuridão

Até mesmo a esperança
Solerte desaparecia
Surge você no horizonte
E me afasta essa agonia

Hoje vislumbro paz
Observo a natureza
Os semblantes que revejo
Já exprimem gentileza

Também curto o pôr do sol
O alvorecer do dia
O luar e as estrelas
Tudo pra mim é magia

As vezes quedo pensando
Nos milagres do amor
Nos tirando dos infernos
Que a vida nos levou

Escola Técnica de Comércio da A.E.C.C

Cem anos de História

Promovendo a educação no Crato e no Cariri



A Escola de ensino regular e técnico
mais antiga da região metropolitana.
Cem anos de História promovendo a
educação no Crato e no Cariri.

Professor Érico Felício,
Diretor da Escola Técnica de Comércio

Itaytera

15. Três Crônicas de Olival Honor

I - Castelos de Areia

Estou a lembrar-me de quando morei no litoral da Paraíba, meus filhos ainda crianças e viciados em ir à praia todo domingo. Eram quatro, nascidos entre 1956 e 1960. A eles se juntavam os amigos do tope deles, aumentando a minha responsabilidade. E lá ficava eu a cuidar e vigiar todos, sem nada poder desfrutar de meu. Na hora de voltar para casa, tinha que fazer a contagem e conferir se o tanto que ia era o mesmo tanto que voltava. Um "Deus nos acuda!", se faltava alguém, pois nem todos eram os meus. Foram alguns anos muito gostosos de sol e de mar, de brincadeiras inocentes com eles, de esculturas e de castelos de areia que a maré desmanchava com a indiferença típica das forças da natureza. Essas mesmas forças obrigaram-me a distanciar-me do mar, com o qual deixei um balaio de recordações e de

saudades que ainda hoje mexem com as fibras do coração, quando sozinho ponho-me a lembrar tudo aquilo. É então que me pergunto por que tem de ser assim. Os meninos ficaram por lá como siris insistindo a morar na areia com cheiro de maresia. Por que os nossos filhos crescem e continuamos a amá-los como se ainda fossem crianças, como se eles não tivessem vida própria, o que só aceitamos na marra, quando seu itinerário se impõe e comanda, independente de nosso querer?

Pais e mães ficam babacas com as peraltices dos filhos e decantam suas travessuras para os amigos, em suas presenças, como se somente eles fossem capazes de realizá-las. As visitas vão embora, termina a festa, as crianças adormecem e nós ficamos contando carneirinhos, buscando adormecer também.

O tempo vai tangendo para longe de nós as nossas alegrias e depositando no vazio o tesouro das tristezas acumuladas, até que um dia voltamos à praia de nossos meninos, tentando rever os castelos de areia que fizemos com eles naquele tempo... E só aí constatamos que as ondas levaram todos, pois não passavam mesmo de belos castelos de areia...

Então acordamos sentindo a face molhada com gosto de sal, que não é das ondas do mar, é das mágoas em ondas que a vida nos deixa.

II - De Leituras e Outras Estórias

Das 8.760 horas deste ano, gastei apenas 730 com a leitura, a mais útil de todas as atividades do homem alfabetizado.

Lamento não haver gasto um maior número e as ter desperdiçado conversando besteira e ouvindo lorotas nos bares e praças e esquinas por onde andei e parei. Na bolsa de valores das letras, os clientes são agiotas, assim como nas demais. Se você cochilar, o prejuízo é certo. Ninguém quer perder olhos nem ouvidos, vendo ou escutando papo furado de quem não conhece a língua que fala. De todo esse tempo, que não foi em vão, me restou certeza de que um dos bons proveitos

da vida é dedicá-la à leitura. Ah! Se as novas gerações aprendessem a dar valor a ela! Não teríamos tantas reprovações nos vestibulares e concursos, pois as pesquisas apontam a redação e os testes de linguagem como os principais fatores do insucesso.

Certa ocasião um vestibulando quis saber como se faz para escrever bem. Respondendo, contei a seguinte história...

- Um rei da antiga Arábia tinha uma filha muito bonita. Querendo casá-la com um escritor, instituiu um concurso, a realizar-se dali a cinco anos, quando ela completaria a maioridade. O rei exigia que todos os candidatos, obrigatoriamente saudáveis e belos de físico, seriam cultos e teriam também caráter forte e determinado. Cada um apresentaria uma história escrita. A melhor ganharia a mão da princesa. Entre milhares, venceu o autor de uma carta ao rei, a qual dizia:

Majestade, tenho vinte e cinco anos. Para concorrer neste certame, instalei uma alfaiataria de idéias, as quais seriam vestidas suntuosamente, na altura do mérito da Princesa. Passei a colecionar os mais belos substantivos e adjetivos, os verbos e advérbios mais fortes e as mais lindas expressões idiomáticas, pesquisadas com afinco e paixão. Enchi todas as prateleiras, mas o tempo esgotou e eu não pude arrumar as idéias de forma a compor um poema, em prosa ou verso, que fosse digno dos encantos de vossa honrada filha. Agora, para casar com ela, vos prometo, sob pena de minha vida, que, de tão felizes, minhas idéias se arrumarão por si mesmas e a obra prima composta superará todas as que os sábios literatos do reino conhecerem ou produzirem. Não peço benevolência. Quero só uma oportunidade.

O Rei se impressionou com a singeleza do texto e o caráter do jovem. Autorizou o casamento e todos foram felizes para sempre.

III - A Inveja

Não sabemos quem foi o autor da relação dos pecados capitais. Desconhecemos um enquadramento mais preciso do que este de colocar a inveja entre eles. Há quem diga que os outros pecados quiseram

recusar a inclusão, por se considerarem ofendidos na companhia daquela desclassificada, a qual mereceria uma referência hors concours, pelo índice de defeitos que traz em sua composição genética. Mas, vá lá que seja! Afinal, concorrendo com o ódio, a avareza e a luxúria, estes três pecados juntos não pegam nem letra com as más qualidades que a inveja carrega! Na análise de conceitos, é costume iniciar com o dicionário Aurélio, por respeito e honra à brilhante inteligência de seu autor. Vejamos o que ele diz:

INVEJA - Desgosto ou pesar pelo bem ou felicidade de outrem.

Somos fãs do Aurélio porque ele tem a qualidade essencial da síntese. Com poucas palavras, resume todos os demais conceitos envolvendo o termo consultado. Até o invejoso está contido na definição! Não é preciso outra pesquisa.

Quem tem inveja não se satisfaz com a posse de bens materiais semelhantes ou superiores aos da pessoa invejada. O que ela inspira é a destruição do tesouro da felicidade, patrimônio inalienável e inatingível do invejado, quando este o administra com sabedoria e consciência. O invejoso é que sofre as consequências da alimentação da inveja. Relembra as rãs da fábula de Esopo. Reclamavam a Zeus a passividade dos reis que sucessivamente lhes dera, em atenção a seus pedidos, alegando que os substitutos também não sabiam governar. Aborrecido com tantas reclamações, Zeus nomeou rainha uma hidra, a qual devorou todas as rãs. A inveja é uma hidra faminta que se alimenta de quem a cultiva. Por isso, dizemos aos invejados que não se incomodem com os invejosos e suas felonias, pois, como acontece com o ódio e demais pecados capitais, os seus malefícios sempre se voltam contra eles próprios, que terminam infelizes por não conseguirem destruir a felicidade dos outros.

Itaytera

16. A Epopeia de Dom Luís Antônio dos Santos no Ceará

ARMANDO LOPES RAFAEL

*“Passou,
Como tudo passa
E algo em tudo que passa, fica”*
(de uma letra de Virgínia Victória da Silva)

15.1. Preâmbulo

A Historiografia, ou seja, o registro da história é uma das áreas do conhecimento que tem o passado como matéria-prima de estudo. A História, por sua vez, é uma ciência humana que conta fatos do ontem não esquecidos na memória dos que vivem hoje. Dir-se-ia que esses fatos inapagáveis, guardados pela memória cole-

tiva, perpetuam-se para a posteridade. Recordo-me de uma frase do Prof. João Marcelo Sena: “A História não é um filme que passou. É uma película que pode constantemente ser editada e reinterpretada”.

Na sociedade humana, o ontem e o hoje se relacionam intrinsecamente numa estrada de mão dupla chamada tempo. Decorre daí que a história de uma sociedade não existe sem o individual inserido no coletivo. Duzentos anos já se passaram do nascimento de Dom Luís Antônio dos Santos. Cento e vinte e seis anos decorreram da sua morte. E, no entanto, a memória deste bispo permanece entre nós. Por que isso acontece? Porque Dom Luís Antônio dos Santos foi ator, não coadjuvante, num período do crescimento, no Brasil, da Igreja Católica, está o *corpo de Cristo*. Uma Igreja feita pelos que *nasceram de novo*, e se juntaram a esta organização visível, através do batismo com água. Dom Luís Antônio dos Santos doou-se totalmente a essa causa. E nessa missão ele pensou, sentiu, sofreu, fez e inovou. E, sobretudo, porque ele perseverou, nunca desanimou, nesse desiderato feito em meio a um oceano de dificuldades. E quem doa sua existência a um ideal faz história. E a história preserva o nome dos idealistas para a posteridade.

16.2. Uma grata efeméride

No Brasil, no pequeno calendário das efemérides de 2017, o dia 17 de março assinala duzentos anos do nascimento de Dom Luís Antônio dos Santos, primeiro Bispo do Ceará. Para nós, que professamos as verdades da fé católica, apostólica, plenamente romana – uma crença fundamentada na Revelação divina, através da Sagrada Escritura e da Tradição – fésta que é esclarecida pelo Magistério da Igreja – a memória de Dom Luís Antônio dos Santos deixou-nos sintetizada a missão proposta para os bispos católicos: serem homens dotados de uma fé sólida, de piedade, zelo e boa reputação.

Nunca é demais recordar que, para o *Cristianismo Católico*, São Pedro foi o primeiro bispo e primeiro Papa da Igreja de Jesus Cristo

em Roma. Os bispos católicos são, portanto, de fato e de direito, os sucessores dos apóstolos. Os bispos recebem a ordenação episcopal com a missão de santificar, ensinar e governar uma circunscrição definida, seja diocese, arquidiocese ou prelazia. A memória do trabalho episcopal deixado por Dom Luís Antônio dos Santos se enquadra perfeitamente neste perfil.

16.3. A epopeia de Dom Luís

Para aquilatar a excelência da obra feita por Dom Luís Antônio dos Santos, no seu profícuo episcopado em terras cearenses, precisamos voltar ao cenário da Província do Ceará, entre os séculos XVII e XIX. Até a criação da Diocese do Ceará, em 1853, praticamente todo o território do nosso Estado pertencia ao Bispado de Olinda, exceção feita somente às paróquias de Crateús e Independência, à época, pertencentes à Diocese de São Luís do Maranhão. E do tempo que vai da colonização do Ceará – nos primeiros anos do século XVII – até 1834, somente um bispo do *Sólio Pernambucano* fez uma viagem pastoral à vasta porção do território cearense. Esse bispo foi Dom João da Purificação Marques Perdigão. Após visitar o Ceará, no ano citado, ele voltou para Recife um tanto desanimado com o que viu por aqui. Mas, a partir daquela única visita, passou a defender a criação de uma diocese para a então *Província do Siará Grande*, que havia sido desmembrada politicamente de Pernambuco em 1799, mas continuava a pertencer à Diocese de Olinda e Recife.

Como já foi dito, a Diocese do Ceará só seria criada em 1853, por um decreto do Imperador Dom Pedro II. Naquele tempo, a Igreja Católica era unida ao Estado. E o decreto de criação de uma diocese no Brasil era precedido pelo ato jurídico do Imperador, o qual, somente depois, seria ratificado pelo Vaticano. No ano seguinte, em 6 de junho de 1854, o papa Pio IX expediu a Bula **Pro animarum salute**, criando a Diocese do Ceará nos trâmites da Igreja. A bula papal só foi oficializa-

da pelo Governo Imperial em 1860, depois de sete anos de dificuldades burocráticas entre o Vaticano e o Estado brasileiro.

A nova Diocese do Ceará tinha uma população de cerca de 650.000 habitantes, toda ela católica, já que o recenseamento de 1888, feito 35 anos depois da criação da nova diocese, registrou tão somente 150 pessoas que se declararam protestantes, além de 12 judeus. A sede da diocese, a cidade de Fortaleza, possuía cerca de 9 mil habitantes.

Chegando ao Ceará em 1861, como seu primeiro bispo, Dom Luís encontrou aqui um clero pequeno emoralmente decaído. O território da nova diocese possuía apenas 33 sacerdotes católicos, residentes em 35 paróquias. Desses padres, 21 viviam amasiados e eram chefes-de-família. O que explicava aquele quadro? Os sacerdotes cearenses residiam a centenas de quilômetros da então sede episcopal, a cidade de Olinda, e viviam isolados, sem receber orientações espirituais do seu distante bispo. Daí os vários relaxamentos no exercício do sacerdócio, incluindo o voto do celibato.

O povo enxergava esses ministros de Deus como simples instrumentos de cerimônias religiosas e administradores de sacramentos. Como bem definiu o escritor Nertan Macedo, os vigários daquela época eram “coletores sagrados” e “notários eclesiásticos”. Era triste a situação moral do clero da nova diocese do Ceará, quando aqui chegou seu primeiro bispo.

16.4. Construindo uma nova diocese

Dom Luís Antônio dos Santos teve de começar praticamente do zero para montar a Diocese do Ceará. Inicialmente reuniu os padres, aqui residentes, em um retiro espiritual e exortou-os a deixar a vida desregrada que levavam, lembrando a eles a grandiosidade da missão sacerdotal. Comprovou o novo pastor a ausência de consciência pastoral e missionária do escasso clero cearense. Por isso, Dom Luís logo discerniu que tinha de formar um novo clero, renovado, sem os

vícios e deformações dos padresaqui encontrados. Para isso, planejou a abertura do primeiro Seminário da Diocese, no caso, o ainda existente Seminário da Prainha, em Fortaleza.

Preocupou-se, também, Dom Luís, com as intransponíveis dificuldades de comunicação, que provocava o isolamento dos vigários e das paróquias da nova diocese. E como aqui chegou para iniciar o processo de romanização, Dom Luís constatou os excessos, não amparados pela liturgia católica, em algumas manifestações da religiosidade popular. Ora, fácil foi concluir que o povo cearense, principalmente o do interior, vivia, há dezenas de anos, sem uma orientação espiritual segura e fora dos parâmetros fixados pelas autoridades de Roma. Os padres do Ceará careciam de melhor formação intelectual, teológica e moral para assumirem o múnus pastoral.

E todas essas dificuldades foram sendo sanadas, num contexto totalmente adverso, pois as estradas, na então Província, eram precárias. Tampouco existiam recursos financeiros na Cúria, já que a Diocese de Fortaleza era, provavelmente, a mais pobre do Império do Brasil. Dom Luís começou a fazer suas visitas pastorais, em meio a todas essas dificuldades. Foram duas essas visitas, contemplando, por etapas, todas as regiões do Ceará. A primeira dessas viagens durou seis anos.

Compreendeu Dom Luís que tinha de utilizar os dois instrumentos mais acessíveis à sua penosa estratégia: escrever cartas pastorais e viajar sem descanso pelo interior da diocese. Ao todo, ele escreveu 15 cartas pastorais, durante os 20 anos em que foi Bispo do Ceará. Essas cartas tratavam de assuntos os mais variados: pedido de esmolas para construir os Seminários da Prainha e de Crato; passando pela orientação da administração do Sacramento do Matrimônio; pedindo três dias de prece para aplacar a cólera de Deus, na Seca de 1877; divulgando as determinações do Papa Pio IX e outra carta pastoral anunciando a morte desse Papa; incentivando a devoção ao Sagrado Coração de Jesus; convidando o clero para retiros espirituais; orientando sobre a ministração dos diversos sacramentos, dentre outros assuntos. Na-

quele tempo, todo escrito era feito manualmente, com a pena sendo mergulhada na tinta, e as palavras escritas sendo enxugadas por um mata-borrão. Mesmo assim, Dom Luiz encontrava tempo para essa atividade manual extenuante, em meio às suas cansativas atividades. Ele nunca visitou uma paróquia sem antes escrever, com muita antecedência, para o vigário da freguesia, orientando todos os passos para a sua visita pastoral.

16.5. Em pouco tempo colheu frutos

Nada disso desanimou Dom Luís. Sobre a bravura e hombridade deste bispo, oportuno é recordar o que está escrito na página 2 do *Álbum Histórico do Seminário da Prainha*, editado em 1914: "Sua magnanimidade de caráter, ao desvendarem-se a seus olhos os campos cearenses desprovidos de igrejas e de pastores, a Diocese por organizar, a carência de clero e os abusos a corrigir, não trepidava diante das urzes, que lhe ensanguentariam os pés, quando viajasse pelo sertão adusto pelo sol inclemente, nem diante das angústias que lhe magoariam o coração, quando tivesse de dar embate às múltiplas irregularidades daqueles tempos".

Construiu Dom Luís os Seminários de Fortaleza e de Crato, além do Colégio da Imaculada Conceição, na capital da Província, este para formação feminina, que acolheu tanto moças da elite, como também órfãs, as quais eram preparadas para serem boas mães cristãs. Ele trouxe, também, para o Ceará os Padres Lazaristas e as Irmãs de Caridade. Construiu a imponente Igreja do Coração de Jesus, em Fortaleza, e duplicou o número de paróquias no Ceará.

Dedico, pois, estas reflexões, até aqui feitas, à santa memória deste piedoso bispo. E faço minhas as palavras da escritora inglesa Taylor Caldwell, inseridas no preâmbulo do seu livro *Os servos de Deus*. Naquele livro, a autora relembra a missão de anônimos sacerdotes católicos difusores do Reino de Cristo, nas vilas e zonas rurais das

ilhas britânicas. A escritora citada iniciou o prefácio daquela obra com o seguinte parágrafo:

“Este livro é dedicado à heróica memória de todos os servos de Deus, cuja devoção não merecemos, de cujas orações não somos dignos, de cujo amor não somos merecedores e cujos trabalhos incessantes são conhecidos apenas por Deus”.

Dom Luís Antônio dos Santos foi um desses valorosos servos de Deus. Ele prestou relevantes serviços à população do Ceará, no segundo e no terceiro quartel do século XIX. Ele deixou para a posteridade o exemplo do que é ser um *homem bom, cheio do Espírito Santo e de fé.*

() Armando Lopes Rafael é historiador. Sócio do Instituto Cultural do Cariri e Membro Correspondente da Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris, de Salvador (BA).*

Bibliografia:

ÁLBUM HISTÓRICO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DO CEARÁ. Fortaleza (CE), 1914

CALDWELL, Taylor. Os servos de Deus. Círculo do Livro Ltda. São Paulo, 1994.

MACEDO, Nertan. O Padre e a Beata. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Renes Ltda., 1981.

Artigos:

MONTENEGRO, João Alfredo. O Contexto Histórico da criação da Diocese do Ceará. Publicado em Kairós, Revista Acadêmica do Seminário da Prainha. Ano I, Nº 1-2, janeiro/dezembro de 2004.

Pesquisas na Internet:

- Palestra do Prof. Edilberto Cavalcante Reis, no 3º Encontro Nacional do GT de História das Religiões e Religiosidades, promovida pela ANPUH, 1983.

<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST13/012%20-20Edilberto%20Cavalcante%20Reis.pdf>

17. Manoel Patrício de Aquino (Nezim)

ROBERTO JAMACARU DE AQUINO

A denominação de Academia de Letras remonta à Grécia Antiga tendo como criador o filósofo e matemático Platão. A finalidade era a de reunir expoentes culturais para debaterem assuntos de cunhos literários e linguísticos.

Ao longo dos séculos essa ideia foi sendo disseminada no mundo inteiro vindo a gerar, em muitas cidades, importantes centros acadêmicos nos quais se notabilizaram grandes imortais. E foi na cidade de Crato, importante município brasileiro integrado à Região Metropolitana do Cariri Cearense, verdadeiro celeiro cultural, tradição esta advinda dos habitantes indígenas e dos colonizadores, estes chegados à região por volta do Século XVIII, que essa opinião encontrou campo fértil para sua implantação, desenvolvimento e expansão.

Assim, oportunamente, em 18 de outubro de 1953, data do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, nomes como Irineu

Pinheiro, J. de Figueiredo Filho, Padre Gomes de Araújo, Raimundo Girão, Alencar Araripe e Jéfferson de Albuquerque se reuniram em torno de uma temática e fundaram, não só um centro acadêmico cujo ofício fosse ligado especificamente à literatura, mas algo de abrangência cultural maior que prestigiasse e incentivasse, também, as secções das Ciências, do Folclore e das Artes e Ofícios.

Nasceu assim, predestinado a valorizar a cultura, a intelectualidade e a genialidade da região do Cariri Cearense, o Instituto Cultural do Cariri (ICC). Para oficializar e divulgar os seus objetivos e feitos, junto à população local, como também às outras das demais partes do Brasil, foi criada uma das suas maiores simbologias, no caso a Revista Itaytera.

23 de maio de 2016... Nesse fatídico dia as Letras, as Ciências, o Folclore e as Artes e Ofícios caririenses ficaram, numa profunda consternação, sob o véu do luto. Às 16h00 falecia, na cidade de Crato CE, a figura de Manoel Patrício de Aquino (Nezin)... um grande vulto que, nesse período, se preparava para exercer o seu quarto mandato de presidente do Instituto Cultural do Cariri.

Para aquelas e aqueles e que o conheciam, o óbvio aconteceu, ou seja, esse registro chocou a todos. Não só pela forma inesperada de como ocorreu, mas, sobretudo, pelo amor incondicional que ele tinha à cultura da região do Cariri e, em especial, ao Instituto Cultural do Cariri (ICC).

Em prol desta casa, (ICC), ele, no seu amor altruísta e infinito foi, entre tantos outros feitos meritórios, responsável pelas seguintes ações:

- a) Criação da bandeira;
- b) Elaboração do brasão;
- c) Autoria da letra do hino;
- d) Leitura do diploma;
- e) Construção da sede própria...

Sobre este último fator - construção da sede própria - seu entusiasmo e dedicação

foram tãoexpressivos que, na ânsia de vê-la pronta, ele, pondo literalmente a mão na massa junto com osoperários foi, além de mentor, os seguintes personagens participativos dessa importante obra: construtor, pedreiro, servente, eletricista, encanador, pintor e zelador. Muito mais: além de batalhador incansável por verbas para a edificação foiele que, sacando muitas vezes do seu próprio bolso, disponibilizou vultosa soma em dinheiro para acelerar e ver pronto esse importante e edificante sonho da comunidade regional, no caso a sede do Instituto Cultural do Cariri, acasa da intelectualidade caririense.

Com o prédio construído, o passo seguinte foi o de reestruturar a instituição. Para tanto empossou vultosos nomes nas cadeiras vagas e manteve o apoio, nas dependências do ICC, aos funcionamentos dos projetos do Soldadinho do Araripe e do Memorial da Imagem e do Som.

Poderíamos continuar citando aqui inúmeras outras iniciativas progressistas das gestões presidenciais de Manoel Patrício de Aquino frente ao Instituto Cultural do Cariri, mas a redação sugere, para melhor entendimento, concisão, coisa que eu, ávido por fazer justiça, findei extrapolando-a.

Seu modo de ser...

Nezim, diminutivo afetivo de Manoel e de Manoelzinho, tinha como hábitoadministrativo abrir as solenidades do ICC usando de duas locuções bem ao seu estilo:

1ª) (Justificando um leve atraso na abertura dos trabalhos):- *Dado o adiantado da hora, daremos agora início a esta sessão...*;

2ª) (Orgulhosamente falando do espírito da instituição): - *O Instituto Cultural do Cariri tem como lema a citação latina Ad astra per áspera..., que significa literalmente: «por ásperos (caminhos) até aos astros. Ou,*

em tradução livre: *Chegar à glória por caminhos difíceis ou «alcançar o triunfo (a imortalidade) por feitos notáveis.*

Pois é, meu caro presidente Manoel Patrício de Aquino. Hoje, com a sua partida, o imaginamos além dos astros, no sodalício de DEUS, a presidir solenemente mais uma sessão do nosso querido Instituto Cultural do Cariri. Na plateia, a aplaudi-lo de pé, registramos, além do cantor Orlando Silva, seu artista predileto, como também de tantos outros vultos ilustres, as presenças marcantes das seguintes imortalidades: Raimundo Quixadá Felício (o patrono da sua cadeira), Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho, Padre Gomes de Araújo, Raimundo Girão, Alencar Araripe, Jéfferson de Albuquerque, Amarílio Carvalho, Cursino Belém de Figueiredo, Raimundo de Oliveira Borges e, de forma especial, um inesquecível personagem das suas admiráveis crônicas, ele: Pedro Cabeção!

A você, caro, os abraços e os agradecimentos de todos os seus confrades e confradeiras do nosso querido Instituto Cultural do Cariri (ICC).

18. O óbvio nem sempre é a realidade

MARIA VIRGÍNIA GOMES LACERDA

Estava sentada conversando com o Raul quando ele, que é viciado em futebol, lembrou de que eu nunca havia ido a um jogo. Haveria um amanhã de noite, e ele me convidou, decidimos ir.

Chegada a hora do jogo, fomos ao estádio. Quando vi aquela multidão fiquei perplexa, tinha entrado em um mundo novo, um mundo que ainda não tinha conhecido. Supliquei que o Raul não me deixasse um instante sequer. Achamos nossos lugares e nos sentamos. Passei a vista ao redor de todo o estádio, via crianças se lambuzando em suas pipocas carameladas acompanhadas de seus pais, via casais se abraçando aproveitando os minutinhos que tinham antes de o jogo começar e eles voltarem sua atenção para aquela, que era uma arte. Via homens já de cabelo grisalho com seu radinho no ouvido, ouvindo, penso eu, os comentários pré-jogo.

O jogo enfim começa, gritos inundam o estádio e todos vibram

a cada lance do seu respectivo time. Decidi me concentrar em alguém da torcida, afinal não gostava muito de jogo, só tinha ido para deixar o Raul feliz, mas eu também estava feliz. Escolhi um menininho, de uns oito anos mais ou menos, ele comera algodão doce, pipoca e outros diversos bombons. Continuava lá, sentadinho, atento a cada jogada, torcendo, gritando, "falta", "bate neles", "toca", "noooooossa". Até que fizeram um gol. Foi do time adversário, adversário ao do menininho e adversário ao do meu namorado. O time que goleara vibrou.

Mas o semblante do restante mudara, ficaram tristes, abalados, mas queriam uma resposta a este gol sofrido. A criança começou a chorar, seu pai tentou acalmá-lo, sem muito êxito.

Fiquei encantada e perplexa com a paixão que esse menino sentia pelo seu time, era como se fosse seu herói. Olhei pro Raul, ele estava tenso, não tirava os olhos do jogo, também queria uma resposta, queria que virassem o jogo. Foi quando o jogo empatou, aos quarenta minutos do segundo tempo. A alegria tomou conta da torcida, todos ficaram de pé. E agora o menininho chorava, mas era de alegria. Mas depois disso, não aconteceu mais nada. Os torcedores continuavam querendo que o time virasse aquele placar.

O jogo acabou, os torcedores não ficaram satisfeitos, esperavam mais do seu time. E aquele menininho que chorara e se lambuzara durante o jogo agora estava ali, calmo, sentado, afagando o cabelo do seu pai, que não se conformara com o resultado do jogo. Mas tudo tinha dado certo no final. Portanto, nem sempre o mais velho é o mais forte.

19. Sobre a biblioteca do ICC e a perturbadora permanência de seu fim

ISABEL CORTEZ

Um antigo provérbio indiano, muito conhecido no mundo todo, sugere que a morte de um idoso equivale ao incendiar de uma imensa biblioteca. Esta comparação nos indica o quanto valem esses arquivos de livros: muito, sua perda é irreparável. Sem dúvida, a maior parte das pessoas que tem ou teve consciência desse provérbio dificilmente discordaria dele. A biblioteca remete ao saber, a uma educação formal e intelectual, ainda considerada a maior herança que um pai pode deixar para um filho. Contudo, apesar dessa compreensão, essas instituições não têm recebido os incentivos financeiros correspondentes à importância que esses espaços aparentam ter. É disso que esse texto trata: do fim de bibliotecas, tendo a ausência de uma como foco de preocupação: a biblioteca do Instituto Cultural do Cariri - ICC.

A realidade brasileira é inquietante: apesar de bibliotecas serem entendidas como um dispositivo de valor para o crescimento intelectual e cultural para os povos em geral, não há muitas bibliotecas espalhadas pelo país nos dias de hoje. Tão grande é essa ausência, que foi determinado na Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, a construção de 64,3 mil bibliotecas em escolas públicas brasileiras até o ano de 2020. Projeto executado sem muita celeridade, pois, conforme o senso escolar de 2014, cerca de 60 mil escolas ainda funcionavam sem biblioteca ou sala de leitura até aquele momento. E, como de costume, com uma disparidade regional em que o nordeste está em desvantagem: havendo biblioteca em apenas 30,4% das escolas dessa região (e 26,4% no Norte), contra 77,6% no Sul, 71,1% no Sudeste e 63,3% no Centro-Oeste. Contexto que prejudica diretamente a formação de leitores entre as crianças e os adolescentes brasileiros.

Fora dos espaços públicos, o número de bibliotecas que estão abertas à visitação e pesquisa é bem menor. Nesse ponto, abandono as estimativas nacionais ou regionais, que nos mostram a dimensão do problema, para destacar uma realidade em especial, na cidade de Crato, o fechamento perturbador da biblioteca do ICC.

Como é sabido, o município de Crato recebeu o epíteto de Cidade da Cultura Letrada num processo que se estendeu do final do século XIX até meados do XX. Esta construção foi empreendida por intelectuais que nasceram ou ali residiram por muito tempo. As marcas destas representações são percebidas em aspectos diversos: na farta produção bibliográfica, bem como na denominação das ruas da cidade e na projeção de monumentos históricos. São, geralmente, ações voltadas para homenagear aqueles que os referidos intelectuais consideraram grandes personalidades, sobretudo no âmbito cidadão.

Entre os nomes dos intelectuais que participaram da invenção da *Cidade da Cultura* se destacam figuras como Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, que têm o maior número de publicações que tratam sobre a história da cidade. Estes autores, aliados a muitos outros,

trabalharam para exaltar antigas personalidades relacionadas ao município, como Bárbara e José de Alencar, Tristão Gonçalves, Cel. Antônio Luís e etc., como também a 'natureza exuberante' encarnada na Serra do Araripe. Temas que, segundo seus escritos, evidenciavam a soberania cratense em relação às cidades circunvizinhas.

O Instituto Cultural do Cariri foi o ponto de partida para muitas dessas publicações. Entre elas, a Revista Itaytera, seu órgão oficial. Através da edição deste periódico, muitas ideias e valores que regiam a referida academia ilustrada foram divulgados. Como também no lançamento de livros, como os quatro volumes de *A história do Cariri*, *Folgedos Infantis*, *Meu mundo é uma farmácia*, todos de José de Figueiredo Filho, *Efemérides do Cariri*, *O Cariri*, de Irineu Pinheiro, e *A Cidade de Crato*, escrito por ambos.

Preocupados com a continuidade desse movimento de formação dos cratenses na leitura e cultura letrada, os dirigentes e sócios do ICC inauguraram uma biblioteca/arquivo que foi enriquecida ao longo dos anos com a doação de livros e documentos pelos membros do instituto e outras entidades. O acervo que se formou é um impressionante conjunto de livros cujas datas de publicação datam do início ao final do século XX, alguns se constituindo em peças raras, dado o esgotamento de sua edição; os jornais, também do início do século, uma tipologia de documento única em suas especificidades e ocorrência; e as imagens, que formam um rico acervo para a pesquisa iconográfica.

Essas ações, entre muitas outras, contribuíram para a invenção do Crato como Capital da Cultura Letrada que ainda hoje é veiculada por alguns cidadãos. É comum se perceber a continuidade dessa ideia no cotidiano da urbe: em expressões como Só no Crato! Só no Crato mesmo!, em piadas que desmerecem a cidade de Juazeiro e exaltam o Crato, em disputas políticas que evocam antigas rivalidades etc. Mostrando que o sentimento ufanista permanece em muitos moradores que, de fato, acreditam no Crato como capital da cultura letrada.

Ironicamente, não há uma preocupação maior entre os cidadãos

em preservar, cuidar ou dar suporte a lugares destinados a guardar a memória e as tradições da cidade. Há menos bibliotecas e arquivos do que se esperaria encontrar num município exaltado com tal epíteto. A própria produção bibliográfica dos intelectuais citados anteriormente, passou muitos anos esgotada até, finalmente, ser reeditada em 2011. Mesmo a biblioteca do Instituto Cultural do Cariri, com seu impressionante acervo, está há muito tempo fechada, sem possibilidade de pesquisa. Pois, o esforço solitário de seus dirigentes, como o seu incansável presidente Emerson Monteiro, e outros membros do instituto não são suficientes para reorganizar o acervo e mantê-lo aberto aos pesquisadores interessados. É imprescindível o apoio financeiro dos poderes públicos e da iniciativa privada, que concedam a estrutura necessária a seu funcionamento (ar condicionados, computadores ligados a internet, funcionários, estantes, material de expediente, desumidificadores, etc.).

Com essa estrutura, a biblioteca do ICC seria referência em arquivamento e pesquisa histórica no Ceará – pela própria relevância dos documentos –, com espaço para cursos sobre a guarda de documentação histórica; seria também o lugar ideal para receber os tantos acervos que muitos moradores ainda mantêm em suas casas, por não ter uma instituição que os possa receber e manusear com o devido rigor; seria o lugar para o debate e a difusão de novas ideias e projetos, e seria ela mesma um monumento histórico e cultural do Cariri.

É de justiça, no entanto, afirmar que já houve tentativas de reorganização desse acervo graças a parcerias do ICC com outras instituições, como ocorreu no projeto de extensão *Compartilhando histórias e memórias: a constituição do acervo documental do Instituto Cultural do Cariri* de autoria de José Ítalo Bezerra Viana, enquanto foi professor dessa IES, e coordenado posteriormente pela professora Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez, também do Departamento de História da URCA, e Amanda Teixeira de Souza, da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

No entanto, a boa vontade de pesquisadores ligados a projetos como esse, com financiamento de bolsas para alunos da URCA e UFCA, esbarra na periodicidade das bolsas, que impõem a substituição de bolsistas de tempos em tempos, obrigando a recorrentes retornos para capacitar os novos discentes; também na inexistência de funcionários que mantenham o espaço aberto diariamente para receber os alunos/bolsistas; na ausência de um bibliotecário que coordene, a partir do ICC, o trabalho de inventariado, catalogação do acervo e a disponibilização de seu sumário na internet; nas prejudiciais condições de aclimatação e arquivamento disponíveis para guarda do acervo, com altos índices de umidade e temperatura – que diminuem e muito a vida útil do material arquivado –, entre outros aspectos.

Nesse sentido, e dada a magnitude do acervo contido na biblioteca do ICC, é da maior necessidade e importância que haja mais empenho em sua organização e reabertura. Inclui-se para evitar que, sob péssimas condições de guarda, os livros, jornais e manuscritos ali depositados se percam de uma vez por todas. A biblioteca fechada não tem seu acervo preservado, pelo contrário, ele está se arruinando dia a dia. Os arquivos precisam de uma ação – condições adequadas – que retarde seu envelhecimento. É preciso salvar este acervo.

Para tanto, é imprescindível um esforço que uma poder público de administração cidadina, universidade, membros, sócios do ICC, e todos aqueles que compreendam a importância de um espaço como esse, no trabalho de organização dessa biblioteca. Esse esforço contribuirá para a abertura franca ao público de ricas fontes para a pesquisa e na formação de leitores no Cariri, mas, também, esta ação, eu confio, será auxiliadora na própria produção da escrita da história do Cariri, do Ceará e do Brasil.

Brisa Hotel



A melhor opção de bem-estar

Rua Ministro João Gonçalves, 1000

Posto Avenida

Bairro São Miguel, Crato-CE

Fone (88) 3521.0668



 \brisahotel

 brisahotelcrato@gmail.com

Itaytera

20. Descompasso

EDÉSIO BATISTA

Mulher formosa, cheia de alegria,
Em frente à praça, logo te vi,
Me enfeitiçaste com feitiçaria,
Ágil e fagueira como um colibri.

Entre nós dois, só pela anatomia,
Há descompasso, cedo percebi,
Eu numa idade, que só me angustia,
E tu tão jovem, nos teus olhos li.

Cabelos fartos, face bem rosada,
Minha cabeça é quase já branquinha,
Eu sou casado, também és casada.

Dama elegante, porte de rainha,
Candidamente segue tua estrada,
Que pensativo seguirei a minha.

União
viagens & turismo

**TODAS AS VIAGENS EM
UM SÓ DESTINO!**

**PACOTES TURISTICOS
EMISSÃO DE PASSAGENS**

**TERRESTRES
AÉREAS**

**HOSPEDAGENS EM HOTÉIS
TRANSLADO**

 RUA DA CONCEIÇÃO, 549 - SALA 407
CENTRO - JUAZEIRO DO NORTE - CE

 996425665

 (88) 2141 0160

  @UNIAOVIAGENSETURISMO*

AGENTE AUTORIZADO

cvc

PARCEIROS

GOL

Azul

Avianca

LATAM

GUANABARA
SANTIDADE EM TODOS OS SENTIDOS

21. Informativo do ICC

21.1. Posse de Humberto de Oliveira No ICC

Em sessão solene ocorrida no dia 15 de junho de 2013, no Auditório do Instituto Cultural do Cariri, tomou posse na Cadeira n.º 1 da Secção de Filosofia, que tem como Patrono o poeta Antônio Filgueiras Lima, o poeta Humberto de Oliveira, irmão do também poeta José Humberto Tavares de Oliveira (Bebeto), atual presidente do ICC.

Atuou como cerimonialista da sessão o acadêmico do ICC Prof. Weber Girão, que compôs a mesa com as seguintes personalidades: Dr. Napoleão Tavares Neves, Mons. Honor de Brito, Anilda Figueiredo, representando à Academia dos Cordelistas do Crato, Olival Honor de Brito, o homenageado, Humberto de Oliveira, e sua esposa Maria Lêda Cavalcante Rocha de Oliveira.

Logo depois de saudar os presentes e dizer dos objetivos da sessão, o Presidente do ICC, Prof. José Huberto (Bebeto) convidou o acadêmico Olival Honor para receber o novo membro do Instituto Cultural do Cariri, José Humberto Tavares de Oliveira.

Dentre as solenidades da noite, já ao final dos trabalhos, Huber-

to Tavares (Bebeto) lançou o livro *Eu preciso escrever versos*, de sua autoria.



21.2. Discurso para a posse de Humberto Oliveira no ICC

Cansado de estar desde sempre sozinho no cosmos, de duração misteriosamente eterna como Ele, Deus resolveu habitar o mundo de criaturas que participassem dos segredos da criação, a qual inventara para vencer o tédio da imensa solidão cósmica, cuja companhia já enfadava a sua tolerância.

Pensem vocês o que é estar desde o começo da eternidade ali sozinho, a contemplar estrelas e cometas, brincando de fabricar galáxias, sem ter com quem trocar ideias, poder ouvir opiniões, escutar críticas, ser contrariado, enfim mudar a rotina estafante daquela amplidão sem limites e sem um final previsível, porque também eterna.

Começou criando a vida, inespecífica, informe, incolor, sem outra finalidade senão a de ser a antítese da não-vida já então existente.

Depois desta, começaram a surgir as demais incontáveis peças que hoje compõem a grande orquestra do universo... Elas giravam em torno de seus próprios eixos, sem objetivo previsto ou determinado, só para girar, porque era necessário que assim fosse, sob pena de comprometer o seu equilíbrio.

Transcorreram bilênios. Deus, em sua infinita benevolência, permitiu que tudo funcionasse como acontecia, sem ordem e sem pre-determinação. O gerenciamento dos diversos conjuntos que se formavam por similitude de objetivos, passou a impor um regente cuja ação dependia de conhecimentos específicos. Por falta de organização consciente desses vários atributos, a desorganização de setores importantes passou a influir negativamente as demais funções e a transformar em bagunça a ordem inicial.

Para salvar do caos a sua obra, Deus transformou tudo no Paraíso. Criou o primeiro homem - Adão -, nomeou-o gerente da empresa e de sua costela fez a sua principal auxiliar, - Eva. Precisando de mais gente para os muitos quefazeres do pedaço, Adão recebeu licença e passou a fabricar com Eva o pessoal necessário para as diversas finalidades.

O resto todo o mundo sabe como foi e como é, pois aí pelo ano mil AC, no reinado de Davi, os sábios do reino escreveram a primeira bíblia contando tudo direitinho, embora já refeita várias vezes, sob protesto de muitos e apoio de outros tantos, conforme os interesses em disputa. Não vamos perder aqui o nosso tempo porque não chegaremos a um consenso. O tema sustenta mitos como eternidade, buraco negro, big-bang e outras invencionices da imaginação humana.

Convencido de que Adão e seu contingente de descendentes, auxiliares e agregados não iriam mesmo reordenar as coisas dentro do que Ele pretendeu quando criou o universo, Deus teve a ideia luminosa de entregar o problema a especialistas que fossem capazes de entender a ordem natural das coisas para colocá-las funcionando a contento. A Onisciência do Criador percebeu que somente os filósofos poderiam

arrumar aquela barafunda mal administrada por Adão. E então eles foram criados. E é por isso que nós estamos aqui, hoje, dia 15 de Junho de 2013, dando posse ao primeiro deles no ICC, na Cadeira n. 1 da Seção de Filosofia, que tem como Patrono o ilustre cearense Dr. Antônio Filgueiras Lima.

O filósofo que se empossa agora, que vem honrar e elevar o nome do Instituto Cultural do Cariri, chama-se José Humberto Tavares de Oliveira. É cratense, um dos filhos ilustres da Rua das Laranjeiras, professor radicado na cidade de Fortaleza, para onde foi estudar ainda adolescente, e onde se projetou na área da educação. Nos vastos espaços culturais de nossa capital, sua vocação histórica o projetou como filósofo, professor, poeta e escritor, misteres que não se exercem por escolha pessoal, mas tão somente por predestinação genética e vocacional.

Além do magistério, praticou também funções de natureza administrativa em órgãos públicos e privados da educação cearense, por mais de cinquenta anos de profícuo trabalho.

Seja bem vindo ao Instituto, Querido Professor Humberto Oliveira.

Que seja longa sua permanência entre nós.

Olival Honor de Brito

Crato CE, 15/06/2013

CURRICULUM VITAE

NOME: JOSE HUMBERTO TAVARES DE OLIVEIRA

Filiação: José André de Oliveira e Palmira Tavares de Oliveira.

Naturalidade: Crato CE.

Data de Nascimento: 27 de março de 1927.

01 - FORMAÇÃO

1.1 Curso Primário - Grupo Escolar do Crato CE.

1.2 Ginásio do Crato (Ginásial), Colégio São José Liceu do Ceará e Colégio Lourenço Filho.

1.3 Curso Superior - Bacharel em Geografia e História (1952) pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Ceará.

Licenciado em Geografia e História (1953) pela mesma faculdade.

1.4 Outros Cursos - Curso Auxiliar de Escritório pela Associação Comercial do Crato (1942 - 1945).

02 - EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO

Tesoureiro, Secretário, Orientador e Vice-Diretor do Colégio Lourenço Filho, Professor do Colégio Lourenço Filho (1946 - 1979).

Professor do Colégio Estadual Liceu do Ceará (1958 - 1983).

Professor do Colégio Estadual Justiniano de Serpa (1958 - 1983).

Professor do Centro de Estudos Supletivos de Fortaleza (1983 - 1987).

Secretário do Colégio Estadual Justiniano de Serpa (1962 - 1963).

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação (1963 - 1969).

Vice Diretor do Colégio Estadual Paulo VI de (1962 - 1971).

Chefe de Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado (1971 - 1979).

Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado (1979 - 1981).

Chefe de Gabinete da Secretaria Para Assuntos Extraordinários (1981 - 1983).

Membro do Conselho Regional de Desporto CRD (1971 - 1983).

Presidente do Conselho Regional de Desportos (1982 - 1983).

03 - PARTICIPAÇÃO EM TRABALHOS E PESQUISAS

Integrante da Comissão que elaborou os estatutos da Secretaria Cultura.

Coordenador Geral do II Congresso de Escritores Cearenses.

Membro da "Comissão para Determinar a Origem de Fortaleza - Forte de São Sebastião".

Membro da Comissão dos Festejos Comemorativos do Centenário da batalha de Tuiuti.

Participou de Todos os Seminários, Simpósios e Cursos para Comemoração do Centenário de José de Alencar, como membro organizador.

Diretor da Revista Aspectos, da Secretaria de Cultura.

Organizador do Calendário Cívico-Cultural, comemorativo do sesquicentenário da independência do Brasil.

04 - PUBLICAÇÕES

Calendário Cívico Cultural.

Documentário sobre a Secretária de Cultura, Separata da revista Aspectos n.º 14.

Pingos de História do Brasil - Trovas 1979.

Rio das Piabas - 1992.

Bodas de ouro do Nosso Amor (1948 - 1998).

Retalho - Trovas.

100 Trovas para Você - 1999.

Versos de Saudade - 1999.

21.3. Posse de Claude Bloc Boris no ICC

*Devemos estar presentes em cada grande momento,
em cada esquina de nosso destino.*

(Ary Guimarães)

Chego até aqui movida pela emoção e pela surpresa de ter sido convidada a participar do Instituto Cultural do Cariri (ICC), do qual, efetivamente, farei parte a partir deste momento, ocupando a cadeira de Vicência Garrido. Posto o desafio, resta-me, presentemente, encontrar palavras que me possibilitem transcrever meu pensamento, moldado nessa tecelagem que o texto incorpora. Faço-o em nome de uma limpidez paradoxalmente complexa, que me conduz a viver o Crato, mais especificamente em seu seio cultural e me põe a compor este meu escrito como um pintor que dispõe as cores em sua paleta de possibilidades.

O tempo fez suas molduras de seda por sobre a História de nosso povo e transformou as palavras num tecido representativo de nossa própria vivência. Dessa forma, sentimo-nos afetados em nossa sensibilidade através de uma retórica emocionada, abrindo espaço para que a própria noção de cultura se transforme em objeto de re-elaboração permanente. Tudo isso está latente nas palavras que proferimos e das quais farei uso neste momento.

Lendo sobre a vida de Vicência Garrido, que ocupou antes de mim esta Cadeira de número 24, independentemente de acreditarem ou não, encontro nela o toque do Criador, pois é este o elemento mais presente em sua jornada terrena: o amor. Todos buscam um sentido para suas vidas, mas, enquanto o procuravam, ela soube transformar seus passos e atos em manifestações de amor ao próximo. E aí fica entendido o amor como algo mais amplo do que o simples ato de gostar.

Estão escritas no artigo de João Lindemberg de Aquino, publi-

cado no jornal O Povo, do dia 27 de maio de 1963, praticamente todas as conexões que pontearam a vida de Vicência Garrido, mostrando sua visão de um horizonte mais amplo que seu próprio destino.

O texto de Lindemberg é reflexivo, sem dúvida, mas também apaixonado pela imagem dessa mulher de força ímpar e de dignidade sem igual. Não posso deixar de observar que o artigo mobiliza o leitor, pois que produzido no período da morte de Vicência. É um texto pungente, uma análise viva, corajosa e desafiadora sobre a vida de Vicência Garrido,

Porém, de todas as qualidades comentadas, a que Lindemberg prefere ressaltar como a mais fundamental é a generosidade; que inclusive se traduzia em um esforço permanente de D. Vicência Garrido para encontrar a justa medida na árdua tarefa de ensinar.

Lendo ainda o que se deixou escrito sobre Vicência Garrido fiquei ciente de sua vida árdua e modesta. Nascida em Crato no dia 22 de Junho de 1863, filha ilegítima de Vituriana Felícia, adotou o nome Garrido pelo fato de sua mãe residir na casa de seus patrões Benedito da Silva Garrido e Rita da Silva Garrido Nóbrega.

Foi com essa família que morou, sendo ama de seus filhos e foi com os patriarcas que viveu até a morte deles, momento em que a família Garrido se dispersou e ela passou a habitar na residência do Sr. Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes.

Estudou as primeiras letras com a Professora Adi Fernandes e aprendeu música com o Professor Miguel Naú. Devido à sua dedicação passou a fazer parte, como cantora, do coro da Catedral da Sé.

Teve uma vida pautada de extrema pobreza e de extraordinária dedicação ao ensino das crianças do Crato as quais acompanhou durante várias gerações. Alfabetizou muitos filhos ilustres do Crato, dentre eles Dr. José Newton Alves de Sousa e Lindemberg de Aquino.

Sabe-se que o ensino à essa época ainda acontecia com muita rigidez pedagógica e que muitos artifícios metodológicos hoje chamados de *autoritarismo* eram praticados por parte do professor o qual

usava firmeza e austeridade para conduzir seus alunos ao aprendizado. Os métodos para coibir o mau comportamento dos alunos ainda se dava pelo uso da palmatória, com a aplicação de *bolos* e outros castigos físicos permitidos na época.

Segundo Lindemberg, *Vicência Garrido era de uma gentileza singular, raramente ficava rabugenta e quando isso acontecia, sacava a palmatória para dois bolos nas mãos do primeiro aluno que desobedecesse ou praticasse alguma traquinagem.*

Conforme os depoimentos de quantos a conheceram, era distinguida pela sua natureza humana e dedicada, pelo seu grande conhecimento sobre a vida e sobre a música, ponteando essas vivências com sua religiosidade. Durante 70 anos Vicência conseguiu manter com bastante dificuldade uma modesta escola onde ensinava o ABC.

Lindemberg, em seu artigo, ainda afirma que ela sempre se vestia de branco e que mantinha sua vida com um cuidado extremo para com as cousas da Igreja. Cuidava dos altares, da renovação das flores e se nutria de um sentimento místico e fervoroso como sói a quem nunca teve um sentimento de maldade.

Digo isso com a consciência de que a esfera do indivíduo é talvez uma das que mais exijam desprendimento e doação — pois, para permitir o afloramento da individualidade, é preciso construir qualidades de recepção, espaços abertos e livres para a representação do outro. Em suma, depende da virtude do espírito... E era assim que Vicência Garrido vivia. Em plena doação de sua vida ao próximo.

Vicência Garrido criou outra Vicência a quem dispensou cuidados de mãe. Deu-lhe uma rígida educação dentro dos princípios da religião e transformou-a em sua mestra auxiliar assim como Filha de Maria.

Nadamais natural, portanto, que uma mente cultivada e permeada de religiosidade como a de Vicência, fizesse dela, por dezenas de anos, uma virtuosa cantora de músicas sacras junto ao coro da Sé. Era também na Igreja da Sé, em Crato, que ela comparecia diariamente

desde os tempos do Vigário Quintino que depois se tornou o primeiro Bispo do Crato. Sua idade, porém, foi avançando e bem depois já não mais subia ao coro da escada que nesse momento se tornara íngreme demais para seu acesso. Assim, cantava mesmo em baixo junto ao órgão, ao lado do altar-mor, para acompanhar suas companheiras do Apostolado ou das Filhas de Maria.

Quantas coisas importantes viveu Vicência Garrido em sua simplicidade. Quantas imagens lindas estão agora aflorando do texto ao recontar a história dessa mulher cratense que deu tudo de si para viver para os outros. Um poder que vem da cultura, o discurso de uma vida.

Nos últimos anos de sua vida viveu de uma pequena pensão municipal e teve assistência moral do cura da Sé - Padre Rubens Lóssio. Após seu falecimento, a Câmara lhe destinou o nome de uma das ruas de Crato.

A morte de Vicência Garrido consternou a cidade de Crato. Ela morreu na tarde de 12 de maio de 1963 (um mês antes de completar 100 anos). Era um dia das mães. Uma data significativa para aqueles que receberam de suas mãos um novo dom. O desvendar da vida através das letras e da música. Foi assim que Lindemberg de Aquino descreveu emocionado suas últimas impressões sobre o momento: *Essas cousas [...] vão tirando o traço marcante do "meu" Crato querido da meninice, da infância despreocupada e feliz que vai tirando a característica da cidade que vi pequena e que vejo crescer, perdendo aquele encanto e provincianismo tão do nosso coração.*

E foi com o coração entristecido que ele acompanhou o corpo de Vicência Garrido, *repousado das canseiras da vida* até o Cemitério. E poeticamente Lindemberg acreditou *ver o Sol brilharmais intensamente como se a natureza se rejubilasse pelo ingresso dessa alma cândida e boa aos páramos celestes.* E quando seu corpo descia à sepultura ouvia-se em coro as beatas cantando: *Com minha mãe estarei / na Santa Glória um dia / junto à Virgem Maria / no Céu triunfarei.*

E assim findava-se a vida de Vicência Garrido, doce e plácida professora – *um pedaço da história do Crato*.

Aprendi muito ao ler, mesmo que em tão escasso material, sobre essa mulher em quem podemos impreterivelmente nos espelhar. Um aprendizado em que a simplicidade e a perseverança são o campo prioritário.

Vicência Garrido é essa pessoa que nos cabe observar e admirar em sua performance de gente... Ser testemunhas de sua vida, como disse Drummond... Ela traz em si o poder transformador das ideias, dos desejos e dos sonhos, e nessa conexão, o valor do trabalho, do rigor, da disciplina, da limitação de liberdades para construir mais liberdade...

Creio ter cumprido o meu dever neste momento – ao evocar Vicência Garrido que me antecedeu como Patrona nesta Cadeira de número 24, buscando sublinhar sua história de vida bem adequada à tecelagem desta noite, na qual os ideais e os valores dessa mulher nos impressionam e nos comovem.

Deixo plantado aqui, neste momento conclusivo, um ramo de agradecimento sincero e profundo pela generosidade e pelo gesto de acolhida à minha pessoa por entre amigos e companheiros que em mim confiaram. Declaro aqui, mais uma vez, a minha fidelidade ao espírito de luta que o Instituto Cultural do Cariri me propicia neste momento.

21.4. Discurso de Marcos Cunha no ICC

Surpreendeu-me a indicação de meu nome para este Instituto Cultural, que reúne pessoas pelas quais tenho o maior respeito e admiração. São pessoas que se destacam nos diversos campos das Letras, Ciências, Folclore, Artes e Ofícios e Filosofia, de diversas maneiras e por diversos caminhos. Contudo, a gentileza com que Jackson de Oliveira Bantim, nosso queridíssimo Bola, me informou e tratou a

questão comigo, convenceu-me. E aqui estamos: um passo a mais nessa jornada, a qual me disponho compartilhar com todos os membros dessa academia de cultura.

Devo confessar que a responsabilidade por assumir a Cadeira nº 21 neste Instituto Cultural do Cariri me pesa. Coloca para mim um novo compromisso, cuja dimensão é dada pelo seu Patrono, Dr. Antônio José Gesteira, e por aquele que me antecedeu, Antônio Luiz Barbosa Filho, a quem sucedo.

Antônio José Gesteira nasceu em 09.08.1908 na cidade de Recife. Na família era carinhosamente chamado de *Antoninho*. Os cursos primário e secundário os fez na sua terra natal, sendo um destacável aluno. Formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro, aos 26 anos. Fez a sua especialização em Cirurgia Geral, Obstetrícia e Ginecologia no Rio, no Hospital Hanneman, posteriormente transformado na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do emérito Prof. Antônio Rodrigues Lima. Iniciou a sua vida profissional como Diretor do Serviço de Febre Amarela, em Teresina-Piauí, durante dois anos. Também trabalhou em Passos, Minas Gerais, em Belém do Pará e, finalmente em Fortaleza. Nesta cidade casou-se com Maria Carmelita Vasconcelos, nascendo dessa união duas filhas: Thereza Christina e Célia Maria, esta casada com o Dr. Maurício Monteiro de Brito, de origem cratense. Permaneceu em Fortaleza dois anos, tendo trabalhado nas Casas de Saúde César Cals e São Lucas.

Em 1940 transferiu-se para Crato. Iniciou suas atividades no Hospital São Francisco de Assis, recém inaugurado, tornando-se chefe do corpo cirúrgico. Até a sua chegada no Cariri, eram frequentes os óbitos por patologias simples, como apendicites, rotura de cistos ovarianos e gangrenas, doravante evitados pela sua habilidade técnica e conhecimentos médicos. Em 1950, desligou-se do Hospital São Francisco e fundou Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição, com a colaboração de sua já formada equipe de cirurgia: os Drs. Dalmir Pei-

xoto e Valdemar Pena, os assistentes de enfermagem Luiz Carvalho, mais conhecido como "Luiz Cocão", e Francisquinha. Este nosocômio foi instalado, em prédio ainda existente e resistindo à fúria demolidora daqueles que têm destruído o rico patrimônio dos prédios históricos da nossa cidade. Situa-se na esquina das ruas Santos Dumont e Cel. Luiz Teixeira. Durante 18 anos atendeu aos necessitados dos seus cuidados clínicos e cirúrgicos, sem nenhuma discriminação ou exigência prévia de pagamentos. O seu hospital faliu por duas vezes.

Gesteira morreu pobre em 27 de dezembro de 1958, mas cercado pela amizade e carinho dos seus mais fiéis amigos e com a gratidão daqueles, que tantas vezes foram beneficiados pela sua generosidade e desprendimento. Por fim, como descreve aquele que me apresenta ao Instituto Cultura do Cariri, nessa noite, José Flávio Pinheiro Vieira: *Não bastasse sua atividade profissional, Dr. Gesteira era um intelectual dos mais finos, poliglota, orador de recursos vastos, comovia e enfeitiçava plateias. Exercia ainda profunda atividade política, ligado a uma ala mais à esquerda da UDN; fizera-se, visionariamente, um anti-getulista fanático. Seus posicionamentos políticos levaram-no inclusive à prisão, tendo sido detido e levado à Fortaleza. Seu retorno ao Crato foi uma verdadeira apoteose, recebido com Banda de Música, por uma multidão de admiradores.*

Boêmio incorrigível, Dr. Gesteira conviveu com toda uma geração de grandes amantes da noite. Ele é o maior mito de toda a história da medicina caririense. Ainda vivo, comentavam que sua habilidade cirúrgica aumentava consideravelmente quando ele bebia. Seu túmulo é um verdadeiro ponto de oração no Cemitério local. A população faz promessas com ele e atapeta seu jazigo de flores durante todo o ano. Existe ainda um sem número de histórias da atuação do espírito do Dr. Gesteira em curas miraculosas, no âmbito do Hospital São Francisco e da Maternidade do Crato. Pacientes que aguardavam cirurgias e partos foram visitadas por um médico com todas as características do Dr. Antonio Gesteira e simplesmente curaram, sem precisar de qualquer intervenção neste plano terrestre. Que ínvios caminhos levaram o médico ao mito, ainda consolidado e presente cinquenta anos depois da sua

morte?

Antonio Luiz Barbosa Filho, a quem sucedo nesta academia, nasceu no Araripe, Ceará, em 12 de fevereiro de 1926. Residiu no Crato desde os 8 anos de idade para estudar no Colégio Diocesano. Trabalhou, como contínuo, na maior e mais antiga instituição financeira do nosso país, o Banco do Brasil. Pouco tempo depois, por meio de uma merecida aprovação, passou a ser fiscal da carteira agrícola, exercendo uma carreira promissora.

Destacou-se como intelectual, latinista de elevado conhecimento, formação humanista com grande incentivo ao convívio social do Crato. Sempre esteve presente nos grandes momentos da nossa cidade. Foi amigo íntimo, solidário e fiel do Dr. Antônio José Gesteira. Para os seus familiares, nas palavras limpas e sensíveis do seu filho Marcelo, foi assim definido: *Homem tão ímpar foi um Cidadão de bem. Homem íntegro como poucos o foram, Pessoa do bem, repleta de retidão no caráter e compaixão pelo próximo. E não para por aí não: foi bom filho porque foi atencioso e generoso com seus pais; foi bom irmão, porque, também na medida do possível, ajudou-os a se estabelecerem na vida. Além disso tudo, como se não bastasse, não se pode olvidar, muito principalmente da figura de Pai exemplar que cativou e cultivou muita admiração, respeito e carinho em seus quatro filhos (como ele próprio dizia): Antenor, Aneliza, Lula e Marcelo e de um quinto filho que a vida lhe concebeu, seu genro Rommel Farias.*

O Instituto Cultural do Cariri (I.C.C) foi fundado em 18 de outubro de 1953, com a finalidade de incentivar o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri. O Crato comemorava o seu centenário de elevação à categoria de cidade. Um grupo de intelectuais resolveu perpetuar os fatos marcantes da história e da cultura do município, não apenas "com festas, fogos, banquetes e outras manifestações de cunho transitório", mas com fatos permanentes que difundisse a cultura intelectual entre os seus habitantes. Seria a criação de uma sociedade que cultivasse nossas letras, estudasse nossos costumes e nosso folclore, averiguasse as origens de

nossa gente (Estatuto do Instituto Cultural do Cariri. Capítulo I - Art. 1º), ressaltando uma missão que estava sendo cumprida.

A diretoria do I.C.C foi, inicialmente, assim composta: Presidente: Irineu Nogueira Pinheiro; Vice: Padre Antônio Gomes de Araújo; Secretário-geral: José de Figueiredo Filho; Secretário: Antônio Levi Epitácio Pereira; Tesoureiro: Amaro José da Costa.

O I.C.C criou a Revista Itaytera, em 1955, e, no seu editorial de lançamento, com o título *Explicando*, Figueiredo Filho disse: *A razão precípua da publicação era a defesa intransigente da região caririense. A promessa era de que, pelas suas páginas, seria travada uma luta pela melhoria do nível cultural e pelo bem estar da região. Já passou a época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida. No interior é onde pulsa o verdadeiro coração do Brasil. Não podemos viver mais em regiões estanques.* A Revista Itaytera não foi a única, tinha-se, também, A Província, lançada em 17 de Outubro de 1953, durante as comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Seus editores, Florisval Matos e F. S. Nascimento, destacavam que a revista buscava *oferecer ao Crato uma publicação que dissesse Brasil afora, o que foi o nosso passado heroico e o que representa a nossa cultura e a nossa vida, neste vale de lutas e sacrifícios que é o Cariri.* A relação entre os dois periódicos foi estreita. Um dos diretores de A Província, F. S. Nascimento, pela experiência adquirida com essa publicação, foi o responsável pela revisão e paginação da Itaytera. Ele era também membro do ICC.

No curso dos anos, o ICC manteve intercâmbio com diversas academias do Ceará e do Brasil. Em muitas ocasiões acolheu visitantes ilustres, tais como: o Presidente da Academia Cearense de Letras, o historiador Raimundo Girão, a escritora Rachel de Queiroz, dentre outras personalidades da cultura estadual e nacional.

Os quadros do ICC com as suas experiências sociais, políticas e intelectuais tinham as suas origens, em grande maioria, nas classes sociais em situação de destaque político e econômico na cidade do

Crato. Os textos produzidos por esses acadêmicos eram inspirados nas vivências docotidiano e trabalhadas a partir de suas formações intelectuais. Aos muitos ilustres e dedicados colaboradores dessa academia de cultura peço permissão para destacar três nomes: Irineu Nogueira Pinheiro, Padre Antônio Gomes e José de Figueiredo Filho.

Irineu Pinheiro Filho é reputado como sendo o maior historiador cratense. Nasceu no ano de 1881. Estudou no Seminário São José, continuando a sua formação em Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro onde graduou-se na Faculdade de Medicina, em 1910. Retornou ao Crato conciliando as suas atividades de médico, professor e historiador. Envolveu-se nas Campanhas de saneamento e da higiene na prevenção da Peste Bubônica, em 1936. Foi Presidente do Banco Cariri e Rotary Clube, Sócio-correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras e o primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri. Aos 73 anos, maio de 1954, faleceu por um ataque cardíaco fulminante.

Padre Antonio Gomes de Araújo nasceu em janeiro de 1900, na então vila de Brejo Santo. Foi criado em um ambiente familiar marcado pelo catolicismo e alfabetizado no Colégio São José. Estudante aplicado e inteligente, ingressou aos 19 anos para o segundo ano do Seminário Menor, no Seminário Arquiepiscopal do Ceará, o chamado *Seminário da Prainha*. Em 1922, passou a residir no Crato, cursando o Seminário Maior. Nesse período, publicou seu primeiro artigo, sob o pseudônimo de Crisântemo do Cariri. Ordenou-se padre, tendo celebrado a sua primeira missa na Sé Catedral do Crato, em 1927. O Padre Antônio Gomes exerceu o magistério no Seminário Episcopal São José como professor de História Eclesiástica, Filosofia, Latim e História do Brasil. Em 1933 assumiu a direção do Ginásio do Crato (atual Colégio Diocesano). Exerceu, simultaneamente, a função de prefeito de disciplina, sendo responsável pelo comportamento dos alunos. Posteriormente, foi nomeado Inspetor do Ensino Normal do Estado e professor na Faculdade de Filosofia do Crato, ministrando

aulas de História Antiga e Medieval. A partir de 1941, foi sócio-correspondente do Instituto do Ceará, e membro da Academia Cearense e do Instituto Histórico e Geográfica Paraibano. No Crato, foi um dos sócios-fundadores do Instituto Cultural do Cariri, sendo vice-presidente na primeira diretoria. Pesquisou no ICC suas reflexões sobre a história e genealogia do Cariri, tendo estudado e publicado sobre a influência dos baianos na formação social da região do Cariri. A obra do Padre Antônio Gomes buscava a autenticidade das fontes, sua crítica e interpretação com base em Leopold Von Ranke (1795 a 1886), historiador conhecido como o pai da História Positivista ou Científica na Alemanha.

José de Figueiredo Filho nasceu no Crato em julho de 1904. Estudou no Colégio Diocesano durante quatro anos, desfrutando de uma sólida formação escolar, mas saiu afirmando ter a *certeza de não possuir vocação sacerdotal*. Prosseguiu seus estudos, em Fortaleza, no Colégio Cearense da congregação católica dos Irmãos Maristas. De lá fugiu, porque não adaptou-se ao regime de aluno interno. Retornando ao Crato, iniciou-se no mundo das letras, com a publicação de artigos em vários e efêmeros jornais. Regressou para Fortaleza e cursou a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Concluiu seus estudos escolhido como o orador da turma de 1925. No ano seguinte, foi nomeado Inspetor Regional de Ensino, perdendo o emprego dois anos depois. Neste período, enfrentou problemas financeiros e foi acometido de reumatismo. Atendido por Irineu Pinheiro, de quem se tornou amigo, escreveram em parceria o livro *Cidade do Crato* em 1953, comemorando o centenário de *um lugar privilegiado no interior nordestino*. Este não foi o seu primeiro livro, mas o romance *Renovação*, publicado em 1937, pela Livraria Editora Odeon, de São Paulo. O tema eram as condições de miséria a que os sertanejos estavam submetidos nos períodos de seca. No final da década de 1940, escreveu um romance memorialista autobiográfico: *Meu mundo é uma farmácia*. Em 1958, estudou a agroindústria do Crato e municípios próximos, com o livro

Engenheiros de Rapadura do Cariri. Seguiram-se escritos sobre a cultura popular, como Folclore do Cariri (1962) e Folguedos Infantis e Caririenses (1966), integrando um movimento de apresentar à população brasileira a diversidade das práticas populares. Foi fundador da Comissão Estadual do Folclore, em 1948. Figueiredo Filho foi quem mais projetou o nome do Instituto Cultural do Cariri congressos, simpósios, nas academias científicas e literárias no Ceará e outros estados do Brasil. Foi um dos maiores incentivadores da publicação da revista Itaytera, firmando parcerias para publicações. Faleceu em 29 de agosto de 1973. À beira do túmulo de José de Figueiredo Filho, o advogado e professor Luís Borba Maranhão falou em nome do ICC. Fez um apelo para que não deixassem morrer com Figueiredo Filho o Instituto Cultural do Cariri e a revista Itaytera. Seguiram-se a Banda Municipal tocando o Hino do Crato e depois, as bandas cabaçais executando melodias que fizeram umedecer os olhos dos presentes.

As academias de cultura consideram que seus membros são efetivos e perpétuos, sendo conhecidos como *imortais*. Devem os seus sucessores a obrigação de manter vivos na memória da sociedade os seus precursores. A sucessão dá-se apenas pela morte do ocupante da cadeira. Formalizadas as candidaturas, os acadêmicos, em sessão ordinária, manifestam a vontade de receber o novo confrade, através do voto secreto.

Na verdade, a imortalidade de um cidadão não é institucionalizada, mas se perpetua nos seus atos, garantidos pela honradez e ética, no decurso de sua vida.

Pessoalmente, acredito que o ICC deve fazer uma reflexão sobre a cultura atual e sua importância nos vários setores da sociedade. Devemos valer as perspectivas transformadoras dessa academia para realizar um grande processo de inclusão cultural.

Quero agradecer ao Presidente do Instituto Cultural do Cariri, José Emerson Monteiro Lacerda, por me acolher. A José Huberto Tavares de Oliveira, ocupante interino da Presidência do Conselho

Superior, hoje aniversariando e merecidamente ao lado de seus familiares, e com falta justificada a essa reunião. Ao José Flávio Vieira, meu amigo de muitos anos. Com ele compartilho a minha profissão, o meu convívio social e a visão de um mundo melhor e justo. Sinto-me honrado com as suas palavras generosas. A Huberto Esmeraldo Cabral, sempre solícito e competente como cerimonialista. A todos aqueles que contribuíram para o acontecimento desse evento de minha posse, tão importante da minha vida. Fabiana Vieira que têm feito as revisões dos meus textos, dando-lhes elegância e concordância linguística sem sacrificar as ideias. Jackson Oliveira Bantim, o *Bola*; Tio Bibi; Henrique Maia, com a dupla responsabilidade de ser membro do ICC e o fotógrafo que registra esse momento com seus *clics mágicos*; Cida Neves responsável pelo Coquetel; à Tia Fátima, como carinhosamente todos a chamamos, pela decoração da mesa que os nossos trabalho; Cleudo Soares com a sua maravilhosa música, competente aqui e paciente como meu professor, nas aulas de saxofone. Agradeço com todo carinho a minha mãe Maria Sônia Bezerra Cunha, que suportou toda essa reunião sem fumar nenhum cigarro. Aos meus irmãos Beto, Dode, Diassis e Daniel, à minha cunhada Maria José, aos meus sobrinhos e sobrinhas o meu carinho. Agradeço a minha esposa, Antônia Cileide Araújo que transborda as nossas vidas de companheirismo. Aos nossos filhos Francisco, Caio César, Nacha, Eduardo, Júlio Pedro, netos, genro e noras. Aos companheiros que ainda acreditam na “Estrela eclipsada”, e ousam crer na utopia de um mundo melhor. Aos filhos e netos dos amigos de Antônio José Gesteira e aos filhos de Antônio Luiz Barbosa Filho, especialmente ao Dr. Antônio Luiz Barbosa Neto, que gentilmente me recebeu em sua casa para me informar sobre seu pai. Agradeço a todos os membros do I.C.C e demais convidados que saíram de suas casas para dividirmos esse momento. Àqueles que nunca viram uma Santa reverência a Madre Feitosa. Olhem para ela.

Finalizo com esses versos dedicados a todos, mas especialmente a esse grande patrimônio do cariri: os nossos cordelistas:

*Eu sou de uma terra que o povo padece
Mas não esmorece e procura vencer.
Da terra querida, que a linda cabocla
De riso na boca zomba no sofrer
Não nego meu sangue, não nego meu nome
Olho para a fome, pergunto o que há?
Eu sou brasileiro, filho do Nordeste,
Sou cabra da Peste, sou do Ceará.*

Patativa do Assaré

Discurso de Posse no Instituto Cultural do Cariri

Francisco Marcos Bezerra Cunha
Crato CE, 23 de Outubro de 2015.

21.5. Discurso de José Flávio Vieira recebendo Marcos Cunha no ICC

*Esta é minha casa com a minha gente
Com meu passado e as minhas coisas
Meus rabiscos e meu fogo
Meus sobressaltos e a minha sombra
Não tem dúvida essa é minha casa
Reconheço-a lentamente
Pelos sabores na fumaça
E pelo tato nas paredes
Por meu cansaço arrependido
E meus descansos inoportunos*

.....

Não tem dúvida essa é minha casa.

Impregna-lhe os nervos, quem sabe, uma sensação de *déjà-vu*, este momento único em que o Dr. Francisco Marcos Bezerra da Cunha transpõe os sexagenários umbrais desta augusta instituição Cultural. Os versos do libertário poeta Mário Benedetti casam-se com estes instantes, como se a velha mansarda do Dr. Irineu Pinheiro escancarasse as portas para receber um filho pródigo, sem entender bem a quem se deve debitar a honra: se ao visitante que imerge no lar paterno depois de um longo e tenebroso inverno ou à velha casa que, ansiosa, espargindo o limo dos anos, há tempos, visionariamente, o aguardava.

É que esta mansão, amigos, que abrigou os sonhos de gigantes como J. de Figueiredo Filho, Padre Antonio Gomes, F. S. Nascimento, Pe. Antonio Vieira, Otacílio Anselmo, pábula e empertigada anfitriã,

percebe, claramente, a importância deste instante. Adentra estes vórtices, sim, o médico graduado em 1978 pela Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, o consagrado professor de Neurologia da UFC, Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia e da Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica, o Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná. Mas há nuances numa vida tão pródiga que sobrepassam os simples títulos acadêmicos.

*Herói não é o que vai irrigar as lavouras
da morte nos campos de batalha.
Não é o que volta das trincheiras minadas
de explosivos com medalhas no peito
mutilações no corpo e na alma.*

*Herói não semeia tulipas de sangue
ramalhetes de napalm e rosas de átomo.
– Não é o aventureiro que fez xixi na lua.*

*– Herói é o que vai todas as tardes à padaria
mais próxima buscar o pão ainda morno
para testemunhar o mistério da vida.*

Francisco Carvalho

Nascido, por um mero acidente temporal, em Vitória do Espírito Santo, em 1953, filho de Francisco Almir da Cunha e Maria Sônia Bezerra da Cunha, o menino Marcos voltou ao Cariri ainda em tenra idade. Outros irmãos apareceram : Roberto e Jorge Ney. Como sói acontecer com tantos nordestinos, Almir partiu para o Sul, em busca de melhores dias e não mais voltou. A família poder-se-ia ter dispersado, sem a sombra protetora da árvore paterna, não fosse pela fibra e fortaleza de D. Sônia Bezerra, uma heroína silente, com vitórias e

medalhas invisíveis que se imantou da bravura de D. Bárbara e, indômita, carregou nos ombros os três rebentos, formando-os não só na universidade, mas no caráter. Uma “Mulher de Atenas” que seria um dia louvada pelo gênio de Chico & Boal :

*Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos
Heróis e amantes de Atenas.*

*As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas, serena.*

Em 1960, a família mudou-se para Goiânia, onde permaneceu até 1966. D. Sônia tinha uma lavanderia e o menino Marcos entregava as roupas. Ele trabalhou, depois, como jornalista, em plena Ditadura Militar. Ainda criança, teve contato com os primeiros dissidentes do Regime e, ali, começou sua iniciação política. O pombo-correio” lia os jornais subversivos que transportava e distribuía e fez-se, à Vinicius de Moraes, um operário em construção.

*De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...*

*Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.*

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário*

Um operário que sabia Exercer a profissão.

De volta ao Cariri , aos 13 anos, o menino Marcos estudou no Salesianos em Juazeiro e depois no Diocesano, em Crato. Morando com a mãe, Roberto e Jorge, juntos com os avós: Seu Zé Lindolfo e D. Sinhara. Para pagar a escola, trabalhava no próprio estabelecimento, como auxiliar administrativo e professor. Nesta época alinhou-se com o movimento estudantil, sendo Orador da UEC e , depois, eleito orador da Turma na conclusão do Curso Ginásial. Em plena censura pós AI-5, pronunciou um discurso inflamado, contra a Ditadura instalada, terminando preso.

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.*

*E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:*

*Notou que sua marmitta
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava*

*Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.*

*E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.*

.....

*Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspidado
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!*

Eram tempos sombrios, plúmbeos, onde todos eram suspeitos, mesmo com provas em contrário. Estudantes caçados nas ruas, deputados cassados no Congresso. O garrote da censura estrangulava a democracia, tortura, julgamentos sumários e pena de morte grassavam pelo DOPS e pelos DOI-CODIS's. Escafedeu-se para Fortaleza e passou a trabalhar no Colégio Marista pagando, assim, a moradia e a mensalidade. Daí seguiu para Recife, após ser detido novamente e investigado por ter uma relação pessoal com o salesiano Padre Hen-

rique Pereira, Secretário de D. Hélder, que seria trucidado pela ditadura em 1970. Em 1973 ingressaria na Faculdade de Ciências Médicas, formando-se em 1978, onde seria, novamente, o orador da turma, tecendo uma duríssima crítica à então Reforma Universitária. Já terminara o Internato na Santa Casa de Misericórdia do Rio, onde seguiu com a Residência Médica em Neurologia.

*Fabrico uma esperança
como quem apaga
algo sujo num muro,
e ali, rápido, escreve:
Futuro.*

*Fabrico uma pureza
tão menina,
tão cristal e tão fonte
que, de repente,
É meu todo o horizonte.*

*Fabrico uma alegria
que é de ver as coisas
como se só agora
é que nascesse
a aurora.*

*Fabrico uma certeza
exata
para cada instante.
A vida não está atrás,
Mas adiante.*

Fabrico com o que tiro

*de mim mesmo e do mundo
meu dia.
E ao que, em síntese, sou
junto o que queria.*

Emílio Moura

Em 1981, Marcos Cunha volta ao Crato. Aqui enveredou pelo Serviço Público, pondo-se no front contra uma das maiores chagas caririenses: o Mal de Hansen. Tínhamos vergonhosos índices de prevalência da moléstia que, internacionalmente, nos punha no pódio da miséria e do subdesenvolvimento. Tornou-se nosso neurologista um dos maiores especialistas em Hanseníase no Ceará, tema que terminou por inspirar suas teses de Mestrado e Doutorado. As duras lides profissionais não o afastaram, porém, da atividade política. Marcos Cunha tinha ciência que a solução para as agruras de Saúde do povo, depende menos do estetoscópio de do tensiômetro e mais de decisão nos horizontes políticos. Aprendera com Foucault: *A primeira atividade de médico deve ser política. A luta contra a doença deve começar com uma batalha incessante contra os maus governos: o homem só será inteiramente saudável se for primeiramente liberto.* Participara das primeiras reuniões para fundação do Partido dos Trabalhadores no Rio , aqui, em chegando, fez parte do núcleo fundador do Partido na nossa cidade. Junto aos movimentos populares locais , Marcos Cunha foi um dos maiores articuladores para as propostas de Saúde que redundaram na construção dos pilares SUS , na Constituição de 1989. Seria candidato a prefeito de Crato em 1988 e em 2012 e , em 1992, candidatar-se-ia a vice na chapa encabeçada pelo Dr. Raimundo Bezerra de Farias. O Crato, já então perdido num labirinto político grotesco de que ainda não saiu, perdia a chance de dar uma reviravolta ética na mesmice que se arrastava há pelo menos quarenta anos. Longe, no entanto, de se sentir um perdedor, afaga-lhe a alma o mesmo sentimento que

assolou o nosso Darcy Ribeiro no fim dos seus dias:

*Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

Nos últimos anos, por fim, mergulhou na vida acadêmica, inicialmente na capital, como professor adjunto de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFC, depois, definitivamente, em Barbalha. Tangeu-lhe o espírito grandioso de moldar o futuro, de formar não técnicos, mas médicos que tivessem a capacidade de ver além das fronteiras exíguas dos seus próprios quintais. Ensina-lhes o elixir brechtiano:

*Desconfiai do mais trivial ,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.*

Esta casa, amigos, pois, canta e regozija-se no dia de hoje ao receber nos seus pórticos não um consagrado esculápio e pesquisador. Estas portas se abrem para acolher um homem na sua plenitude: científica, ética, humana e política.

Em tempos tão conturbados, quando a Medicina substituiu o Caduceu de Esculápio pelo de Mercúrio; quando a Política Cultural se transforma em Cultura da Política, quando a literatura brasileira alimenta-se de auto-ajuda e nossos cantores se dividem entre safadões, estilizados e esticados; vocês devem estar perguntando se temos razões para cantar. Quando, atônitos, percebemos que a queda do Muro de Berlim não representou o fim da desigualdade mas apenas o aperfeiçoamento dos métodos de concentração de renda que levam à fome, aos desabrigados, aos campos de refugiados; quando as panelas de teflon, ainda sujas do caviar do rega-bofe de ontem, investem-se de uma indignação seletiva, aquelas mesmas panelas chiques que mantiveram um silêncio nada obsequioso nos trezentos anos de escravidão, no covarde bombardeio do Caldeirão, nas chacinas da Ditadura Militar, no massacre do Arraial de Canudos, na devastadora seca de 1877; temos razões ainda para cantar ? Quando religiões usurpam a laicidade do estado, ditando normas, cuspidando sentenças, cobrando pedágio para o éden, buscando, espuriamente, negar os mais elementares direitos constitucionais do cidadão, sobra ainda espaço para o canto ? Quando a Mídia cínica, mercenária e demagógica, seguindo a previsão de Pulitzer, tem criado um povo à sua imagem e semelhança: mercenário, cínico e demagógico; Quando os gabirus da vida nacional se revoltam, simplesmente porque um pouco de trigo caiu do paiol e alimentou alguns preás famintos, e pensam em arregimentar , novamente, os chacais, para pôr ordem no celeiro, ainda sobram razões para sonhar? Quando o Capital e o Consumo, senhores absolutos do planeta, contaminam os rios e os ares, destroem as poucas reservas naturais que restaram; em meio do deserto que sobrou, ainda é concebível o canto ? É mais uma vez o poeta Mario Benedetti que vem lá da terra de Mujica responder, com o bálsamo da poesia, aos nossos anseios pressurosos:

*Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel*

você perguntará por que cantamos

*se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacos
antes mesmo de explodir a vergonha*

você perguntará por que cantamos

*se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro*

você perguntará por que cantamos

*cantamos porque o rio esta soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino*

*cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos*

*cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota*

*cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta*

*cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.*

Por tudo isso, hoje, o Instituto Cultural do Cariri inunda-se no cheiro da primavera e canta, ao receber, em suas fileiras o arcano da utopia, o militante desta vida: Dr. Francisco Marcos Bezerra da Cunha.

Bem-Vindo!

21.6. Texto de Posse no Instituto Cultural do Cariri

Jefferson de Albuquerque Junior

Ainda criança, levado por Cecília, uma parenta e irmã de criação do meu avô, peguei uma *sopa*, em frente ao Café de Joaquim Patrício e a Farmácia Central e fui fazer minha primeira viagem sem os meus pais... Destino: Juazeiro do Norte. Parecia distante, passamos em vários sítios com engenhos de rapadura funcionando, no Muriti, em São José. A estrada era carroçável, a poeira cobria o rastro do ônibus, chamado de *sopa*. O ano era 1957...

Ao chegar na cidade me encantei com tudo que via, um lugar tranquilo, a olhar a Chapada do Araripe que parecia o mar, visto da Rua São Candido. O passeio era para visitar Madrinha Maria Alcina, prima e irmã do Vovô Zuza (José Alves de Figueiredo), filha do Cel. José Antônio de Figueiredo, que morava em Juazeiro. Foi a primeira vez, entre tantas depois, que me encantei por nossa cidade irmã...filha do Crato, do PadimÇiço, que Cecília contava ser primo em segundo grau, do meu avô José.

Naquele tempo a aproximação entre Juazeiro e Crato não era tão forte como nos dias atuais, a distância era grande, tanto socialmente como culturalmente. Na minha casa o tratamento era diferente, meu pai, filho de Pacatuba, fiscal da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, advogado, tinha bons amigos na cidade e nunca manifestou nenhum preconceito com a pacata cidade que se agitava em época de romarias do Padre Cicero. Alguns anos depois saímos do Crato e fomos morar na divisa de Juazeiro com Barbalha, num sítio que meu pai chamou de Cra-Ju-Bar, que tinha terras nas duas cidades. A estrada era ainda de piçarra e nosso sítio era o Rancho Crajubar. A partir daí nossa juventude foi passada vivendo harmonicamente entre as três cidades: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Meus irmãos Maria Cristina e

Ronald estudavam em Barbalha e o mais novo, Antônio José, no Instituto Gonzaga, em Juazeiro e eu, antes de ir para Salvador, no Colégio Estadual Wilson Gonçalves, em Crato.

Em Juazeiro me engajei na CJC, Comunidade de Jovens Cristãos, no Instituto Gonzaga, dos padres Jesuítas, tendo como orientador o então Padre Antônio Germano... Nas férias em nossa casa, quando já estudava na Bahia e minha irmã Ângela em Fortaleza, fazíamos algumas tertúlias ao som de uma eletrola e os hits da época. Em uma destas tertúlias um jovem de Juazeiro, que estava já morando em Olinda, desde a adolescência e fazia teatro no CPC, Centro Popular de Cultura, em férias em Juazeiro participou... Seu nome era José Wilker.

Nascido em Juazeiro do Norte, em 20 de agosto de 1946, este jovem, filho de Severino e de Dona Santa (Raimunda) Almeida, estudou no Ginásio Salesiano, antes de mudar com a família para Recife. Neste colégio teve os primeiros contatos com o teatro, em apresentações na própria escola. A seguir em Pernambuco interessa mais por teatro e TV e consegue uma participação no teleteatro da TV Rádio Clube de Pernambuco, como figurante na peça *Um Bonde Chamado Desejo*, do autor americano Tennessee Williams, aos 13 anos. Um pouco mais velho se engaja no teatro nos Movimentos de Cultura Popular com apresentações pelo interior de Pernambuco. Em 1967 o jovem José Wilker se muda para o Rio, onde inicia o curso de Sociologia na PUC e o abandona para se dedicar exclusivamente ao teatro...

O tempo passou... nesta época fui estudar na Bahia, no Colégio Central, e depois fiz o vestibular para Arquitetura na Universidade Federal da Bahia. Passei e fiquei excedente, eram 60 vagas, passaram 120... Lutamos e conseguimos entrar. O ano era 1968. Logo virei o líder da turma do primeiro ano junto ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura, que por conta da ditadura militar, passou a ser ilegal. Fui eleito Secretário Geral do diretório logo a seguir. A partir daí a luta por melhores condições de ensino nas universidades, contra o famigerado acordo MEC-USAID... após a morte no Rio de Edson

Luiz foi decretada uma greve geral em todas as universidades. Passeatas diversas. O movimento estudantil explode, gritamos contra a ditadura militar nas ruas, nos transportes coletivos. Vem o Congresso da UNE em Ibiúna. O presidente e o vice do DA do curso de Arquitetura vão participar...são presos e expulsos da universidade, assumo a presidência do diretório, me engajo na AP (Ação Popular)...Vem o AI 5. Somos perseguidos. Saio da Bahia, venho para Fortaleza, sou preso e interrogado. Consigo a liberdade e vou para Brasília, me transfiro para a UnB. Era 1971.

Em 1970, José Wilker ganhava o prêmio Molière como melhor ator pela peça *O Arquiteto e o Imperador da Assíria*, em 1971 é convidado por Dias Gomes a fazer a novela *Bandeira 2*, seu primeiro papel em novelas para TV. Até então já havia participado de 5 filmes e também em 1971 faz o filme *Os Inconfidentes*, como Tiradentes.

Em Brasília participo de um grupo de teatro universitário, que depois passa a se chamar Glupus, e trabalho no primeiro filme *Bras - Ilha*, de Aurlio Michiles, apreendido pela ditadura militar, em 1972. Nosso grupo passa a morar em comunidade. Viajo pela América Latina. Bolívia, Peru, Chile, Argentina e Uruguay. Tento ficar no Chile de Allende, onde estavam exilados minha irmã Angela, seu marido Paulo Lincoln e o cratense João Roberto Pinho, mas como estavam encerradas as matrículas para o curso de Arquitetura, volto para Brasília. Trabalhamos com teatro baseado na Literatura de Cordel. Viajo para o Nordeste afins decolher material para a Semana de Literatura de Cordel na UnB. Vou com amigos do Glupus ao Rio assistir *Hoje é Dia de Rock*, no teatro Ipanema, onde Jose Wilker era ator e coautor, uma peça que é referencial no novo teatro carioca, desta geração chamada Geração Ipanema, que revoluciona o panorama do teatro brasileiro. Marcamos um encontro com, conversamos, trocamos idéias... fala sobre seus trabalhos, falamos do nosso, me identifico como filho do Cariri, seu contrterrâneo...Ao voltar para Brasília a Semana do Cordel acontece na Biblioteca da UnB, com grande sucesso. Era maio de

1973. Stênio Diniz expõe pela primeira vez em Brasília. Debates, teatro, cinema, artes plásticas, música... tudo sobre a influência do cordel na Cultura Brasileira. Na exibição do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, recebemos ordens, já com o auditório da Reitoria lotado, de não exibir o filme...Dias depois nossa casa em Sobradinho é invadida pela Polícia Federal. Nosso grupo todo é preso, e todas as pessoas envolvidas com a Semana do Cordel. Muitos foram barbaramente torturados e depois exilados. Eu estava com Alexandre Ribondi em Belo Horizonte, uma amiga que havia escapado nos avisa e fugimos pelo Rio São Francisco em um vapor, a partir de Pirapora até Juazeiro das Bahia...Sete dias de viagem em direção ao Nordeste, ao Cariri.

Em 1973, no Rio, José Wilker fazia *A China é Azul*, no teatro; participou das novelas *Cavalo de Aço e Ossos do Barão*, na TV Globo e trabalhou como ator, também no filme *Deliciosas traições do Amor*.

Ao chegar ao Cariri fico no Crajubar, aguardava uma forma deir para o Chile. Dia 11 de setembro os militares derrubam Salvador Allende, e tomam o poder... Vou ficando por aqui... Me engajo com o Grupo de Artes Por Exemplo, fazemos teatro, promovemos a Salão de Outubro e fizemos o filme em Super 8 *Profana Comédia*, com fotografia de Pedro Ernesto Alencar, roteiro de Rosemberg Cariri e eu na produção e montagem... No grupo Jackson Bantim, Mício Duarte, Rosemberg Cariri, Dede, Celia Teles, Glória Tavares, Mila e Fátima, Zulene e Socorro Sidrim, Célia Lima, entre outros. Participo do Festival Regional da Canção com a musica *Comoda-Ação*, com o Grupo Matulão, formado com Renato Dantas, Luiz Fidelis, Cicero Fidelis e Valmi Paiva. Empatamos com Abidoral Jamacaruno primeiro lugar... Neste período trabalho com Eudoro Santana, na CECASA, na criação de novos modelos de ladrilhos e na LUNASA. Logo a seguir, em 1975 sou convidado para ser o cenógrafo do filme *Padre Cicero*, de Helder Martins, o meu primeiro trabalho como profissional de cinema... Vou embora com a equipe para o Rio. Volto dois meses depois para acertar

a saída do Cariri. Caso com Célia Teles. Pouco depois sou sequestrado, preso e encaminhado para a Bahia. Havia sido julgado à revelia e condenado a seis meses de prisão na Lei de Segurança Nacional, por minha participação na luta contra a ditadura militar. Meu pai consegue com advogados me libertar 40 dias depois, sendo o primeiro preso político no Brasil a conseguir prescrição de pena pela Lei de Segurança Nacional..

No ano de 74 Jose Wilker faz as novelas *Corrida do Ouro* e *A Cartomante*, e os filmes *Amor e Medo*, *e Ana, a Libertina*, eram os tempos do sucesso das pornô-chanchadas. Em 75 José Wilker se destaca e faz sucesso na televisão como Mundinho Falcão na novela *Gabriela* e o filme *O Casal*. De 1976 a 1980 o garoto de Juazeiro, José Wilker explode na televisão e no cinema com os maiores sucessos de sua profissão de ator, em *Anjo Mau e Plumás e Paetês*, na TV Globo e os filmes *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Xica da Silva*, *Batalha dos Guararapes* e *Bye Bye Brasil*, entre outros.

Livre da prisão volto para o Cariri, aqui faço a produção do longa-metragem em super8 de Ronaldo Brito e Assis, *Lua Cambará* e a cenografia do Globo Repórter, *Juazeiro do PadimCiço*, de Marcos Marcondes. A seguir retorno ao Rio para retomar a carreira de profissional de cinema, primeiro como cenógrafo, depois diretor de produção, e diretor de arte. Em São Paulo para escrever o roteiro do que seria um longa-metragem de ficção, com Hermano Penna sobre os acontecimentos do Caldeirão... Por conta da polícia do exército e da polícia da aeronáutica não terem sido comunicadas sobre o cumprimento da pena da LSN, sou novamente preso por mais um mês até provar, em plenas férias do Judiciário, que havia cumprido a tal pena. Ao sair, volto para o Rio e faço a cenografia e figurinos, junto com Marisa Leão, do filme de Hector Babenco, *Lúcio Flávio - O Passageiro da Agonia*. Até 1980 fiz vários outros filmes no eixo Rio e São Paulo e ganhei o Prêmio da Funarte para fazer como roteirista e diretor o curta metragem *Dona Ciza do Barro Cru*. Ao chegar a Anistia no Brasil, Miguel

Arraes retorna. Venho com uma equipe de Brasília e do Rio filmar a sua volta ao país. No voo sento ao lado de outro cariense que vinha a Recife também para filmar a volta de Arraes. Conversamos durante todo o vôo até Recife... Seu nome: José Wilker, já um nome famoso no teatro, cinema e TV.

Os anos passam, em 1985 reencontro o ator José Wilker nas gravações do filme *O Homem da Capa Preta*, do nosso amigo em comum, Sérgio Rezende. Não trabalhei no filme, estava em outro trabalho em São Paulo, fui apenas visitar o set no Automóvel Club do Brasil, no Centro do Rio e assistir umas gravações. O contato foi rápido enquanto se maquiava. Até então desde 1981 ele já fizera mais seis novelas e recém acabara de fazer *Roque Santeiro* e mais sete filmes, fora o trabalho em teatro. Em 2006 interpreta magistralmente a figura de Juscelino Kubitschek, na série JK. Até o ano de 2014 ela havia feito 29 novelas e 49 filmes, além de dezenas de peças teatrais, como ator e diretor. Eu, neste período fiz vários filmes com importantes diretores do Cinema Brasileiro entre eles: *Eles não Usam Black-Tie*, de Leon Hirszman; *Amantes da Chuva*, de Roberto Santos; *A Rainha do Rádio*, de Luiz Fernando Goulart, *Asa Branca - Um Sonho Brasileiro*, de Djalma Batista, e dirigido *Músicos Camponeses* e *Patativa do Assaré - Um poeta do povo*. Até esta data trabalhei em diversas funções em 65 filmes entre longas, médias e curtas e orientei 38 curtas metragens ambientais.

Quando fui convidado pelo Instituto Cultural do Cariri a ocupar uma cadeira, Jose Wilker havia acabado de falecer inesperadamente, no dia 5 de abril de 2014. O nome que me veio imediatamente à memória para ser o patrono, com alguma ligação com o cinema, o audiovisual, foi o deste cariense, prematuramente chamado para o andar de cima. Sua trajetória foi uma das mais ricas em todo o teatro, cinema e TV do Brasil. Ator, diretor, crítico de cinema, comentarista, apresentador e cronista dos melhores que por aqui passaram. Uma referência nacional, nascido no Cariri, na terra do Padre Cicero, com vivência das mais ativas no panorama cultural brasileiro. Não um só

ator, mas um artista do seu tempo, engajado politicamente desde o CPC, nos anos 60. O Brasil inteiro sentiu, lamentou sua partida súbita e agora surge a oportunidade deste ícone do audiovisual brasileiro ser homenageado na sua região, o Cariri cearense. Um juazeirense, cariense, pernambucano, carioca, brasileiro que honra nosso país com seu talento, sua inteligência, seu engajamento nas lutas em defesa da Cultura brasileira. É uma grande honra ocupar esta nova cadeira do Instituto Cultural do Cariri, com um patrono como José Wilker.

Crajuubar CE, 21 de julho de 2015.

21.7. Posse de Dom Gilberto Pastana de Oliveira

Saudação a Dom Gilberto

Boa noite a todos e um fraternal abraço!

Exmo. Sr. José Huberto Tavares de Oliveira

DD. Presidente do Instituto Cultural do Cariri - ICC

Caríssimos membros desta Casa de Cultura

Revmo. Mons. João Bosco Cartaxo Esmeraldo

DD. Presidente da Associação dos Ex-alunos do Seminário S.

José - ADSUM

Minhas senhoras e senhores...

O estar juntos, o abrir espaços de sincera comunicação criam laços e prodigalizam caminhos de fraternidade. Nada mais significativo e o urgente do que plantar sementes de Paz e de Cordialidade, assim os canteiros da vida florescerão, então aspiraremos seus perfumes e colheremos seus frutos.

Em tão significativa data, quando celebramos o Bicentenário de nascimento do primeiro bispo do Ceará e fundador do Seminário São José do Crato, Dom Luís Antônio dos Santos (1817-2017), temos a grata e honrosa satisfação de acolhero Exmo. Revmo. Sr. Dom Gilbertocomo mais novo Sócio-Acadêmico desta prestigiosa Instituição Cultural Caririense, para assumir aCadeira nº 02 da Secção de Filosofia, cujo patrono é o próprio Dom Luís Antônio dos Santos.

Este evento acontece no mês de São José que aqui nos vincula tradicionalmente à bênçãos das chuvas; no Ano Mariano dedicado ao Centenário das Aparições de Nossa Senhora em Fátima - Portugal, e ao Terceiro Centenário do surgimento da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Para nós ainda ecoam as alegrias e esperanças pela posse de Dom Gilberto como 6º Bispo Diocesano, Pastor do Povo de Deus nesta porção da Igreja de Cristo no Sul do Ceará.

A alma de um povo, o seu verdadeiro patrimônio é sua cultura. Esta é fruto do dinamismo espiritual e da liberdade que nos faz singulares. Somos por natureza seres culturais. Esta realidade não é um acréscimo ao nosso ser viver, compreendida como um conjunto de saberes associados à formação humanística e acadêmica de uma pessoa. Cultura é, pois o resultado do encontro de dimensões que projetam o ser humano nos âmbitos do fazer, saber, conviver, produzir, celebrar, comunicar, envolvendo-o numa complexidade que se expressa através da arte, religião, ética, política, filosofia, ciência e ecologia. Assim a cultura é a segunda natureza humana ou seu único modo de existir.

O Instituto Cultural do Cariri congrega mulheres e homens de mente e coração abertos, comprometidos com a promoção do humano através do cultural, em vista do desenvolvimento e do cultivo dos autênticos valores da "Nação Cariri". Somos diversos no modo de ser e pensar, porém cultivamos um sadio pluralismo. A nossa diversidade de olhares e saberes pode sempre mais convergir para o horizonte comum de um sempre renovador humanismo.

Para favorecer um conhecimento mais aproximado que nos permitirá posteriores partilhas e parecerias em prol da cultura do Vale do Cariri, gostaria de compartilhar alguns elementos fundamentais sobre o mais novo membro deste Instituto.

Gilberto Pastana de Oliveiranascu aos 29 de julho de 1956, na cidade de Santarém, Pará. Um lugar de grandes rios e florestas, que nos faz pensar nas origens de nossos índios cariris que diziam que seus ancestrais vieram das grandes águas (Amazônia) e, portanto, se reverenciavam aqui a "lagoa encantada" e a "pedra da Batateira". Dom Gilberto é o segundo bispo a nascer em Vila Boim; no mesmo lugar onde nasceu, em 1875, Dom Frederico Benício de Souza Costa, primeiro prelado de Santarém e segundo bispo do Amazonas.

Foi ordenado sacerdote em 27 de julho de 1985, em Santarém. Foi vigário paroquial da Paróquia de Santo Antônio de Pádua, em Mojuí dos Campos (1985-1990); reitor do Seminário São Pio X (1987-

1990); Coordenador Diocesano de Pastoral (1993-1996 e 2002); Pároco de Nossa Senhora Aparecida (1993-1995); Vice-Reitor do Seminário Maior Interdiocesano São Gaspar, em Belém do Pará (1996); Coordenador do Departamento de Filosofia e Teologia ao Instituto de Pastoral Regional (IPAR), em Belém (1996-1998); Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Belém (1997-1998); Pároco de Nossa Senhora de Fátima, em Santarém (1999-2005); diretor da Rede Vida de Televisão (2000-2005) e vigário geral da Diocese de Santarém (2002-2004). Foi nomeado bispo de Imperatriz pelo Papa Bento XVI, no dia 3 de agosto de 2005.

Sua ordenação episcopal realizou-se no dia 28 de outubro de 2005, em Santarém, pelas mãos de Dom Lino Vombömmel, O.F.M., Dom Affonso Felipe Gregory e Dom Orani João Tempesta, hoje Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

No dia 18 de maio de 2016, o Papa Francisco o nomeou bispo coadjutor da Diocese de Crato. Sua acolhida e apresentação aconteceram cheias de entusiasmo desde a entrada da cidade na Batateira até a Sé Catedral de Nossa Senhora da Penha, em Crato, no dia 17 de julho de 2016. Dom Gilberto exerceu o ofício de bispo coadjutor até sua nomeação como bispo diocesano, em 28 de dezembro de 2016.

Perfil de Pastor e Administrador:

Com Dom Gilberto, as atividades da Igreja Católica em Imperatriz romperam fronteiras e se tornaram referências no estado, no Nordeste e no Brasil. Algumas iniciativas ou projetos o demonstraram.

O estádio Municipal de Imperatriz, Frei Epifânio da Abadia há pelos menos 05 anos já não comportava o número de fiéis que se reúnem na solenidade de Corpus Christi. Chegando a acolher mais de 18 mil pessoas.

A cada ano durante a Campanha da Fraternidade, independente do tema e do lema, os leigos eram convocados à luta pela defesa da

vida e do meio ambiente. Mudanças de árvores frutíferas eram distribuídas como gesto concreto.

Com esforço e renovada dedicação, o bispo mantinha a exigente missão de cuidar de pessoas dependentes do álcool e das drogas. Foi ele quem criou a Casa do Senhor, centro de reabilitação que se expande a cada ano e aumenta o número de pessoas atendidas. Gente que recebendo apoio espiritual, tratamento médico e psicológico alimenta a esperança de voltar a viver.

Dedicado à ação pastoral, Dom Gilberto Pastana manteve uma rigorosa agenda de visitas às paróquias e comunidades, mesmo que seja a menor ou a mais distante.

Foi bispo presidente do Regional Nordeste V, de 2010 a 2015, bispo referencial dos Leigos e da Liturgia e membro do Conselho Permanente da CNBB.

Concluo essa saudação com as palavras de Ariano Suassuna: “É muito difícil você vencer a injustiça secular que dilacera o país em dois: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos. O sonho é que leva a gente pra frente. Se a gente for seguir a razão fica quieto, acomodado. A tarefa de viver é dura, mas fascinante”.

Caríssimo Dom Gilberto, parabéns e seja muito bem-vindo ao egrégio Instituto Cultural do Cariri.

Crato, 10 de março de 2017.

Pe. Rocildo Alves Lima Filho

MENSAGEM POR OCASIÃO DA POSSE NO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI - ICC

Inicialmente externo meu júbilo – pessoal e como pastor diocesano – em participar desta sessão solene de abertura da comemoração do bicentenário de nascimento de Dom Luiz Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará e Fundador do Seminário São José do Crato. Sou também muito grato por hoje estar tomando posse, na cadeira Dom Luiz Antônio dos Santos e me tornando sócio efetivo e acadêmico do Instituto Cultural do Cariri.

Alegro-me em constatar que – também no sul do Ceará – a Igreja Católica está presente nas múltiplas instâncias promotoras da Educação, sendo fiel a sua missão específica de proporcionar, tanto aos que atingiram o sacerdócio, como aos que optaram pelo exercício de atividades leigas – após passar pelos bancos escolares do velho Seminário São José – um avizão cristã do mundo, do homem e de Deus.

É gratificante saber que muitos ex-seminaristas galgaram destaque na sociedade, como mestres e doutores universitários, escritores, jornalistas, médicos, professores e tantas outras profissões que contribuem para a elevação do nível social do nosso País.

Sabemos todos que o fim último de um Seminário católico é a formação dos futuros sacerdotes. Mas essas instituições, na prática, não possuem somente a função educativa no sentido restrito do termo. Eles formam sacerdotes e bons cidadãos. E a ambos é ofertada a formação integral da pessoa humana, com crescimento individual e integração social. O ensino nos seminários católicos, enfim, agrega a cognição da visão humanística, do patrimônio cultural, ético, cívico e artístico. E sempre deixam marcas benéficas na personalidade dos que frequentaram as suas salas de aulas.

É fato que os ex-seminaristas carregam para suas novas opções de vida os valores da formação humanística recebidos do ensino dos

Seminários Católicos. Oportuno é relembrar que a formação humanística, que vem do termo latino *humanitas*, implica na expansão da **imaginação moral** de uma pessoa.

Obrigado por continuarem a ter gratidão e reverência pelos bons ensinamentos que aprenderam do ensino católico que lhes foi ministrado. A formação da sensibilidade humanitária e a construção de um alicerce ético fundamentado no ensino oferecido pela casa, certamente, decisiva para a vitória dos senhores, nos diversos ramos profissionais que abraçaram.

A construção de uma personalidade equilibrada, honesta e saudável ministradas pela boa convivência entre confrades e professores foi, provavelmente, mais salutar para suas vidas do que o cumprimento formal dos currículos disciplinares.

Seja todos bem vindos neste retorno ao Seminário Diocesano São José de Crato! Que este encontro de ex-seminaristas do Seminário São José de Crato seja gratificante e compensador para todos os senhores, presentes neste reencontro nostálgico, quando estão a reviver locais outrora presentes nas suas vidas. Que a satisfação de abraçar ex-colegas, rever antigos companheiros de alegrias e brincadeiras, de caminhar por antigos caminhos tragam momentos de descontração e júbilo a todos.

É o que desejo de todo o coração a todos, enquanto agradeço – mais uma vez – pelo carinho que os senhores demonstram pelo nosso querido Seminário São José.

Dom Gilberto Pastana
Bispo Diocesano de Crato

21.8. Homenagem



Prezados amigos da comunidade de São Miguel, meus irmãos, primos, familiares e convidados. Meu querido primo e padrinho Mons. Honor.

Hoje, dia 8 de dezembro de 2015, estamos aqui reunidos para celebrar este momento marcante da sua existência: 60 anos de vida sacerdotal. Como é sublime este momento. Momento de festa, momento de celebração. É comprovação do

milagre de sua vida dedicada ao próximo, ao trabalho comunitário e a formação religiosa de seus paroquianos. O Sr., como sacerdote e professor, realizou um trabalho belíssimo de educação de base e de evangelização libertadora, contribuindo assim para que seus alunos e paroquianos tivessem uma vida mais digna, mais humana e mais cristã. Ressalto também o seu apostolado na didática do ensinar a pescar e não de dar o peixe, quando dos mutirões realizados para as construções e consertos de centenas de casas próprias de tantos que não tinham teto, através do seu incentivo, do seu apoio e da mensagem de fé compartilhada com os seus paroquianos.

Que a sua vida continue sendo como a matemática: as alegrias multiplicadas, as tristezas subtraídas e as amizades somadas.

Receba, pois, Mons. Honor os nossos parabéns por essa efeméride tão marcante, tão bonita que irradia em todos nós o amor de Cristo.

Nossos Parabéns.

Huberto Tavares de Oliveira (Professor Bebeto).

21.9. Apresentação do livro “Histórias do Tatu”, de Emerson Monteiro

Tenho afirmado de há muito que não é nada fácil ser um bom escritor. Apenas estes conseguem a magia de transformar acontecimentos triviais, que passariam despercebidos de qualquer um como mais um fato corriqueiro da vida, em algo digno de ser apreciado e saboreado por outros com um prazer quase divino.

É que um bom escritor vê os fatos do dia a dia com os olhos mais profundos, universais, e justamente por isso sabe retratá-los com a arte do encantamento. E, assim como um encantador de serpentes consegue dominar o perigoso réptil através de uma simples melodia retirada de uma modesta flauta, o bom escritor, usando qualquer objeto capaz de traduzir em escrito suas histórias, escreve textos tão bons que prendem a atenção de quem se proponha a lê-los, de forma mágica e inexplicável. Tal como um poeta, que consegue espelhar sentimentos em metáforas, ou um pintor, que em cores retrata o espírito, o bom escritor de prosa transforma fatos, paisagens e personagens em vida.

E mesmo entre os bons escritores existe uma categoria especial: a dos mestres da palavra; aqueles que, além de garimpar a pedra preciosa dentre tantos cascalhos da vida cotidiana, ainda possui o raro dom e o cuidado de lapidar essa pedra com um sentimento ímpar, tornando-a especial, diferenciada, única, e, portanto, ainda mais valiosa.

Esses grandes mestres agregam a beleza da sua técnica à pedra bruta dos fatos, quando passa a narrá-los. Cuida com esmero de cada expressão, cada vírgula, cada ponto, mas faz isso de modo natural, como se fosse fácil, como se fosse um vício; um bom vício. Provoca a perfeição da clareza com a palavra certa, cuidadosamente escolhida, e não apenas jogada ao papel, e faz isso com a naturalidade de quem apenas respira e vive. E assim, com sua magia, transforma a prosa em

poesia, em música, pintura, em escultura. Transforma sua escrita em pura arte, em qualquer arte, e qualquer escrita.

Emerson Monteiro é um desses mestres da palavra. Quem se propõe a ler seus escritos – e são tantos e com tamanha profusão que espanta até os mais ávidos – ou é brindado com a escuta de um texto seu, sente logo o agradável choque da perfeição. A beleza do seu estilo em nenhum instante passará despercebida. É como se gastássemos na moldura o mesmo olhar que tínhamos para a tela, e todo o conjunto de repente se harmoniza, se complementa, passando-nos a impressão nítida de que não poderia ser de outra forma.

Isso pode ser visto e apreciado nesse seu novo trabalho, carinhosamente intitulado *Histórias do Tatu*. Imediatamente nos identificamos com as narrativas, e esse é mais um mérito de um mestre das palavras. O leitor se sente arrebatado para o universo descrito com esmero, e se apropria do texto como se fosse seu; porque o mestre possui o segredo do acesso à sua alma.

Da descrição envolvente de uma peculiar noite de estrelas no alpendre da Casa Grande, conduz-nos ao comovente e traumático rompimento forçado com aquele mundo mágico na retirada para a urbe. Relata-nos fatos curiosos da história daquele mundo, que também é nosso: lembranças remotas, histórias de botija, de cangaceiros e de jumentos endoidecidos; de ciganos e tropeiros; de longas chuvas e acidentes infantis; de moagens e paisagens; de passarinhos e ovelhas; de levantes, assassinatos e revoluções pelo perigoso mundo ao redor; mas também de pessoas dedicadas e delicadas, amigas, amorosas, protetoras, exemplos de vida e de coragem.

Qualquer livro, por mais estranho ou paradoxal que possa parecer, independentemente da sua valoração documental ou literária, transforma-se num monumento, na medida em que se transmuta sempre num contributo para a captação da essência humana presente em toda visão de mundo que se desvela. É extraordinária a impressão advinda do contato com as memórias do autor Emerson Monteiro, pois,

estas são, indiscutivelmente, as razões universais do Ser e do Ter.

Nas pequenas histórias do Tatu está concentrada toda a essência humana: as paixões, as desventuras, as alegrias e tristezas, as amizades, a beleza e por vezes a crueza das relações familiares, as dúvidas, as imperfeições, a ganância pelo poder e o poder da renúncia pessoal, as impressões da vida e da morte, e também as impressões do após morte.

Vi Emerson Monteiro pela primeira vez no balcão do antigo Fórum, que ficava nos altos do edifício do Banco do Brasil, isso há quase vinte anos. Ali ele advogado, eu já o tinha como ídolo, assíduo que era na oitiva das suas belíssimas crônicas. Com o passar do tempo, fui tendo o prazer de conhecer um pouco mais esse ser grandioso, colocado em nosso meio não sem motivo, e que abraçou a árdua e generosa missão de incentivar a produção literária nesse Cariri tão fértil de talentos obscurecidos, seja com o seu exemplo, seja com o seu estímulo sempre amigo, presente e encorajador. É, acima de tudo, um patrono da arte literária caririense, a quem dedico eterna gratidão pelo apoio de sempre. Um grande amigo de todos. Um grande homem, exemplo de simplicidade, humildade, bondade e competência. Um espírito evoluído que nos presenteia com suas lições baseadas no amor e no respeito ao próximo.

Exímio contador de histórias que é, Emerson pintou o telúrico sertão rural a partir do pequenino e ao mesmo tempo grandioso universo da Fazenda Tatu, nos rincões de Lavras da Mangabeira, Ceará. Soube mais uma vez, como lhe é peculiar, retratar com maestria as grandezas e as pequenezas da condição humana. Suas impressões reunidas neste adorável livro são exemplares clássicos do estilo do autor. São atmosféricos, cheios de sentimento de sabedoria e compaixão. A caracterização psicológica quase disfarçada dos personagens da vida real e das situações por vezes têm mais peso do que o enredo narrado, que serve ali, parece, de mero pretexto para profundas considerações sociológicas e filosóficas.

Com humor, por vezes; drama, por outras; mas sempre com perspicácia, honestidade e, sobretudo, amor pelas pessoas, a arte de Emerson Monteiro demonstra através das suas linhas perfeitas o poder transcendente de sensibilizar e de, partindo de detalhes cotidianos, iluminar a vida humana.

Mais uma vez o mestre se revela, e é com extrema satisfação que o acolhemos e também ao produto valioso de sua mundividência, para outra vez aprendermos e apreendermos a grandeza da crônica humana, com toda sua complexidade e imperfeição, tornadas artisticamente perfeitas na pena escorreita do autor.

Que cada linha das *Histórias do Tatu* seja absorvida com o mesmo cuidado dedicado à sua escrita.

E assim, desejo a todos uma grandiosa leitura.

Flávio Morais

Crato, Ceará, 29 de setembro de 2016.



ARGO

Você não dirige. Você sente.



Central multimídia
Uconnect Touch de 7"



Design interno surpreendente
muito mais moderno e tecnológico



Quadro de instrumentos
de LCD personalizável de 7"



Controle de estabilidade
e tração



Motores Firefly 1.0 de 3 cilindros,
1.3 e Torque 1.8 16V



Porta-malas com 300 litros
de capacidade

88 3572 - 3322

Juazeiro do Norte | Rua Leão XIII, 653 - Salesianos
Av. Padre Cícero, 3050

40
anos

CEVEMA
Concessionária FIAT



f /fiatcevema

www.cevema.com.br

Revolução de 1817 - 200 anos Nº 46 - 2016/2017

Itaytera